**AJES – FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO VALE
DO JURUENA
BACHARELADO EM DIREITO**

**O DÉFICIT DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: a efetividade da Política Nacional de
Educação Ambiental na rede Estadual e Municipal de Juína/MT.**

Solange Aparecida Delfina da Rocha

JUÍNA/2014

**AJES – FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO VALE
DO JURUENA
BACHARELADO EM DIREITO**

**O DÉFICIT DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: a efetividade da Política Nacional de
Educação Ambiental na rede Estadual e Municipal de Juína/MT.**

Monografia apresentada ao curso de Bacharelado em Direito, da Faculdade de Ciências Contábeis e Administração do Vale do Juruena, como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Direito.

Solange Aparecida Delfina da Rocha

Orientador: Prof^oMs. Vilmar Martins Moura Guarany

JUÍNA/2014

**AJES – FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO VALE
DO JURUENA**

BANCA EXAMINADORA

Professor Me. Vilmar Martins Moura Guarany

Professora Me. Alcione Adame

Professor Me. Jamille Fernanda Ferreira de Souza

JUINA/2014

Dedico este trabalho a instituição AJES com profundo respeito, por me conceder parcialmente a bolsa fazendo de mim, uma pesquisadora, e em especial aos meus orientadores Vilmar Guarany e Luís Fernando Moraes de Mello.

Agradecimentos

Agradeço ao Pai Celestial, por me conceder a verdadeira sabedoria e o bom siso.

Exemplos de vida: meus pais Geraldo e Firmina e irmãos, que sempre acreditaram na minha capacidade.

Agradeço aos meus anjos Itamar Júnior e João Rocha, que toleraram e me incentivaram durante esta senda.

Agradeço em especial ao meu esposo Osvaldo de Araújo, que sempre esteve ao meu lado, mesmo estando ausente.

Agradeço aos amigos: Danilo Fontoura, Sandra Regina e Deolindo Francisquetti, por comungarem a vida, trabalho, e o meu reconhecimento.

“Querido Jesus, precisas ver o que temos feito com esta Terra, na qual teu Pai criou vida – e vida inteligente!

Nossa ambição de lucro polui rios e mares, queima florestas, exaure o solo, resseca mananciais, extingue espécies marítimas, aéreas e terrestres, altera os ciclos das estações e envenena a atmosfera.

Gaia se vingará, cancerizando-nos, reduzindo as defesas de nosso organismo, castigando-nos, reduzindo as defesas de nosso organismo, castigando-nos com a fúria de seus tornados, tufões, terremotos, com frio e calor intensos”.

FREI BETTO

Folha de S. Paulo

24.12.1998. cad. 1, p.3.

RESUMO

Nesta monografia atentou-se para a implementação da Política Nacional de Educação Ambiental: Lei nº 9.795/97, no Brasil em especial no município de Juína Estado de Mato Grosso. Em face aos problemas ambientais existentes: que, de certa forma sensibilizou e mobilizou o planeta para iniciar as Conferências Internacionais bem como as Nacionais, mobilizando assim, a sociedade como um todo sobre a problemática ambiental. Faz-se necessário reportar-se ao marco histórico, que foi o ponto de partida que ensejaram a participação das sociedades globais na tomada de decisões. Diante de tal problemática, a educação proporciona uma visão ampla e atual para possíveis soluções. Sendo assim, as Conferências visaram dar peculiar atenção na educação ambiental como mediadora das questões ambientais, objetivando a sustentabilidade planetária. Levando em conta que é de suma importância, que a educação ambiental deva ser inserida nas escolas: contando com a participação ativa da sociedade neste processo pedagógico. Sendo assim, esse texto tem a pretensão de recomendar e proporcionar medidas especiais, em busca de soluções sobre as questões impactantes ao meio ambiente, porém, a educação ambiental objetiva uma revolução no processo pedagógico, trazendo a baila, às discussões e atuações que permitam novos comportamentos, responsabilidades e conscientização dos problemas existentes, visando um mundo melhor. As evidências tornam-se cada vez mais clara a necessidade desse intercâmbio metodológico neste cenário mundial. Sendo assim, é de suma relevância que as práticas pedagógicas sejam inseridas nas escolas, tanto para gerações atuais como para as novas gerações, levando em consideração que, o espaço escolar é ideal para que esse processo ocorra.

Palavras-chave: Efetividade da Política Nacional de Educação Ambiental, Escola: Instrumento Principal, para Concretização da Educação Ambiental.

ABSTRACT

This monograph strove to implement the National Environmental Education: Law No. 9.795/97, in Brazil especially in the municipality of Juína State of Mato Grosso. Compared to existing environmental problems: that somehow sensitized and mobilized the planet to start with International and National Conferences, mobilizing society is whole on environmental issues. It is necessary to refer to the historic landmark, which was the starting point which entailed the participation of global civil society in decision-making. Faced with such problems, education provides a comprehensive and current view of possible solutions. Thus, the Conference aimed to peculiar attention on environmental education as a mediator of environmental issues, aiming to planetary sustainability. Taking into account that it is of paramount importance that environmental education should be included in schools counting on the active participation of society in this educational process. Thus, this text purports to recommend and provide special measures for solutions on issues impacting the environment, however, the objective environmental education is revolution in the teaching process, bringing the fore, discussions and actions that enable new behaviors, responsibilities and awareness of existing problems, for a better world. The evidence becomes increasingly clear the need for such methodological exchange on the world stage. It is therefore of paramount importance that the educational practices are embedded in schools, both for current generations and for future generations, taking into consideration that the school is ideal for this process to occur.

Keywords: Effectiveness of the National Environmental Education, School: Principal Instrument for Achieving Environmental Education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I – ALTERNATIVAS PEDAGÓGICAS PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL.....	14
1.1 Educação ambiental no Brasil e Sustentabilidade	14
1.1.1 A perspectiva dos Brasileiros sobre o Meio Ambiente, Desenvolvimento e a Sustentabilidade	23
1.2 A Educação ambiental promoverá mudanças na atualidade?.....	28
1.3 Peculiaridades históricas e pedagógicas da educação ambiental no Brasil.....	37
1.4. Como aprender brincando	43
CAPÍTULO II - IMPLEMENTAÇÃO DA LEI DE POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL	52
2.1. Legislação anterior à Política Nacional de Educação Ambiental.....	52
2.2. A Política Nacional de Educação Ambiental	55
2.3. Educação Ambiental nas Escolas	60
2.4. Educação Ambiental no Ensino Superior.....	69
CAPÍTULO III – A EFETIVIDADE DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA REDE ESTADUAL E MUNICIPAL DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE JUÍNA	79
3.1. Tendências para implementação da Educação Ambiental no Brasil.....	79
3.2. A política de educação ambiental na rede estadual de ensino de Mato Grosso.	87
3.3. A inclusão da Educação Ambiental nas escolas.....	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
REFERÊNCIAS	110
APÊNDICE	120

INTRODUÇÃO

Atualmente, os cuidados com o meio ambiente é uma preocupação que atinge lugar de destaque na sociedade contemporânea. Percebe-se que com a globalização o modelo de desenvolvimento capitalista avançou significativamente e a cultura da descartabilidade e o desperdício intensificaram-se a insustentabilidade do convívio entre os seres humanos e a natureza alcançando patamares internacionais, sobre as questões ambientais nas últimas década.

As evidências torna-se cada vez mais clara a necessidade de um intercâmbio metodológico neste cenário mundial. Levando em consideração que o marco inicial foi o Clube de Roma em 1960, dando enfoque nas discussões sobre o crescimento econômico e os impactos ambientais. Posterior, a tal evento, em 1972, tido como a primeira Conferência de Estocolmo na Suécia (ex-União Soviética) tendo em vista o desenvolvimento de países subdesenvolvidos, comprovando a imensa preocupação com a sustentabilidade do planeta existente.

Assim, a perda socioambiental foi aumentando e a qualidade de vida foi dirimindo, chegando à crise ambiental. Após tal constatação, os países desenvolvidos colocaram em pauta os temas discutidos nas Conferências para chegar a um denominador comum. O que se percebe, porém, é que após tal levantamento da problemática ambiental, logo, culminaram a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – Rio 92 (Rio de Janeiro – Brasil). Não obstante, diante da constatação de que são imprescindíveis mudanças profundas na consciência, valores, ética e responsabilidade do cidadão brasileiro, de que a educação ambiental ainda continua sendo o caminho a ser percorrido, rompendo os paradigmas da complexidade e abrindo novos horizontes.

No entanto, pensar na educação como geradora de ideias libertadoras não é ter de abrir mão de regras impostas e aceitas pelo planeta globalizado. É preciso estar em constante alerta e ter clareza sobre as armadilhas ideológicas e psicológicas que poderão surgir. Percebe-se que a mídia, internet e rádio, também tem um significativo papel neste processo de formação educacional, auxiliando incessantemente a construção desta nova identidade cultural na sociedade.

Portanto, resta-nos perquirir, agora, para padrões inovadores culturais e educacionais. E, assim, a sociedade passe a preocupar-se em criar novos métodos de

convivência e sociabilidade, que estejam em harmonia com a sustentabilidade, objetivando um futuro propulsor para as gerações presentes e as vindouras.

A priori trata-se, de um grande desafio para os educadores, alunos, comunidades, escolas, movimentos e/ou grupos sociais, empresas, entre outros, ou seja, todos aqueles que se sentem responsáveis pelo desenvolvimento de novas gerações.

Embora com parca aplicabilidade, a educação ambiental pugna por uma revolução no sistema educacional, tanto em âmbito local como global. Esta ruptura de novos paradigmas educacionais pauta-se pela construção e transformação de novos saberes. Legitimando os sujeitos ativos da sociedade moderna, a refletir sobre as questões socioambientais, atuando como verdadeiros atores deste processo, considerando que são detentores de direitos e deveres.

Por outro lado, é salutar a participação da sociedade, em adotar posturas éticas e inclusivas. Servindo assim, para construção e transformações culturais no cidadão brasileiro, a agir com certa peculiaridade em face da problemática ambiental.

Conclui-se que a participação da sociedade como um todo na tomada de decisões, é de extrema relevância, competindo a elas cobrarem da Administração Pública, propostas mais condizentes com a realidade atual, garantindo assim, o verdadeiro exercício de cidadania. Haja vista que os modos de produção, o consumismo e os meios de vida capitalistas abarca diversas teias de relacionamentos que envolvem mudança no comportamento do homem em relação os recursos naturais, e conseqüentemente, objetivando um modelo de desenvolvimento sustentável.

É nessa linha que o presente trabalho acadêmico se insere. Tendo como objetivo primordial analisar a implementação da educação ambiental no Brasil, dando ênfase nas escolas municipais e estaduais no município de Juína, Estado de Mato Grosso. Este trabalho também atentou-se em tecer algumas considerações acerca da educação ambiental nas instituições universitárias, no sentido de examinar seu principal papel neste cenário que emerge a crise ambiental. Desta forma, realizou-se uma breve análise da obrigatoriedade da educação ambiental nas instituições de ensino superior no cenário brasileiro.

Assim, o presente trabalho está dividido em três partes composta por três capítulos: no primeiro capítulo, abordaremos as alternativas pedagógicas para educação ambiental no Brasil, e se a educação ambiental promover novas perspectivas para um futuro próximo,

visando à sustentabilidade planetária; enquanto que no segundo capítulo, ressalta-se que a perspectiva dos Brasileiros sobre o Meio Ambiente, Desenvolvimento e a Sustentabilidade. Por fim, é objetivo deste trabalho, analisar no terceiro e último capítulo a efetividade da política nacional de educação ambiental na rede estadual e municipal no município de Juína Estado de Mato Grosso.

CAPÍTULO I – ALTERNATIVAS PEDAGÓGICAS PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

1.1 Educação ambiental no Brasil e Sustentabilidade

A origem dos primeiros registros da utilização desta nomenclatura educação ambiental datam 1948, onde iniciaram os cuidados com o meio ambiente. E, a partir desses cuidados e com o passar dos anos tiveram que expandir em todos os âmbitos as preocupações das questões ambientais. Por outro lado, há que ressaltar que os obstáculos com os quais as sociedades se deparam foram inúmeros, como por exemplo, a poluição do ar, das águas, do solo, a extinção da fauna e flora, o desmatamento, dentre outros.

Na sociedade atual, a educação é considerada como uma mediadora da educação ambiental, caminhando rumo ao desenvolvimento sustentável. Percebe-se que é necessário detectar as mudanças das ações, conhecimentos, aprendizagem, valores e hábitos, pautando-se, na palavra mestra que é a preservação e conservação do meio ambiente, conforme esculpido na Carta Magna, que é dever de todos zelar pelo ambiente ecologicamente equilibrado.

Este cenário de intensa crise demanda grandes transformações e instiga a sociedade em busca de novas orientações para a construção do presente e um futuro sustentável. Ressalta-se que a questão ambiental indica que o desafio está lançado; diante de tal situação, faz-se necessárias mudanças tanto de cunho econômica, social, política e ecológica. Assim, a ênfase que se dá é para uma transformação e/ou uma nova visão de mundo, apresentando uma verdadeira revolução ideológica e cultural, que se relaciona com o homem e a natureza, tendo em vista que, o principal culpado pela degradação é o ser humano. Paulo de Bessa Antunes afirma que: “(...) É através da educação ambiental que se faz a verdadeira aplicação do princípio mais importante do direito ambiental: princípio da prevenção¹”.

E, para que esta mudança de atitudes aconteça, e com isso alcancemos um mundo que queremos, requer-se o apoio tanto individual como coletivo, desencadeando transformações indispensáveis para se chegar à realidade que se pretende construir.

Pedro Jacobi aduz que:

¹ ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito Ambiental. 12ª ed. revista e atual. 3º tiragem. Editora Lumen Juris. Rio de Janeiro. 2010. p.255.

A dimensão ambiental configura-se crescentemente como uma questão que envolve um conjunto de atores do universo educativo, potencializando o engajamento dos diversos sistemas de conhecimento, a capacitação de profissionais e a comunidade universitária numa perspectiva interdisciplinar. Nesse sentido, a produção de conhecimento deve necessariamente contemplar as inter-relações do meio natural com o social, incluindo a análise dos determinantes do processo, o papel dos diversos atores envolvidos e as formas de organização social que aumentam o poder das ações alternativas de um novo desenvolvimento, numa perspectiva que priorize novo perfil de desenvolvimento, com ênfase na sustentabilidade socioambiental².

Frente aos desafios lançados, há necessidade de se articular uma educação inovadora e crítica para sanar as mazelas de uma sociedade capitalista, e formular uma metodologia no currículo educacional, desvendando os conhecimentos que ainda estão fragmentados para chegar a um denominador comum: educação ambiental e sustentabilidade. Percebe-se que não existe fórmula secreta, a complexidade desconfigura-se na mudança de hábitos do cidadão brasileiro, tais como, de pensar e agir em torno da problemática ambiental.

Logo, a educação ambiental nos remete a uma reflexão de extrema importância: o sistema educacional tem tolerado a realização de experiências pedagógicas inter, multi e transdisciplinar de forma criativa e inovadora? Fala-se da possibilidade de sanar a ruptura dos moldes tradicionais da pedagogia, estabelecendo, assim, uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades de educação.

Diante desse contexto, percebe-se que tamanha é a importância da preservação do meio ambiente que já ganhou autonomia didática. Tal preceito foi recepcionado pela Política Nacional de Educação Ambiental, que designou ao Poder Público à sociedade como um todo, às empresas e instituições educativas, associações, dentre outros, ou seja, de forma compartilhada, o dever de promover a educação ambiental.

Estas mobilizações em prol de práticas interdisciplinares é fruto da Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade, Educação e Consciência Pública para a Sustentabilidade, promovida em Tessalônica, Grécia, nos sensibiliza para a importância da educação ambiental ser inserida no currículo educacional, moldando nossa percepção, inovando em ações, consciência, conhecimento, responsabilidades, ética e sustentabilidade, identidade cultural, participação e práticas interdisciplinares.

Neste sentido, Pedro Jacobi, apresenta:

²JACOBI, Pedro. Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. Disponibilizado no site: <<http://www.luzimarteixeira.com.br/wp-content/uploads/2011/04/educacao-e-meio-ambiente.pdf>>. Cadernos de Pesquisa, n. 118, mp. a1rç8o9/-220050,3 março/ 2003. Acessado em 27 de jun. de 2013. p.190.

A necessidade de abordar o tema da complexidade ambiental decorre da percepção sobre o incipiente processo de reflexão acerca das práticas existentes e das múltiplas possibilidades de, ao pensar a realidade de modo complexo, defini-la como uma nova racionalidade e um espaço onde se articulam natureza, técnica e cultura. Refletir sobre a complexidade ambiental abre uma estimulante oportunidade para compreender a gestação de novos atores sociais que se mobilizam para a apropriação da natureza, para um processo educativo articulado e comprometido com a sustentabilidade e a participação, apoiado numa lógica que privilegia o diálogo e a interdependência de diferentes áreas de saber. Mas também questiona valores e premissas que norteiam as práticas sociais prevaletentes, implicando mudança na forma de pensar e transformação no conhecimento e nas práticas educativas³.

As inquietações com o desenvolvimento sustentável indicam alternativas para rupturas sociopolíticas, sem comprometer os sistemas ecológicos e sociais que são as bases que dão sustentação à coletividade. Tendo em vista que os grandes acidentes envolvendo usinas nucleares e contaminações tóxicas de grandes magnitudes, como os casos: em 1979, nos EUA, na Three-Mile Island, em 1984, na Índia, Love Canal no Alasca, Bhopal e em 1986, na época da União Soviética, Chernobyl, 1999; a usina de Tokaimura no Japão e, em 2011, o acidente em uma central nuclear na cidade de Fukushima, no Japão, atinge o nível 4. Esses acidentes encorajaram os debates sobre os riscos nas sociedades atuais.

A sociedade contemporânea mobiliza-se, e exige práticas mais aguçadas articulando novas identidades, ações, valores, consciência e reflexão, inovando os diálogos de que a educação é o elo condutor para formar esta inter-relação dos saberes e das práticas coletivas, ou seja, valores comuns e ações solidárias diante dos problemas ambientais. Privilegiar o diálogo, isto é, esta troca de informações, torna mais fácil a aproximação da natureza com a realidade global. Olinda Brito Leão Torres entende que: “O mundo que queremos, harmonioso e justo, requer o engajamento pessoal e coletivo de educadores e educandos nos processos de transformação social”⁴.

A sociedade moderna emerge uma reflexão sobre os riscos atuais e globais, para avaliação com precisão a gravidade dos riscos ecológicos, químicos, nucleares e genéticos. A educação ambiental e sustentabilidade se deparam com o paradigma da “sociedade de risco”. Logo, faz-se necessário multiplicar as práticas sociais, calcadas no acesso à informação, ou seja, inovando a educação como um todo. Demandas como essas, possibilitam aumentar o acesso à educação ambiental, suprimindo as irregularidades que possam surgir.

³JACOBI, Pedro. Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. Disponibilizado no site: <<http://www.luzimarteixeira.com.br/wp-content/uploads/2011/04/educacao-e-meio-ambiente.pdf>>. Cadernos de Pesquisa, n. 118, mp. a1rç8o9/-220050,3 março/ 2003. Acessado em 27 de jun de 2013. p.191.

⁴ TORRES, Olinda Brito Leão. Ações de Educação Ambiental na escola rural. in BORDEST, Suíse Monteiro Leon. Educação Ambiental e Cenários do universo Pantaneiro. Cuiabá: EdUFMT: FAPEMAT. 2010. p.33.

Existe, portanto, a necessidade de promover a consciência da população, e fortalecer a corresponsabilidade para eventuais danos/fiscalização. Os caminhos são passíveis de alteração, como, por exemplo, os meios de informação e acesso à educação; estes são os principais caminhos para expandir o crescimento e a consciência ambiental da população brasileira, possibilitando, assim, a participação nos processos decisórios.

A propósito, a sociedade, mesmo tendo pouco conhecimento sobre a realidade atual, não pode agir com hipocrisia, haja vista a necessidade de aproveitamento racional e adequado dos recursos, da utilização dos recursos naturais e da preservação do meio ambiente.

Agindo assim, a sociedade estará assumindo seu papel indutivo nas demandas atuais e é capaz de questionar a implementação da educação ambiental em todas as modalidades de ensino, garantindo assim, o tripé da sustentabilidade ambiental: socialmente justo, economicamente viável e ecologicamente correto.

Desse modo, os conteúdos de educação ambiental, faz-se necessário agregar ao currículo escolar de modo a penetrar na prática educativa, conjugando uma relação transversal e não configurando como uma nova disciplina.

Assim é que Kamila Guimarães de Moraes sintetiza asseverando que:

(...) “pedagogia do oprimido” uma proposta de superação destes modelos antagônicos realtivizando os papéis da relação ensino-aprendizagem, com a máxima “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”. Ou seja, nessa relação dialética o educador passa a ser educador-educando e o educando torna-se educando-educador, superando o modelo bancário de educação, onde os educandos não são chamados a conhecer, mas a memorizar o conteúdo narrado pelo educador, o que faz adaptar-se a realidade posta, sem uma postura crítica de superação das situações de opressão⁵.

Porém, a educação precisa revolucionar-se promovendo novas percepções pedagógicas capazes de ultrapassar o modelo atual, rompendo os paradigmas da educação formal e, transformando a consciência ambiental. Ou seja, a práxis ecológica/libertadora é a reforma do ensino. Nesse sentido, os canais abertos para a mutação do conhecimento, é estimular a democracia participativa, com o fito de construir um ambiente propício para tratar da problemática ambiental.

⁵ FREIRE, apud MORAES, Kamila Guimarães de. A Problemática Ambiental como Fundamento para uma nova Concepção Pedagógica. Educação Formal como Práxis Libertadora. Revista de Direito Ambiental. RDA ano 17 – 67. Julho – setembro. 2012. p.165.

Assim, percebe-se que em tempos atuais, em que a informação assume um papel principal, como por exemplo, internet, a educação possibilita o exercício da cidadania, sensibilizando e mobilizando as pessoas para transformar alternativas em defesa da qualidade de vida. A educação ambiental exerce uma função transformadora, na qual a co-responsabilização dos sujeitos torna-se uma finalidade inovadora para promover um novo tipo de desenvolvimento sustentável. Todavia, verifica-se que a educação é uma ferramenta de intervenção entre as culturas e comportamentos diferenciados para garantir a construção da educação ambiental, e, assim, almejando as transformações de novas posturas. Carla Canepa esclarece que: “(...) utilizar diversos ambientes educativos e uma ampla gama de métodos para comunicar e adquirir conhecimentos sobre o meio ambiente, acentuando devidamente as atividades práticas e as experiências pessoais⁶”.

Sem ignorar que nesse novo século a educação ambiental e a sustentabilidade vêm assumindo um papel central na reflexão sobre os elementos sólidos que compõe o processo educacional. E assim alcançar as metas desejadas, ultrapassando os interesses individuais e estimulando o exercício da cidadania, aliás, a educação ambiental proporciona uma visão global, ou seja, ela brota para dar respostas aos anseios da sociedade.

De maneira bastante elucidativa, as transformações mundiais nas últimas décadas, bem como a degradação ambiental e à crescente disparidade entre regiões, ostentando um lugar de destaque e a adoção de mudanças de paradigma, conforme entendimento de Pedro Jacobi.

Articulam-se, portanto, de um lado, os impactos da crise econômica dos anos 80 e a necessidade de repensar os paradigmas existentes; e de outro, o alarme dado pelos fenômenos de aquecimento global e a destruição da camada de ozônio, dentre outros problemas. A partir de 1987, a divulgação do Relatório Brundtlandt, também conhecido como “Nosso futuro comum”, defende a ideia do “desenvolvimento sustentável” indicando um ponto de inflexão no debate sobre os impactos do desenvolvimento. Não só reforça as necessárias relações entre economia, tecnologia, sociedade e política, como chama a atenção para a necessidade do reforço de uma nova postura ética em relação à preservação do meio ambiente, caracterizada pelo desafio de uma responsabilidade tanto entre as gerações quanto entre os integrantes da sociedade dos nossos tempos⁷.

Enfatiza-se que o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global - Rio 92 são artifícios para se chegar a denominador comum, ou

⁶ CANEPA, Carla. Educação Ambiental: Ferramenta para a criação de uma nova consciência planetária. Revista dos Tribunais. Direito Ambiental. Vol. I. Revista de Direito Constitucional e Internacional. RDA. 48/158. Jun.-set. 2004. p.748.

⁷ JACOBI, Pedro. Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. Disponibilizado no site: <<http://www.luzimarteixeira.com.br/wp-content/uploads/2011/04/educacao-e-meio-ambiente.pdf>>. Cadernos de Pesquisa, n. 118, mp. a1rç8o9/-220050,3 março/ 2003. Acessado em 27 de jun de 2013. p.194.

seja, programas voltados para conservação e recuperação de ambientes degradados, bem como para a melhoria da qualidade de vida das gerações presentes e vindoura. Na conferência Rio 92 a Agenda 21, dá ênfase nas ações para educadores ambientais e a importância da educação ambiental ser inserida no currículo escolar, configurando assim, grandes avanços do século XXI.

E, portanto, a educação abarca a noção de desenvolvimento sustentável reportando a redefinição deste intercâmbio entre homem/natureza, e, portanto, o desafio está lançado, é possível fazer a junção da humanidade e o desenvolvimento sustentável? Percebe-se que é possível fazer esta articulação, sim, tendo em vista que há várias possibilidades que contempla esta junção. Ou seja, a educação ambiental é o maior articulador deste intercâmbio – homem/natureza. Para Édis Milaré: “A sustentabilidade do Planeta está, sem dúvida alguma, nas mãos do homem, o único ser capaz de, (...) romper o equilíbrio (...) e modificar os mecanismos (...) mantêm ou renovam os recursos naturais e a vida na Terra⁸”.

A ênfase dada à educação ambiental e conseqüentemente ao desenvolvimento sustentável, é que seja feito um levantamento da problemática e deliberar as propostas para que se possam enfrentar os desafios que esta nova proposta educacional oferece.

Pedro Jacobi esclarece que:

(...) a ideia de sustentabilidade implica a prevalência da premissa de que é preciso definir limites às possibilidades de crescimento e delinear um conjunto de iniciativas que levem em conta a existência de interlocutores e participantes sociais relevantes e ativos por meio de práticas educativas e de um processo de diálogo informado, o que reforça um sentimento de co-responsabilidade e de constituição de valores éticos. Isto também implica que uma política de desenvolvimento para uma sociedade sustentável não pode ignorar nem as dimensões culturais, nem as relações de poder existentes e muito menos o reconhecimento das limitações ecológicas, sob pena de apenas manter um padrão predatório de desenvolvimento⁹.

Assim, subtende que os caminhos a ser seguindo a priori, são as mudanças de hábito dos indivíduos quebrando os obstáculos e atravessando fronteiras rumo ao desenvolvimento sustentável. As instituições de ensino são instrumentos que conta com mais habilidades para transferir educação ambiental, estimular a participação ativa dos alunos para a construção de uma nova sociedade sustentável. Para tanto é preciso que se criem condições para agilizarem

⁸ MILARÉ, Édis. Direito Ambiental: a gestão ambiental em foco: doutrina, jurisprudência, glossário. 7º ed. ver., atual. e reform. Editora Revista dos tribunais. São Paulo. 2011. p. 204.

⁹ JACOBI, Pedro. Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. Disponibilizado no site: <<http://www.luzimarteixeira.com.br/wp-content/uploads/2011/04/educacao-e-meio-ambiente.pdf>>. Cadernos de Pesquisa, n. 118, mp. a1rç8o9/-220050,3 março/ 2003. Acessado em 27 de jun de 2013. p.195.

os procedimentos, ampliando e difundindo as propostas pedagógicas educacionais, tornando-os em projetos e, implantado a educação ambiental, provocando a sociedade para desenvolver uma postura responsável e questione se as atitudes e hábitos estão voltados para a participação na gestão ambiental, no atual modelo de desenvolvimento sustentável. Isso requer, sobretudo, alcançar metas necessárias para instigar a participação ativa da sociedade nas questões ambientais para melhoraria da qualidade de vida.

A ideia de sustentabilidade reporta, portanto, equilíbrio ambiental, boa qualidade de vida, ou seja, a ruptura com o atual padrão de desenvolvimento, estimulando a conscientização e mais responsabilidades da sociedade como um todo. Com a educação ambiental, nasceu como uma nova proposta pedagógica, pautada na mutação de comportamento, conscientização, capacidade de avaliação, aperfeiçoamentos das propostas pedagógicas e mudança de hábitos desenvolvendo assim, uma participação ativa tanto dos educadores como dos educandos. Esta junção de conscientização, ética, responsabilidade e conhecimento instigará a coerência entre indivíduo e meio ambiente. Pedro Jacobi dá ênfase na (...) “relação entre meio ambiente e educação para a cidadania assume um papel cada vez mais desafiador, demandando a emergência de novos saberes para apreender processos sociais que se complexificam e riscos ambientais que se intensificam¹⁰”.

Nesse passo, a educação ambiental deve ser crítica e inovadora, desafiando as modalidades de ensino formal, abrindo um leque para o ensino formal e não formal. Logo, a educação ambiental abrirá as portas para a transformação social, ou seja, desvendando o universo do homem e a natureza, tendo em vista que é o próprio homem o principal responsável pela degradação ambiental, diante disso cabe ao próprio homem, à iniciativa de promover o resgate dos valores, responsabilidade, compromisso, conscientização e respeito, construindo assim, a interdisciplinaridade.

Insta salientar que, o principal eixo condutor dos educadores, ainda é a educação e, por intermédio dela, a educação ambiental busca atravessar fronteiras visando criar novas atitudes e estimular novos comportamentos individuais e coletivos. Ressalta-se que a escola tem capacidade de articular este processo pedagógico, garantindo assim, a conexão de múltiplos saberes. A educação ambiente nas escolas é um caminho para reeducação do indivíduo em

¹⁰JACOBI, Pedro. Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. Disponibilizado no site: <<http://www.luzimarteixeira.com.br/wp-content/uploads/2011/04/educacao-e-meio-ambiente.pdf>>. Cadernos de Pesquisa, n. 118, mp. a1rç8o9/-220050,3 março/ 2003. Acessado em 27 de jun de 2013. p.196.

face do meio ambiente, visando assim, alternativas justas, coerentes e pacíficas para moldar o pensamento educacional. O conhecimento assume um papel transformador para moldar o intelecto dos alunos, onde os mesmos terão condições para sopesar os conceitos e significados do ambiente em que vivem. Sendo assim, o principal instrumento pedagógico segundo Pedro Jacobi: “(...) Trata-se de um aprendizado social, baseado no diálogo e na interação em constante processo de recriação e reinterpretação de informações, conceitos e significados, que podem se originar do aprendizado em sala de aula ou da experiência pessoal do aluno¹¹”.

A educação ambiental tende a manter um condão entre indivíduo e meio ambiente, criando uma nova ética para formação da cidadania, garantindo assim, uma nova visão de ver a natureza e os homens. Ressalta-se que a educação ambiental é uma prerrogativa para se construir um processo imutável de aprendizagem estimulando o conhecimento e a consciência local e planetária do cidadão. Tal situação aponta para um profundo questionamento, a educação ambiental esta sendo articulada para todas as modalidades de ensino? Tal indagação nos remete a assumir a corresponsabilidade dos perigos gerados pela poluição do ar, água e do solo, redução de automóveis, preservação do meio ambiente, dentre outros, ou seja, tornando cidadãos cada vez mais envolvidos em defesa da qualidade de vida. Construindo assim, uma sociedade mais justa e igualitária, calcada em princípios de justiça social, participação ativa e sustentabilidade ambiental.

A educação ambiental concebe a probabilidade de despertar, motivar e sensibilizar as pessoas para modificar suas posturas e participação, em possíveis caminhos para concretização das propostas pedagógicas implantada. O grande obstáculo é fortalecer o comprometimento da Administração Pública e da sociedade em aplicar novas concepções pedagógicas, capaz de superar a modalidade de ensino formal, ultrapassando fronteiras na construção de uma cidadania ativa, permitindo assim, aos sujeitos portadores de direitos e deveres, o entendimento da problemática ambiental, e, que, assumam a importância de novos espaços na tomada de decisões.

Nesse sentido, cabe ao receptor e interprete das informações – professor (a), preparar o cardápio pedagógico visando transmitir as informações aos educandos sobre as questões ambientais, tendo como objetivo a conscientização ambiental. A ênfase deve estar centrada na

¹¹ JACOBI, Pedro. Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. Disponibilizado no site: <<http://www.luzimarteixeira.com.br/wp-content/uploads/2011/04/educacao-e-meio-ambiente.pdf>>. Cadernos de Pesquisa, n. 118, mp. a1rç8o9/-220050,3 março/ 2003. Acessado em 27 de jun de 2013. p.198.

educação ambiental, visando manter a qualidade de vida das gerações presentes e vindouras. A educação ambiental nos leva a entender que é necessário, mudança de hábitos para se chegar há ao desenvolvimento sustentável, ou seja, nesse processo de decisão para escolha de novos estilos de vida, faz-se necessário solidificar novos paradigmas educativos, ou seja, transformando atitudes em ações.

Nesse amplo universo, a educação ambiental tem a capacidade de mobilização e amadurecimentos das propostas educativas, do ponto de vista inovador, articulando a sustentabilidade dentro dos moldes dos valores, equidade, justiça, cidadania, democracia e conservação ambiental. Atuando como ator principal deste cenário, e assumindo o papel de dialógico das propostas pedagógicas que as questões ambientais suscita/provoca. É de suma importância fortalecer a cidadania dos brasileiros, dando ênfase nas questões ambientais e ampliando a práxis educacional.

Na verdade a educação ambiental tem possibilidade de dar um salto para o desenvolvimento sustentável, deixando de lado as práticas erradas e reforçando a qualidade do meio ambiente, criando assim, alianças e interlocuções coletivas. A sociedade vem-se corroborando apontando as questões a serem defrontadas em nome da busca de objetivos comuns. Para Gustavo Ferreira da Costa Lima, o despertar da sociedade tende a proporcionar: “(...) a diversidade de visões de mundo envolvidos no debate, de modo que os alunos não sejam “educados para a sustentabilidade”, mas capacitados a comparar, debater e julgar por si próprios (...) aquelas que lhe parecem mais sensatas¹²”. Percebe-se que, a necessidade de alargar o escopo de atuação, articulando inovações e ampliando o envolvimento na gestão ambiental, tornando-se assim, novos atores sociais. Neste contexto, a educação ambiental e o desenvolvimento sustentável são prioridades na visão do mundo moderno. Trata-se, portanto, de reconhecer e estimular as práticas dos atores sociais, legitimando-os a articularem políticas ambientais.

Pedro Jacobi aduz que:

O momento atual exige que a sociedade esteja mais motivada e mobilizada para assumir um caráter mais propositivo, assim como para poder questionar de forma concreta a falta de iniciativa dos governos para implementar políticas pautadas pelo binômio sustentabilidade e desenvolvimento num contexto de crescentes

¹² LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Educação e Sustentabilidade: Possibilidade e falácias de um discurso. Disponível no site <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/gt/sociedade_do_conhecimento/Gustavo%20F.%20Costa%20Lima.pdf>. Acessado em 20 de jun. de 2013. p. 12-13.

dificuldades para promover a inclusão social. Para tanto é importante o fortalecimento das organizações sociais e comunitárias, a redistribuição de recursos mediante parcerias, de informação e capacitação para participar crescentemente dos espaços públicos de decisão e para a construção de instituições pautadas por uma lógica de sustentabilidade¹³.

De fato, a Administração Pública tem o dever de mobilizar, incentivar e sensibilizar a sociedade na adoção de medidas para transformar/conscientizar a sociedade, de que, a educação é um instrumento capaz de se chegar ao desenvolvimento sustentável. O que, porém, faz-se necessário é criar mecanismos para a ruptura com as políticas públicas, e apresentarem nova proposta de sociabilidade baseada na educação para à participação. A presença de uma pluralidade de atores proporcionará maior apoio na tomada de decisão, consolidando os processos decisórios. Fortalecendo assim, a democracia e estimulando a construção da cidadania dos brasileiros.

O papel do professor é primordial para instigar/incitar o aluno a assumir um compromisso na formação de valores de sustentabilidade. Levando em conta que, a educação ambiental propicia uma visão de desenvolvimento que busca ultrapassar o reducionismo e incita a prática, um pensar, um fazer, sobre o meio ambiente extremamente vinculado ao diálogo entre deveres e saberes, à participação, aos valores éticos como valores fundamentais para fortalecer a complexa interação entre sociedade e natureza. Construindo assim, uma sociedade mais responsável, equitativa, solidária e ambientalmente sustentável. Fortalecendo assim, a relação homem-natureza.

1.1.1 A perspectiva dos Brasileiros sobre o Meio Ambiente, Desenvolvimento e a Sustentabilidade

A Revolução Industrial foi considerada na época o marco da exploração desenfreada do meio ambiente. Oriundo do século XVIII deu início a grandes perdas dos ecossistemas, sem se preocupar com os elementos essenciais da vida humana, ou seja, todos os seres vivos foram esmagados pelo progresso. O Estado não previu o uso irracional das tecnologias científicas, atropelando a humanidade em busca de poder. A evolução da produção resultou em comodidade, rapidez, praticidade, entre outras, mas por outro lado, aumentou o uso descontrolado dos produtos, bitolando uma sociedade ao consumo, produzindo patamares elevadíssimos. Logo, constataram-se, em seguida preocupações em todo mundo. Assim, em

¹³ JACOBI, Pedro. Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. Disponibilizado no site: <<http://www.luzimarteixeira.com.br/wp-content/uploads/2011/04/educacao-e-meio-ambiente.pdf>>. Cadernos de Pesquisa, n. 118, mp. a1rç8o9/-220050,3 março/ 2003. Acessado em 27 de jun de 2013. p.203.

meados de 1960, a preocupação com a problemática ambiental passou ser tratado com mais ênfase na disciplina de ecologia, ou seja, atuando como uma disciplina específica. Contudo, porém, iniciaram várias mobilizações em defesa do ambiente, incluindo eventos de âmbito mundial, dando ênfase na problemática ambiental, objetivando a sustentabilidade planetária.

Vale ressaltar que, em 1968 na França, iniciaram as Conferências preocupadas com as questões ambientais. Enquanto que, na década de 60 o Clube de Roma divulgou um documento chamado de Limites do Crescimento, este documento fazia uma análise dos impactos gerados pelas atividades das indústrias, ao meio ambiente. Nesse passo, nos últimos tempos, a discussão ambiental auferiu extremo ânimo, dado aos inflamados impactos suscitados pela atuação humana, o que tem assentado o meio ambiente no cume da agenda social do mundo. Percebe-se que a evolução sem o devido controle, resultou no consumismo desmedido, tornando-se a doença do mundo moderno.

Maria Valdília Nogueira Torres e Laila Klotz de Almeida Balassiano apontam que:

(...) a evolução dos acontecimentos, em 1972, um encontro para a “Declaração sobre o Meio Ambiente Humano” reuniu na Suécia, Estocolmo, autoridades e representantes de governos de todo o mundo para discussão dos problemas que assolavam o meio ambiente. Este evento foi considerado um marco para aceitação do mercado em geral, liderado por desenvolvimentistas, sobre as questões de preservação do meio ambiente. No entanto, a evolução da ideia de sustentabilidade deveria propor modelos de gestão que relevassem a harmonia entre desenvolvimento e natureza, incorporando, no ambiente de decisões empresariais e governamentais, os conceitos de Desenvolvimento Sustentável, Responsabilidade Social, Atuação Responsável, Qualidade de Vida e Sobrevivência Humana¹⁴.

Ressalta-se que as preocupações foram surgindo com o passar do tempo, com isso, o interesse da proteção ambiental foi permanecendo e enraizando, dando ensejo e/ou surgindo novos objetivos em busca de caminhos que aumentem a proteção da natureza e diminuam as injustiças culturais, sociais e econômicas, dando ênfase na valoração do meio ambiente. Não só a conscientização ambiental, mas, abarcando os recursos naturais, a diminuição dos poluentes, o desmatamento descontrolado, o controle de agrotóxicos, dentre outros, tendo em vista uma melhor qualidade de vida da população.

Nessa senda, Talden Queiroz Farias entende que:

Esse controle era exercido de forma incipiente porque de um lado era regido pelo utilitarismo, visto que só se tutelava o recurso ambiental que tivesse valoração econômica, e de outro pela fragmentação do objeto, o que negava ao meio ambiente

¹⁴ TORRES, Maria Valdília Nogueira; BALASSIANO, Laila Klotz de Almeida. Educação ambiental e princípios de sustentabilidade no mundo moderno. Revista Práxis ano II, nº 4 – agosto 2010. Disponibilizado no site: <<http://webservice.foa.org.br/praxis/numeros/04/29.pdf>>. Acessado em 26 de julho de 2013. p.31.

uma identidade própria, e em consequência até do aparato legislativo existente. Mas foi aproximadamente a partir do final da década de 20 que surgiu uma legislação ambiental mais completa, embora o meio ambiente tenha continuado a ser compreendido de forma restrita. Estado brasileiro após a década de 30 em relação ao meio ambiente é o estabelecimento do controle federal sobre o uso e ocupação do território e de seus recursos naturais, em uma atmosfera de disputa entre o governo central e as forças políticas e econômicas de diferentes unidades da Federação¹⁵.

Assim, a educação ambiental surge e ganha espaço no ordenamento jurídico, através da Lei nº 9.795/99, bem como na Constituição de 88, fomentando relação de equilíbrio no ambiente natural e artificial, concatenando a relação homem-natureza e abrindo caminho para efetivar as medidas pedagógicas. Ressalta-se que a educação ambiental tende proporcionar e discutir métodos adequados para minimizar os impactos do homem moderno na natureza. Após tal conscientização, a sociedade com fito de solucionar os inconvenientes gerados, tende a desenvolver a temática da educação ambiental unificando o processo educacional para amenizar a degradação contínua ao meio ambiente. Haja vista que, a educação ambiental depende de ações de cunho político, ou seja, os órgãos são competentes para desenvolverem a transformação social do indivíduo e da coletividade. Assim, Paulo Afonso Leme Machado assevera que: “(...) o direito do ambiente, mais do que a descrição do direito existente, é um direito portador de uma mensagem, um direito do futuro e da antecipação, graças ao qual o homem e a natureza encontrarão um relacionamento harmonioso e equilibrado¹⁶”.

A Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), aprovado pela presidente holandesa Gro Harlem Brundtland, foi o ponta pé iniciou para o desenvolvimento sustentável, apesar de sua versão em português ter saído apenas em 1989. Sendo assim, a Comissão da ONU e representantes do todo o mundo, articularam suas propostas, objetivando suprir eventuais lacunas do desenvolvimento sustentável, em resposta as necessidades das gerações presentes sem comprometer a qualidade de vida das gerações vindouras. O Ministério do Meio ambiente afirma que: “(...) são tentativas de negociação entre os interesses da acumulação econômica e a preservação ambiental¹⁷”.

¹⁵FARIAS, Talden Queiroz. Evolução histórica da legislação ambiental. Disponibilizado no: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo>. Acessado em 27 set. 2013. p.34.

¹⁶ MACHADO, Paulo Afonso Leme. Direito Ambiental Brasileiro. 18º edição. revista, atualizada e ampliada. 2010. p.54.

¹⁷ FUTURO, Salto para. TV escola. Ministério do Meio Ambiente. Educação Ambiental no Brasil. Ano XVIII boletim 01 – Março de 2008. Disponibilizado em <<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao8.pdf>>. Acessado em 28 de out. de 2013. p.19.

Após a Conferência da Organização das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, sediada no Rio de Janeiro, em 1992, houve a ramificação de competências, objetivando amenizar os impactos produzidos pelo homem na natureza, visando melhorar a qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável. Mas, ainda nos anos 90, a Associação Internacional de Sociologia criou um comitê de pesquisas, o Research Committee 24, tal evento resultou na implementação de diversos cursos de pós-graduação no Brasil, bem como a criação do GT 04 – Ecologia e Sociologia, estas disciplinas foram o pontapé inicial para trabalhar as questões ambientais. Tal movimento não é mais objeto de estudo e de reconhecimento somente da comunidade acadêmica, e sim, de todos – sociedade, administração, empresas, comunidades, grupos, escolas, etc.

Maria Valdília Nogueira Torres e Laila Klotz de Almeida Balassiano mencionam que:

Desde que a educação ambiental deixou de se ser proposta da Sociologia para se tornar perspectiva social e, ainda, política de Estado, passou a atingir todas as classes sociais e não somente a intelectualizada, a classe média, segundo Grun (1996). E, certamente, sua fundamentação foi transfigurada, ao passo em que se reverteu da lógica capitalista e passou a atender a demanda de avanços tecnológicos¹⁸.

Todavia, ultimamente, chegou-se a um consenso, baseado na premissa de que a educação ambiental assumiu um papel considerável, ou seja, é uma ferramenta capaz de apresentar alternativas para modificar o contexto atual. Assim, educar, reporta-se em proporcionar métodos pedagógicos eficazes pautados no desenvolvimento de práticas sociais centradas, essencialmente, no conceito de natureza, e não só na lógica capitalista.

Sendo assim, é de suma importância mencionar o entendimento das autoras Maria Valdília Nogueira Torres e Laila Klotz de Almeida Balassiano, onde: “(...) Deve-se reconhecer a educação ambiental como um processo político dinâmico, em permanente construção, orientado por valores baseados na transformação social¹⁹”. Neste sentido, é relevante ressaltar que a educação para a cidadania é um caminho para se chegar à sustentabilidade, pois a mesma desenvolve a sensibilização das fontes primárias da tecnologia, atuando como

¹⁸ TORRES, Maria Valdília Nogueira; BALASSIANO, Laila Klotz de Almeida. Educação ambiental e princípios de sustentabilidade no mundo moderno. Revista Práxis ano II, nº 4 – agosto 2010. Disponibilizado no site: <<http://webserver.foa.org.br/praxis/numeros/04/29.pdf>>. Acessado em 26 de julho de 2013. p.32.

¹⁹ TORRES, Maria Valdília Nogueira; BALASSIANO, Laila Klotz de Almeida. Educação ambiental e princípios de sustentabilidade no mundo moderno. Revista Práxis ano II, nº 4 – agosto 2010. Disponibilizado no site: <<http://webserver.foa.org.br/praxis/numeros/04/29.pdf>>. Acessado em 26 de julho de 2013. p.32.

elementos transformadores da educação pela/para natureza. Diante desse contexto, a educação ambiental atua como um liame neste processo pedagógico.

A educação ambiental só será possível quando assumir veementemente o papel principal neste processo, e enraizar uma base sólida na consciência do indivíduo, aprofundando seus conhecimentos sobre a problemática ambiental. Contando, porém, com o apoio dos projetos político-pedagógicos, incentivo do governo e da sociedade como um todo, é essencial que este espaço para a participação, dê voz aos participantes para que emitam suas opiniões, e assim, poderão articular novos processos de aprendizagem para que novos saberes, novas ações, novos valores éticos, novos métodos de ensino, responsabilidade e comprometimento com a preservação e conservação do meio ambiente.

Assim, Suzana Machado Pádua e Laís Mourão Sá mencionam que:

A inclusão de valores passa a ser uma prioridade. Não basta saber, é necessário que haja uma transformação nos princípios éticos que orientam as decisões políticas sobre as prioridades nacionais, regionais e locais, principalmente no que se refere à educação para a cidadania. É preciso tocar profundamente indivíduos e grupos, desenvolver seu lado sensível, estimular sua criatividade e sentido de coletividade, para que possam desenvolver capacidades grupais de participação e organização, diagnosticar corretamente seus problemas e se engajar em processos de mudanças, negociando interesses divergentes e buscando soluções compartilhadas²⁰.

Assim, o homem paulatinamente redescobre que faz parte do mundo social e natural e que cabe a ele também, defender e preservar o meio ambiente. Ou seja, esta duas faces da mesma moeda, propõe a transformação da consciência ecológica na população brasileira onde, tem-se a intenção de romper com o atual modelo pedagógico, abrindo espaço para uma educação ambiental inovadora. A educação ambiental oferecerá uma visão mais aguçada dos impactos ambientais, e assim, provocará no indivíduo o seu verdadeiro papel na tomada de decisões, procurando dirimir tais impactos. Solange Teles da Silva entende que: “(...) o estudo prévio de impacto ambiental, não constitui um empecilho ao desenvolvimento, mas é uma ferramenta primordial para alcançar o desenvolvimento sustentável (...)”²¹.

Compreender os anseios da natureza provoca uma reanálise do nosso cotidiano em face do meio ambiente, já que objetivamos um desenvolvimento sustentável. Assim, a

²⁰ PADUA, Suzana Machado; SÁ, Laís Mourão. O Papel da Educação Ambiental nas Mudanças Paradigmáticas da Atualidade. R. paran. Desenv., Curitiba, n. 102, p.71-83, jan./jun. 2002. Disponibilizado em < <http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/212/174>>. Acessado em 24 de agost. de 2013. p.75.

²¹ SILVA, Solange Teles da. Direito fundamental ao Meio Ambiente. Revista de Direito Administrativo. RDA 48/225. Vol. I. out.-dez. 2007. p.1139.

transdisciplinaridade na educação ambiental sugere romper as fronteiras e abrir novos caminhos entre as disciplinas, tornando-a um instrumento articulador para se chegar ao desenvolvimento sustentável. Para Genebaldo Freire Dias “(...) Educação Ambiental: deve promover, Simultaneamente, o desenvolvimento de conhecimentos, de atitudes e de habilidades necessárias à preservação e à melhoria da qualidade ambiental (...)”²².

É preciso ressaltar que precisamos compactuar como parte desse processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental, incumbindo, ao Poder Público, nos termos dos arts. 205 e 225 da Constituição Federal, definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente. Conforme entendimento do art. 3º e inciso I, da Lei nº 9.795/99.

Maria Valdilia Noguera Torres e Laila Klotz de Almeida Balassiano afirmam que: “(...) a educação ambiental (...) é, portanto, voltada à ética, à cidadania, à superação do reducionismo social e, principalmente, à representação da relação de dependência entre homem e natureza”. Insta salientar que, faz-se necessário que homem e a natureza estejam em sintonia, servindo como inovadores culturais e educacionais. Convertendo-se assim, em um ambiente sustentável.

1.2 A Educação ambiental promoverá mudanças na atualidade?

Ressalta-se que a educação ambiental sem sobra de dúvida promoverá mudanças na atualidade, tendo em vista que ela poderá apresentar novos horizontes, no que tange a atitudes mais conservadoras, ou seja, a educação ambiental está voltada para transformação da sociedade e dos valores éticos. Destarte, as informações recebidas a respeito das ações ecológicas, têm como meta, conhecer para preservar o meio ambiente.

Assim, a educação ambiental tem como proposta pedagógica nas instituições de ensino, além de transmitir ações e valores, tende romper com falsas noções da atualidade e, resgatar e valorizar o ambiente natural, permitindo assim a construção gradativamente, de mudanças individual e/ou coletivamente, cabendo à educação plantar sementes que espontaneamente farão com que todos mudem, abrindo os olhos para os horizontes. Com isso

²² DIAS, Genebaldo Freire. Os Quinze Anos da Educação Ambiental no Brasil: um depoimento. Em Aberto, Brasília, v. 10, n. 49, jan./mar. 1991. Disponibilizado em <<http://www.emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/755/676>>. Acessado em 05 de jan. de 2014. p.12.

promoverá mudanças indispensáveis em uma cultura consumista que gera resistência em promover um desenvolvimento sustentável. O ser humano necessita desenvolver uma nova postura para nortear convívios apropriados com seu semelhante e com meio ambiente.

Maria da Penha Martins de Oliveira e Robson de Almeida Melo e Silva, sintetizam que:

Inicia-se, assim, um processo de revisão dos valores de respeito e amor à vida, reorientação do modo socialmente estabelecido de relacionar-se com o meio ambiente e, finalmente, construção de um novo paradigma ambiental que reconheça o ser humano não apenas como parte do meio, mas como o próprio meio, num convite à superação das visões parciais e especializadas pela compreensão das complexas interações entre os processos econômicos, políticos, históricos, biológicos, socioculturais e religiosos²³.

Destarte, é visível a necessidade de conscientizar o cidadão brasileiro da problemática ambiental, pautando-se que, há necessidades urgentes que envolvem toda a sociedade em proteger o desenvolvimento do planeta de forma sustentável, ou seja, a defesa e preservação do patrimônio ambiental é dever de todos, conforme preceitua no art. 225 caput da Constituição Federal de 1988, mas é de suma importância ressaltar a preocupação com a sustentabilidade tanto para as gerações atuais como para as gerações vindouras.

Diante disso, há que se desenvolverem métodos que possam amenizar esta complexidade que ora se encontra. A educação ambiental deve perpassar as quatro paredes da sala de aula, para permeia também na sociedade. Considerando que a escola é um instrumento extremamente importante para resgatar valores pautando em novas posturas e éticas. Neste sentido, Maria da Penha Martins de Oliveira e Robson de Almeida Melo e Silva, salientam que: “pensar em sociedades sustentáveis, é pensar em sociedades (...) que são ao mesmo tempo ecologicamente prudentes, economicamente viáveis, socialmente justas, culturalmente diversas, politicamente atuantes²⁴”.

As mudanças na atualidade são necessárias, diante do novo modelo econômico, e pauta-se pela conquista da sustentabilidade planetária, mesmo diante da complexidade da inclusão do tema supracitado. A educação ambiental no Brasil vem gradativamente modificando as ações e os pensamentos da sociedade em face da problemática ambiental, ou

²³ OLIVEIRA, Maria da Penha Martins de e SILVA, Robson de Almeida Melo e. Educação ambiental em empresas. I Encontro da Rede Capixaba de Educação Ambiental. Disponibilizado em <http://recea.org.br/acervo/Anais_Educacao_Ambiental___Martha_Tristao.pdf#page=263>. Acessado em 27 de jul. de 2013. p.114.

²⁴ OLIVEIRA, Maria da Penha Martins de e SILVA, Robson de Almeida Melo e. Educação ambiental em empresas. I Encontro da Rede Capixaba de Educação Ambiental. Disponibilizado em <http://recea.org.br/acervo/Anais_Educacao_Ambiental___Martha_Tristao.pdf#page=263>. Acessado em 27 de jul. de 2013. p.115.

seja, a sociedade estará sustentada num alicerce firme o suficiente que é educação. A educação ambiental é instrumento capaz de orientar e ampliar a educação podendo assim galgar pela sustentabilidade. Neste contexto que se apresenta Maria da Penha Martins de Oliveira, Robson de Almeida Melo e Silva “(...) despertando uma análise crítica da realidade, dos valores éticos e de solidariedade, relacionando-os com as relações sociais e estas com o ambiente, em prol da qualidade de vida do ser humano e da vida no planeta²⁵”.

A educação ambiental é essencial para preservação e conservação da vida e origina de conhecimento e do amor ao que se deseja preservar. Esta educação tanto pode ser formal como não formal, o que objetiva-se é que sejam aptas ao desenvolvimento de ações, tendo em vista que é o cidadão que esta cada vez mais exigente em obter mais iniciativas e comprometimento do Poder Público nas questões ambientais. O comprometimento e reconhecimento dos indivíduos em face das questões ambientais, a priori estão produzindo efeitos na realidade atual. Carlos Frederico Lourenço entende que a educação é a revolução: “(...) a educação não está apenas em gerar novos comportamentos ou trabalhar no campo das ideias e valores, como se estes se objetivassem automaticamente. (...) para que se estabeleçam processos coletivos, pautados no diálogo, na problematização do mundo e na ação²⁶”.

Ademais, a Educação Ambiental atua como mediadora da relação: humano-natureza, buscando assegurar a curto, médio e longo prazo, o comprometimento e responsabilidade do cidadão brasileiro para as questões ambientais. Por outro lado, a educação ambiental sugere que, as ações, mudanças de hábitos e atitudes, são peculiaridades que devem estar presentes em nosso dia-a-dia. Destaca-se ainda que a educação ambiental faz-se necessário que ela seja diferenciada, ou seja, e que seja aplicada de maneira especial no sentido de alfabetização ecológica em todas as disciplinas, abrangendo um conhecimento diversificado. Assim, Maria da Penha Martins de Oliveira e Robson de Almeida Melo e Silva, afirmam que a educação: “(...) consiste no conhecimento, internalização e implementação de princípios ecológicos nas

²⁵ OLIVEIRA, Maria da Penha Martins de e SILVA, Robson de Almeida Melo e. Educação ambiental em empresas. I Encontro da Rede Capixaba de Educação Ambiental. Disponibilizado em <http://recea.org.br/acervo/Anais_Educacao_Ambiental___Martha_Tristao.pdf#page=263>. Acessado em 27 de jul. de 2013. p.118.

²⁶ LOUREIRO, Carlos Frederico B. Educar, participar e transformar em educação ambiental. In Revista brasileira de educação ambiental / Rede Brasileira de Educação Ambiental. – n. 0 (nov.2004). – Brasília: Rede Brasileira de Educação Ambiental, 2004. 140 p. v.:il. ; 28 cm. Disponibilizado em http://assets.wwfbr.panda.org/downloads/revbea_n_zero.pdf#page=13>. Acessado em 14 de nov. de 2013. p.15.

comunidades humanas: Interdependência, Cooperação e Parceria, Coevolução, Flexibilidade, Diversidade, Equilíbrio dinâmico, Reciclagem e ciclos ecológicos (...) ²⁷”.

Contudo, os programas educacionais devem ter um caráter contínuo e duradouro para fazer mudar de fato os hábitos, atitudes e construir novos valores na sociedade, mesmo que seja a médio e longo prazo. Com isso, requer-se que a cultura brasileira passe por uma evolução cultural em todos os níveis de aprendizado, para assumir uma postura de coresponsabilidade gerando mudança no comportamento dos indivíduos.

Partindo dessa premissa, espera-se que os órgãos disponham de conhecimentos acerca do processo metodológicos adequadas para disponibilizarem para as escolas e que, sejam repassados os materiais para docentes, e que os mesmos, possam estar aptos para transferir esses conhecimentos aos acadêmicos. O parágrafo único do artigo 11, da Lei nº 9.795/99, é claro ao estabelecer que: os professores em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental.

No entanto, os valores e incentivos em face da educação ambiental devem ser compartilhados com a sociedade, partindo primeiramente dos principais órgãos responsáveis que dão suporte ao indivíduo e toda coletividade, por meios dos programas de comunicação que vincule tanto local como global, contribuindo assim, com as escolas de ensino infantil, fundamental e médio. E, assim tenha uma visão da situação atual, e, possam fazer parte das discussões criando uma nova compreensão do processo educativo. Nesta senda, a educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino. A educação ambiental deve ser desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal, conforme inteligência do art. 10 e § 1º da Lei 9.795/99.

Onde as práticas educativas e/ou diálogo devem ser promovidas conjuntamente com professores e alunos ascendendo à cidadania. Tendo em vista que no Ensino Superior, a educação ambiental é tratada como uma disciplina específica, levando-se em conta que no ensino fundamental e médio o indivíduo já teve uma base para tratar dos aspectos sobre a

²⁷ OLIVEIRA, Maria da Penha Martins de; SILVA, Robson de Almeida Melo e. Educação ambiental em empresas. I Encontro da Rede Capixaba de Educação Ambiental. Disponibilizado em <http://recea.org.br/acervo/Anais_Educacao_Ambiental___Martha_Tristao.pdf#page=263>. Acessado em 27 de jul. de 2013. p.121.

problemática ora discutida. E é, levados à discussão e reflexão, promovendo igualmente e/ou maior conscientização e estimulando atitudes de enfrentamento dos desafios do desenvolvimento economicamente viável, socialmente justo e ecologicamente correto. Portanto, a educação ambiental repercute em movimentos ecológicos, compreensão da problemática, experiências e conhecimentos que podem ser transmitidos a seus familiares e membros de sua comunidade, exercendo assim, a sua cidadania ambiental.

A educação ambiental tem como objetivo identificar os principais obstáculos e avaliar quais os desafios e serem enfrentados em busca de soluções para uma sociedade mais consciente. Tem-se que a educação ambiental é um dos instrumentos mais importantes para se alcançar a excelência do desenvolvimento sustentável.

Neste sentido, Maria da Penha Martins de Oliveira, Robson de Almeida Melo e Silva, afirmam que:

Entendemos que é fundamental encarar a Educação Ambiental, nas suas dimensões ética, política, pedagógica, como importante espaço de articulação e diálogo da sociedade com o setor produtivo e por isso se faz necessário um olhar cuidadoso na tessitura dessa malha de relações, visando, a todo instante, a redefinir os valores que formam as bases da globalização de forma a incluir aqueles voltados para a dignidade humana, justiça social e sustentabilidade ambiental²⁸.

Destaca-se que, este intercâmbio entre educação e reponsabilidade com o meio ambiente, promoverá a educação ambiental e, esta junção é que irá consolidar uma rede de que só é possível, certamente, com a mobilização de diversos setores da sociedade. A educação ambiental, portanto, é o caminho que temos para a transformação do planeta e, conseqüentemente, para a concretização da cidadania dos brasileiros. Pois a participação é uma escolha individual, ou seja, depende de cada pessoa se sentir responsável e capaz de produzir mudanças com um único objetivo, agir localmente e pensar globalmente. Salvar o Planeta dependerá fundamentalmente de unir-se em busca de objetivos comuns. De maneira significativa, Maria da Penha Martins de Oliveira, Robson de Almeida Melo e Silva, sintetizam que:

O homem, ser social por natureza, contraria a racionalidade da sua existência quanto opta pelo individualismo. A ação comum e pelo bem comum – a cooperação – é necessidade vital da humanidade. A Educação Ambiental vem atender a esse princípio. Com a convicção de que a comunicação é a ferramenta primeira para o

²⁸ OLIVEIRA, Maria da Penha Martins de e SILVA, Robson de Almeida Melo e. Educação ambiental em empresas. I Encontro da Rede Capixaba de Educação Ambiental. Disponibilizado em <http://recea.org.br/acervo/Anais_Educacao_Ambiental___Martha_Tristao.pdf#page=263>. Acessado em 27 de jul. de 2013. p.126.

trabalho em Educação Ambiental, identificamos a urgência de um melhor aproveitamento dos meios disponíveis. É com a comunicação, utilizando os suportes existentes, que podemos alcançar uma efetiva mobilização social²⁹.

O que se percebe, porém, é que, a educação/comunicação é a porta para liberdade, ou seja, é uma condição para conquistar uma sociedade democrática, amparada na igualdade, na justiça e no aproveitamento correto e igualitário dos recursos naturais disponíveis, ou seja, a comunicação/educação é um direito fundamental e inalienável garantido pela Carta Magna, símbolo da livre expressão, da livre opinião e fundamental para construção da diversidade social.

Por meio desta comunicação é que a educação ganhou espaço imprescindível nesta luta. Conquistá-los e/ou tê-los como aliados seguramente são tarefas árduas e, aos poucos estão sendo realizadas, e nos colocam mais próximos dos objetivos, que é a educação ambiental. Objetivo este que, agem a serviço do bem-estar coletivo, da dignidade da população, dos interesses públicos, do cuidado com o ambiente em prol da vida e um ambiente ecologicamente sustentável. A educação ambiental é um privilégio para o exercício incessante para alcançar um mundo ambientalmente sustentável. Neste sentido, Maria da Penha Martins de Oliveira e Robson de Almeida Melo e Silva, afirmam que os subsídios são: “(...) os meios de comunicação de massa devem ser transformados em um canal privilegiado de educação, não somente disseminando informações em bases igualitárias, mas também promovendo intercâmbio de experiências, métodos e valores³⁰”.

Discutir as meios de comunicação e a metodologia a ser aplicada em torno do paradigma curricular é uma ideia de conhecimento que legitima-se para a vida cidadã. A partir de programas nas escolas desde o início da vida escolar até o ensino superior. No final de 90, foram editadas as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), originados pela Comissão de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, nº 02/98, trazendo os temas transversais e interdisciplinares, como saúde, trabalho, cultura, meio ambiente, dentre outros.

²⁹ OLIVEIRA, Maria da Penha Martins de e SILVA, Robson de Almeida Melo e. Educação ambiental em empresas. I Encontro da Rede Capixaba de Educação Ambiental. Disponibilizado em <http://recea.org.br/acervo/Anais_Educacao_Ambiental___Martha_Tristao.pdf#page=263 >. Acessado em 27 de jul. de 2013. p.156.

³⁰ OLIVEIRA, Maria da Penha Martins de e SILVA, Robson de Almeida Melo e. Educação ambiental em empresas. I Encontro da Rede Capixaba de Educação Ambiental. Disponibilizado em <http://recea.org.br/acervo/Anais_Educacao_Ambiental___Martha_Tristao.pdf#page=263 >. Acessado em 27 de jul. de 2013. p.157.

Desenvolver a educação ambiental é atender a necessidade capaz de gerar projeto político-pedagógico para capacitar docentes; indicar caminhos para uma práxis interdisciplinar do conhecimento, repensando e organizando espaço/tempo nas escolas; desenvolver a temática como eixo integrador nas disciplinas, propiciando laços outrora rompidos entre natureza/homem/cultura.

Maria das Graças Lobino entende que:

Propiciar um espaço de problematização dos fazeres/saberes escolares no ensino médio com o intuito de articular as diferentes áreas do conhecimento escolar, buscando conexões entre o local, o específico e a totalidade, por meio de um eixo material integrador das plantas medicinais, perpassando e reconstruindo conceitos em saúde, meio ambiente e cidadania, tendo em vista repensar e produzir práticas potencializadoras e emancipatórias³¹.

Ressalta-se que, o professor deverá impregnar de sentidos práticas os atos do cotidiano agindo como argamassa do bloco histórico, ou seja, ele é o ponto central entre as práticas histórico-sociais e a elaboração teórica. Tendo em vista que, a educação age como uma transformação da consciência do indivíduo, orientada no sentido de relacionar teoria/prática no qual a revolução intelectual/cultural possa reformular uma nova concepção de mundo na perspectiva transformadora. Ou seja, a educação ambiental tem como foco central, desenvolver uma temática transversal que deverá permear todos os níveis e modalidades de ensino, conforme prevê a Lei nº 9.795/99, que trata da Política Nacional de Educação Ambiental.

A sociedade também tem um papel chave nesta caminhada, dando subsídio nestes segmentos sociais juntamente com os pais, alunos, comunidade e profissionais da educação, podendo atuar como gestores desse espaço, propondo e cobrando do Poder Público, certas arbitrariedades que pode por vir ocorrer, inclusive denunciando o desvio de verbas públicas, agindo assim, estará compartilhando com diferentes colegiados em níveis local, regional, nacional e internacional, na perspectiva da cidadania emancipatória.

Maria das Graças Lobino, explicitando relações entre o conhecimento, a educação e a complexidade do mundo contemporâneo, nos coloca que,

³¹ LOBINO, Maria das Graças. Educação ambiental: ponto de partida para repensar a práxis educativa - plantas medicinais como eixo integrador entre saúde, meio ambiente e educação. I Encontro da Rede Capixaba de Educação Ambiental. Disponível em <http://recea.org.br/acervo/Anais_Educacao_Ambiental___Martha_Tristao.pdf#page=263>. Acessado em 27 de jul. de 2013. p.162.

“[...] para articular e organizar os conhecimentos e assim reconhecer e conhecer os problemas do mundo, é necessário a reforma do pensamento. Entretanto, esta reforma é paradigmática e, não programática: é a questão fundamental da educação, já que se refere à nossa aptidão para organizar o conhecimento. A esse problema universal confronta-se a educação do futuro, pois existe inadequação cada vez mais ampla, profunda e grave entre, de um lado, os saberes desunidos, divididos, compartimentados e, de outro, as realidades ou problemas cada vez mais multidisciplinares, transversais, multidimensionais, transnacionais, globais e planetários³².

O desenvolvimento sustentável é a roupagem para o progresso, a educação é o novo modelo paradoxal da cultura na qual estamos imersos. O desafio de discutir a educação ambiental é para entender que somente a visão ecológica não dará conta da complexidade da problemática ambiental. Assim, é preciso a construção de um novo senso comum, incluindo “outros saberes”, atuando por meio da participação e da solidariedade na construção de outra lógica, embora, para alguns, pareça utópica. A metodologia mais adequada para trabalhar o eixo temático é a transdisciplinaridade englobando todas as disciplinas como: Matemática, Geografia, Física, História e Sociologia, ou seja, atribuindo-lhes significados diferentes a todas as disciplinas.

A implementação do projeto pedagógico nas escolas é que deverá nortear os profissionais, em que pese à singularidade de sua área de atuação. Nesse sentido, os educadores tornam-se protagonista do processo, e não mero receptor de conhecimento específico em sala de aula.

A educação ambiental/sustentável ainda tem-se no plano das ideias, como uma utopia, mas inserir a educação ambiental na educação infantil a pós-graduação podem galgar valores éticos para uma sustentabilidade ambiental. As condições atuais parecem indicar que a educação ambiental só teria sentido se estiver articulada ao método dialético, em sua forma de interpretar, agir e transformar as relações sociais, os meios de produção e de consumo e, sobretudo, a exploração da natureza.

Ressalta-se que é necessário que os projetos na construção pedagógicos curriculares, em todos os níveis de ensino, se inter-relacionem e promovam o encontro dos sujeitos individuais e coletivos. Este elo entre os educadores, os pais, alunos e os cidadãos deverão contribuir para o progresso da humanidade. Tem-se que, o conhecimento é o método

³² MORIN, Edgar (200, p. 35-36) apud LOBINO, Maria das Graças. Educação ambiental: ponto de partida para repensar a práxis educativa - plantas medicinais como eixo integrador entre saúde, meio ambiente e educação. In I Encontro da Rede Capixaba de Educação Ambiental. Disponibilizado em <http://recea.org.br/acervo/Anais_Educacao_Ambiental___Martha_Tristao.pdf#page=263>. Acessado em 27 de jul. de 2013. p.171.

indispensável para se chegar à educação ambiental, porque as ideias são construídas e materializadas na vida e não ao contrário.

É pertinente ressaltar a importância dos movimentos ecológicos na construção da consciência que devemos ter/ser e desvendar a fragilidade do meio ambiente, considerando como um espaço de relações sociais e históricas onde se produz e reproduz a crença no valor da natureza como um bem que deve ser preservado e conservado para garantir os anseios das sociedades. Na seara ambiental produz-se uma visão de mundo, uma rede de produção de conhecimento, um espaço de comunicação em uma arena de ação político e educativa.

Ainda se prega que a prática educativa é um dos possíveis caminhos para a mudança de atitude, responsabilidade, respeito, modos, ética, dentre outros. A educação ambiental pode ser recuperada à medida que compreendamos que todos nós estamos no mundo, e estamos todos relacionando, mostrando o quanto somos importantes para meio ambiente.

O indivíduo se mata e se destrói em nome de um desenvolvimento, mas esse processo precisa ser modificado. A idoneidade do agente em modificar seu comportamento frente às necessidades do outro, ou seja, aprender com os erros, e adquirir novos comportamentos para viver em um ambiente sustentável. Este poderá ser considerado um grande passo para o futuro em que o compromisso ambiental é um ato sensibilizador. A educação ambiental é extremamente necessária para que os esforços em prol de um ambiente saudável sejam vistos com mais consciência e responsabilidade pela sociedade, pois a ideia de desenvolvimento sustentável envolve o uso de produção e materiais que apresentem maior tempo de vida útil, com o menor impacto ambiental.

Tendo em vista que, é necessário oferecer soluções sustentáveis para as gerações vindouras e/ou ajudar a construir novos cenários da educação ambiental. Onde a mudança de hábitos pode trazer benefícios, tanto para as presentes gerações tanto para a sustentabilidade das comunidades do futuro. Sendo assim, Moysés Dantas adverte que o resultado seja: “Recuperar, proteger, conservar e mitigar as interações do homem ao meio é um direito de todo cidadão consciente e responsável. A fome e a miséria dos povos são ainda sinônimos de degradação e desrespeito ao meio ambiente e ao próximo³³”.

³³ DANTAS, Moysés. Os condutores e monitores de trilha e a responsabilidade socioambiental. I Encontro da Rede Capixaba de Educação Ambiental. Disponibilizado em <http://recea.org.br/acervo/Anais_Educacao_Ambiental___Martha_Tristao.pdf#page=263>. Acessado em 27 de jul. de 2013. p.229.

Em suma, faz-se necessário encontrar soluções urgentes no sentido de mitigar as alterações que o meio ambiente vem sofrendo por negligência e/ou despreparo da sociedade, além da falta de incentivo do Poder Público em prol da educação ambiental sustentável. Ou seja, o fio condutor para se chegar à sustentabilidade, ainda continua sendo a educação.

1.3 Peculiaridades históricas e pedagógicas da educação ambiental no Brasil

A marca do capitalismo foi a Revolução Industrial que, de certa forma mobilizou todo o sistema de produção, conseguindo tal feito, triplicar os lucros, com toda esta evolução, mas também trouxe alguns malefícios ao meio ambiente, gerando poluição do ar, dos rios, do solo, desmatamento, etc. Percebe-se que com a evolução do capitalismo, desencadeou toda a problemática ambiental até os dias atuais. Espera-se que a crise ambiental de certa forma contribua para o enraizamento e aprofundamento de políticas públicas e promovam a inclusão da educação ambiental no Brasil, levando em conta que os poderes dos homens têm consequências inesperadas, rompendo as consciências herdadas do passado.

Destarte, o progresso também trouxe retrocesso. Os questionamentos do progresso iniciaram-se na década de 1960, gerando, assim, efeitos econômicos, ecológicos, culturais, desigualdade em várias regiões e populações. A perspectiva dos brasileiros em face da problemática ambiental não é somente de cunho ideológico nem é alheia aos interesses econômicos e sociais. O capitalismo em sua gênese era extremamente expandir a produção em curto prazo, não importando com as desigualdades entre as nações e o meio ambiente.

A priori a utilização do termo educação ambiental iniciou-se por volta de 1948, num encontro da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) em Paris, em direção à educação ambiental. Ressalta-se que a I Conferência realizada em Tbilisi – 1977, trata da educação ambiental, logo a UNESCO realizou em Moscou 1987, a II Conferência deu ênfase nos princípios da primeira Conferência – Tbilisi, 1977, objetivando a concretização da educação ambiental, destaca-se:

No dizeres de Mauro Guimarães:

A educação ambiental resulta uma dimensão do conteúdo e da prática da educação orientadora para a resolução dos problemas concretos embasados pelo meio ambiente, graças a um enfoque interdisciplinar e a uma participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade. Atualmente se sabe que a chave destes problemas apoia-se em boa medida nos fatores sociais, econômicos e culturais que os provocam e que não será possível, por conseguinte tecnológicos. A educação ambiental como um processo permanente em que os indivíduos e a coletividade tornam consciência de seu meio e adquirem os conhecimentos, os valores, as competências, as experiências e, também a vontade capaz de fazê-los

atuar, individualmente e coletivamente, para resolver os problemas atuais e futuros do meio ambiente. Entre os elementos que contribuem para a especificidade da educação ambiental, talvez o mais importante seja seu enfoque orientado para a solução de problemas concretos do meio ambiente humano. Daqui se depreende outras de suas características fundamentais, a saber: a perspectiva interdisciplinar, em que se inscreve para tomar ciência da complexidade dos problemas ambientais e da multiplicidade dos fatores que se explicam³⁴.

Ressalta-se que mesmo tendo o reforço dos princípios da primeira e segunda Conferência, todos estes princípios são frutos do primeiro evento - Conferência de Estocolmo, em 1972, onde incluiu a temática da educação ambiental na Agenda Internacional. Enquanto que, em Belgrado (Iugoslávia) - 1975 deram-se início as propostas como, por exemplo, o Programa Internacional de Educação Ambiental, no qual são definidos os princípios e orientações para o futuro promissor.

Em Tbilisi na Geórgia (ex-União Soviética), em 1977, cinco anos após Estocolmo, a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, em parceria entre a Unesco e o Programa de Meio Ambiente da ONU (PNUMA). Por intermédio desses encontros, o Brasil firmou a implantação da educação ambiental, defini-o como uma disciplina transversal, rompendo as fronteiras e, sendo até o presente momento adotado em todo país.

Neste sentido, o Ministério da Educação por intermédio da SECAD 1 (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade):

Outro documento internacional de extrema importância é o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (Anexo) elaborado pela sociedade civil planetária em 1992 no Fórum Global, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92). Esse documento estabelece princípios fundamentais da educação para sociedades sustentáveis, destacando a necessidade de formação de um pensamento crítico, coletivo e solidário, de interdisciplinaridade, de multiplicidade e diversidade. Estabelece ainda uma relação entre as políticas públicas de EA e a sustentabilidade, apontando princípios e um plano de ação para educadores ambientais. Enfatiza os processos participativos voltados para recuperação, conservação e melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida³⁵.

Todo este arcabouço político – Tratado, Conferências e Programas, contribuiu para alcançar objetivos comuns, como por exemplo, o reconhecimento da educação ambiental. Ressalta-se que é ímpar a importância desse reconhecimento no Brasil, visando à conscientização e transformação do pensamento arcaico em um novo.

³⁴ GUIMARÃES, Mauro. A dimensão ambiental na educação. Campinas SP. 8º ed. 2007. .p25-26.

³⁵ CADERNOS SECAD 1. “Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade”. Ministério da Educação. HENRIQUES, Ricardo; TRAJBER, Rachel; MELLO, Soraia; LIPAI, Eneida M; CHAMUSCA, Adelaide. Educação Ambiental: aprendizagens de sustentabilidade. Disponibilizado no site: < <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental.pdf>>. Acessado em 27 de jun. de 2013. p.12.

Destarte, percebe-se a importância da Agenda 21 brasileira em sua atuação, servindo como um instrumento de planejamento para a realização de projetos tanto global, nacional e local, ao final de toda a análise, objetiva-se a preservação e conservação ambiental, bem como a sustentabilidade do planeta. Vê-se, portanto, que este documento foi elaborado e aprovado pela Administração Pública durante a Rio 92.

Esta comoção, após a Conferência Rio 92 e tantas outras Conferências Internacionais como Nacionais, nos chama a atenção para a necessidade de se articularem ações de educação ambiental, tendo como sustentação a responsabilidade, ética, respeito, conscientização e sustentabilidade. Nota-se que só a implantação da educação ambiental nas Conferências, não foi suficiente para que as mudanças nos currículos escolares ocorressem, neste caso, há a necessidade de dar ênfase ao novo modelo de educação, rompimento as velhas ações e valores e criando um novo pensamento.

E, abrindo caminho para estruturar uma educação inovadora em prol da sustentabilidade. Partindo dessa premissa, a problemática ambiental só ganhará reconhecimento a partir da educação. A necessidade da implementação da educação ambiental ser inserido como um tema transversal quebrando as barreiras e abrindo caminhos para novos horizontes.

Para avançar nesta caminhada, faz-se necessário o envolvimento da sociedade como um todo, em busca de melhoria da qualidade de vida e conscientização da humanidade. Assim, acredita-se que o papel do Estado em face da educação ambiental deverá ser primário, enquanto que, a sociedade e educadores ocupará o papel de coadjuvante, exercendo assim, por meio de diálogo, articulando os procedimentos dentro e fora da escola, juntamente com a comunidade, atuando como atores principais neste processo democrático.

Neste sentido, o Ministério do Meio Ambiente – MMA, pugna pela publicização e democratização das políticas públicas. A intenção do Ministério é apresentar propostas visando o envolvimento de 100% da população brasileira. Mesmo antevendo os limites do Estado para tal realização, como intervenção direta, tem procurado alternativas subsidiárias que possibilitem outras políticas amplas e democráticas que conte com a participação da coletividade.

Logo, para promover a formação de educadores ambientais, faz-se necessário construir uma percepção mais apurada para questionar os modos de produção e consumo que destrói a biodiversidade e compromete a sobrevivência. Assim, os programas por meio de parcerias

com as Comissões Internacionais de Educação Ambiental – CIEAs, redes de educação ambiental, governos estaduais e municipais, universidades, consórcios municipais ou comitês de bacia hidrográfica, gerências do IBAMA e outros órgãos públicos federais, estaduais e municipais, que atuam em cada região do país, buscando promover mudanças de hábitos, comportamentos e ações voltadas para melhoria das condições socioambientais.

Ressalta-se que o Ministério do Meio Ambiente - MMA estabelece diretrizes que possam impactar a sociedade brasileira, objetivando a importância da educação ambiental. Destacando a importância da corresponsabilidade somando esforços em busca de soluções educacionais permanentes. Diretrizes como estas, proporcionará a capacitação tanto de profissionais bem como cidadão neste processo educacional.

Com objetivo de dar sustentação aos pontos estratégicos de comunicação para divulgação de programas educacionais, que possam mobilizar a sociedade como um todo. Levando em conta que espaços diversificados proporcionará difundir o papel do educador e educando, atuantes tanto nos municípios, nas escolas e nas comunidades, tendo uma única finalidade, objetivando a sustentabilidade e a transformação da qualidade de vida. Garantindo assim, soluções compartilhadas.

Percebe-se que estas propostas supracitadas, tende a enraizar e solidificar a educação ambiental para a construção de novos valores. No entanto, estima-se que o futuro do Brasil só será alcançado através da educação, diante disso, faz-se necessário a formação desses educadores ambientais. Para que a práxis pedagógica transforme em instrumentos capazes para combater a problemática ambiental.

Todavia, o Ministério da Educação e Cultura – MEC estabelece a construção de processo permanente de educação ambiental nas escolas. Aderindo a todos as modalidades de ensino: presenciais, à distância e difusas, as ações que envolvem secretarias de educação estaduais e municipais, professores, alunos, comunidade escolar, sociedade civil e universidade, ou seja, a sociedade como um todo. Assim, as questões ambientais serão trabalhadas e supervisionadas a partir de uma visão criteriosa dos órgãos, como, por exemplo, a Conferência Nacional de Meio Ambiente, Formação Continuada de Professores e Estudantes, Inclusão Digital com Ciência de Pés no Chão, Educação de Chico Mendes, entre outros projetos.

Estas são as ponderações Marcos Sorrentino:

Em 2003 os Ministérios do Meio Ambiente e da Educação lançaram a campanha Vamos cuidar do Brasil com a Conferência Nacional do Meio Ambiente, com uma versão adulta e uma para jovens, idealizada pela ministra Marina Silva. A Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente contou com a participação direta de quase dezesseis mil escolas, onde cerca de seis milhões de pessoas entre estudantes, professores e comunidades debateram questões ambientais. Esse movimento incluiu, além das escolas regulares do ensino fundamental, escolas indígenas, quilombolas, ribeirinhas, caiçaras, de assentamento, de pescadores e de portadores de necessidade especiais³⁶.

Percebe-se que as propostas das Conferências, transformou a escola num espaço também para a comunidade levantar questões de como vamos cuidar da nossa água, do ar, do solo, dos seres vivos, de nossos alimentos, da nossa escola e da nossa comunidade, entre outros, por meio deste intercâmbio, obtiveram um documento orientador das propostas, como: “Passo a passo para a Conferência do Meio Ambiente na escola”. Assim, as escolas elegem um delegado (a) e um suplente para definir as propostas de política ambiental, confeccionam cartazes e logo em seguida apresentava para sua comunidade as propostas sobre como Vamos cuidar do Brasil.

Porém, na II Conferência Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, cujo tema Vivendo a Diversidade nas Escolas, atribuiu-se uma multiplicidades de acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário: a Convenção sobre a Diversidade Biológica, a Convenção de Mudanças Climáticas, a Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar e Nutricional e a Declaração de Durban da Conferência Mundial contra o Racismo.

Após estas iniciativas, o governo brasileiro acata os princípios presentes em todos os documentos internacionais, inclusive da Agenda 21, em seu capítulo 25, estabelece que os governos, de acordo com suas estratégias, devem tomar medidas para permitir a participação da juventude nos processos de tomada de decisões relativas ao meio ambiente.

Na Carta Jovens Cuidando do Brasil - (Deliberações da Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente) foram levantados alguns dados relevantes, cerca de, 85% dos jovens não participaram de grupos, enquanto que, 57% adoraria participar dos movimentos em defesa do meio ambiente, o percentual de associações vinculado às questões ambientais foram de 60%. Diante desses números ratificados pela Carta Jovens, onde eles propõem a ampliação dos ambientes para por em pratica a Agenda 21 e assim, abarcando diversos sujeitos de todos os âmbitos da sociedade.

³⁶ SORRENTINO, Marcos. Educação ambiental como política pública. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, maio/ago. 2005. Disponibilizado em < <http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a10v31n2.pdf>>. Acessado em 29 jul. de 2013. p.292.

Enquanto que, na educação formal, o Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, tendo como mediador o Ministério da Educação e Cultura, se encarrega de capacitar profissionais/educadores a vestir a camisa verde para atuar como mediadores educacionais, ou seja, fazer parte deste processo de conhecimentos e conscientização com escopo de multiplicar as ações pautadas num ambiente sustentável. Neste sentido, o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), foi instituído, para dar continuidade na Conferência, fomentando a formação dos educadores para atuarem com mais profissionalismo, e assim construir uma base sólida, transformando os conhecimentos em atitudes reais, para só então repassar estes conhecimentos à sociedade.

Tendo em vista que o conhecimento é fundamental para um aprofundamento da realidade e descobrir formas visíveis de atuar sobre a problemática ambiental. Com isso, faz-se necessário a conscientização e/ou comprometimento com a questão ora discutida, tanto individual como coletivamente em busca da transformação paradigmática. Ressalta-se que em uma sociedade que tinha uma visão de consumismo errônea, hoje se destaca pela construção de novos padrões de vida, articulando a educação ambiental com a interdisciplinaridade e a transversalidade fazendo parte do currículo escolar. A inclusão interdisciplinar e transversal, não deixará que a educação ambiental fique presa a uma grade curricular inflexível, com esta inclusão, tornará vasto o conhecimento, abrindo as portas para a sustentabilidade, ou seja, abrindo um leque de oportunidade incluindo a participação nas políticas públicas, visando um planeta sustentável.

Logo, a educação ambiental por não se tratar de uma disciplina, há essa flexibilidade, permitindo readaptar métodos, incrementar técnicas, melhorar as práticas cotidianas e inovar a metodologia na direção do educere estimulado pelo prazer do conhecimento. Assim, o intuito do Ministério da Educação e Cultura - MEC e do Ministério do Meio Ambiente - MMA é inserir a educação ambiental no dia-a-dia da escola e comunidade, tornando assim uma educação em todos os níveis de ensino, contando com a participação cidadã. Não obstante, a transparência da Administrativa Pública na realização de suas propostas, serve para construção e manutenção do Estado Democrático de Direito, dando subsídios para fomentar sua efetividade. Espera-se que a sociedade envolva mais com as demanda ambientais, não permitindo que o Estado abandone suas ações, e sim, que dê continuidade reforçando as práticas pedagógicas e ampliando o diálogo com a sociedade.

1.4. Como aprender brincando

Manter uma relação entre alunos e professores é uma árdua tarefa, quando se trata de desenvolver uma prática pedagógica voltada para o meio ambiente, faz-se necessário estabelecer uma relação no dia-a-dia para que permaneça como uma práxis pedagógica. Tendo em vista que as crianças e educadores são sujeitos ativos nesta produção de conhecimento, cabendo ao professor manter um diálogo e apresentar as inquietações, avanços e retrocessos, permitindo assim uma flexibilização e ampliação de seus conhecimentos para só depois transmitir adequadamente aos futuros do mundo.

O ato de ensinar não é só passar conteúdo ou conhecimento, mas dar à oportunidade de se criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção. Percebe-se que as crianças têm facilidade de associar e desenvolver um aprendizado diferenciado, assim, faz-se necessário incluir a educação ambiental na educação infantil, desta forma poderá ser desenvolvido o ensino como propõe a Política Nacional de Educação Ambiental, ou seja, a transversalidade curricular.

A educação infantil disponibiliza espaços para trabalhar esta temática, mas para que isso aconteça, é imprescindível à participação ativa de todos os envolvidos nesse processo de ensino e aprendizagem. Todavia, o trabalho dos docentes é agir com discernimento sobre a educação ambiental. Assim, deve-se avaliar se os professores estão aptos para trabalharem esta temática, reportando-se aos materiais didáticos disponíveis. Segundo Rosemari Henn, “(...) o ato de aprender torna-se muito mais rico do que meramente repetir a lição dada. Aprender para nós é construir, constatar para mudar, o que não se faz sem abertura ao risco e à aventura do espírito³⁷”.

Espera-se que os professores façam uso de todo material pedagógico ambiental, proporcionando assim, uma verdadeira troca de experiências e intercâmbios, visando mudanças na qualidade de ensino. Estimular a educação infantil em prol das questões ambientais e dar ênfase na participação de todos os protagonistas, pois o processo só se conclui com todos os componentes da engrenagem. Destarte, neste sentido, a proposta sobre Desafios Ambientais na Educação Infantil, é dar ênfase na construção e reconstrução do saber, ou seja, fomentar novas ações no processo educacional, mesmo tratando de uma faixa

³⁷(FREIRE, 1997, p.77), Paulo apud HENN, Rosemari. Desafios Ambientais na Educação Infantil. Disponibilizado em <<http://www.ecoa.unb.br/probioea/publicacoes/download/ROSEMERIHENN.pdf>>. Acessado em 05 de jan. 2014. p.20-21.

etária que ainda não tem muito experiência. Assim, para que a mudança aconteça na educação infantil, faz-se necessário que os educadores exerçam seu papel como mediadores deste processo, articulando seus conhecimentos em prol do ambiente sustentável.

Nota-se que não pode haver deficiência no material pedagógico do professor, pois o mesmo será responsável na construção e transmissão de conhecimento para os futuros do Brasil. Assim, eles bem preparados, estarão aptos para entender as consequências de um ambiente equilibrado, tendo, portanto, um futuro promissor.

Observa-se que a educação só foi reconhecida de fato como uma ferramenta para saciar a problemática ambiental, em 1970, a Organização das Nações Unidas (ONU), na Conferência de Estocolmo de 1972. Observa-se que, após a Conferência de Estocolmo, criou-se o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), também foi instituído um Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA), com a inclusão desses programas, houve várias iniciativas em todos os âmbitos, visando estimular e modelar o currículo educacional em todas as modalidades de ensino.

Essas são as ponderações Paulo Afonso Leme em face da problemática ambiental:

Daí houve a necessidade de uma estrutura administrativa com órgãos específicos para desempenharem suas atribuições, tendo como suporte o poder de polícia para que sejam cumpridos e respeitados de fato o direito ambiental. (...) o direito do ambiente, mais do que a descrição do direito existente, é um direito portador de uma mensagem, um direito do futuro e da antecipação, graças ao qual o homem e a natureza encontrarão um relacionamento harmonioso e equilibrado³⁸.

A Conferência de Estocolmo também serviu de referência para o Brasil, assim, houve a instituição da Secretaria Especial do Meio Ambiente – SEMA 1973. Em Belgrado – Iugoslávia – 1975, aconteceu um congresso, onde articularam a Carta de Belgrado, seu conteúdo era extremamente relevante, a qual aduz que a educação é eficaz para enfrentar a crise ambiental, possibilitando assim, melhorar a qualidade de vida da humanidade. Aprimorando novos conhecimentos, conscientização, ações, valores e atitudes, ou seja, uma educação voltada para o desenvolvimento sustentável, econômico com consciência sobre as questões ambientais, visando assim, soluções e prevenção para um futuro sustentável.

Já em 1977, houve a junção dos programas: Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA), UNESCO e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

³⁸ MACHADO. Paulo Afonso Leme. Direito Ambiental Brasileiro. 18ª edição. revista, atualizada e ampliada. 2010. p.54.

(PNUMA), organizaram a Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental em Tbilisi onde fortaleceu o entendimento de que a educação ambiental deve ser contínua e permanente em todas as modalidades de ensino, não devendo atuar como uma disciplina específica, ou seja, devendo atuar de modo transversal, abarcando todo o contexto curricular, incluindo a educação infantil, pois as crianças são o futuro do planeta.

Ressalta-se que a Lei nº 9.638/81 em seu art. 2º, inciso X, destaca a educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente. Logo, o Ministério da Educação e Cultura (MEC), em 1987, aprovou um Parecer 226/87, estabelecendo a inclusão da educação ambiental nos currículos escolares de 1º e 2º graus. Assim, vivenciando todas estas iniciativas, a Constituição Federal de 1988, abarcou tal iniciativa, incluindo a educação ambiental como uma fonte no currículo escolar.

Sendo assim, em seu artigo 225, §1º, inciso VI tem a seguinte redação: promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente. Enquanto que, o MEC em 1990, aprova o os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) inclui-o a educação ambiental como tema transversal na educação formal, neste mesmo sentido, a Conferência Internacional Rio-92, sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento aprovou um documento que ficou conhecido como Agenda 21, este documento assegura a universalidade no ensino básico, dando ênfase na educação, visando o desenvolvimento sustentável.

Percebe-se que, as questões referentes à educação ambiental mesmo sendo aprovada desde 1981 vem percorrendo vários caminhos, até chegar a Política Nacional de Educação Ambiental - Lei nº 9.795/99, esta lei veio romper os paradigmas, provocando na sociedade mudanças de hábitos, comprometer e responsabilidade, articulando a construção de um mundo socialmente justo, economicamente viável e ecologicamente equilibrado.

Assim, José Carlos Barbieri e Dirceu da Silva mencionam que:

(...) à necessidade de implantar a educação ambiental de caráter interdisciplinar com o objetivo de preparar o ser humano para viver em harmonia com o meio ambiente (...). A (...) população aos quais a educação ambiental deve ser endereçada, a saber: 1. A educação do público em geral; 2. A educação de grupos profissionais ou sociais específicos, cujas atividades e influência tenham repercussões sobre o meio ambiente, como engenheiros, administradores, arquitetos, projetistas industriais, formuladores de políticas e agricultores; e 3. A formação de determinados grupos de profissionais e cientistas que se ocupam de problemas ambientais específicos, por

exemplo, biólogos, geólogos, toxicólogos, agrônomos, sanitários, meteorologistas etc³⁹.

A educação ambiental tem como objetivo, construir uma identidade verde, formando assim, cidadãos conscientes, comprometidos e bem preparados para enfrentar as questões ambientais de hoje como do amanhã, ou seja, esta ruptura visa identificar o papel do indivíduo, da coletividade, do educador e do educando, a edificar uma base concreta de ações, atitudes, valores e respeito com o meio ambiente. Assim, a educação e a educação ambiental tem o mesmo foco, fomentar a realidade ambiental tanto na educação infantil, fundamental, médio e superior, abarcando todos os níveis de ensino.

Mediante esse contexto, ressalta-se que a importância de iniciar os trabalhos de educação desde a infância, proporcionando uma nova visão de mundo cultural e ambiental. A educação infantil esta diante do processo de formação, ou seja, propício a transformações sociais e ambientais. E, para que isso aconteça, faz-se necessário a importância do professor neste aprendizado, atuando como produtor e reproduzidor de conhecimentos.

Segundo leciona Rosemeri Henn:

O currículo da Educação Infantil permite que se trabalhe noções básicas desenvolvidas, por um saber-fazer mais amplo, sem o receio em relação à secundarização dos conteúdos escolares, pois os saberes não são fechados e nem repetitivos, e dão vazão para os professores saírem da simples visão de transmissão de conteúdos curriculares. (...) o saber do professor é ligado à ação, sendo adquirido através da prática, através da categoria professor-reflexivo e o conceito de reflexão-na-ação, segundo o qual o professor analisa e interpreta a sua própria realidade no ato e o de reflexão-sobre-a-ação, que implica o olhar retrospectivo e a reflexão sobre o que foi realizado⁴⁰.

Assim, compete aos educadores, ensinar e aprender, não se acomodando com os condicionantes complexos que possa surgir, deve apoderar-se da realidade, para assim, terem condições de transformar os recursos disponíveis, e inserir a prática pedagógica ambiental. Partindo dessa premissa, faz-se necessário a inclusão de todos os métodos pedagógicos, inclusive a tecnologia para desenvolver e aperfeiçoar com mais precisão os conhecimentos do meio ambiente e do ambiente em que vivemos.

³⁹ BARBIERI, José Carlos; SILVA, Dirceu da. Desenvolvimento Sustentável e Educação Ambiental: uma trajetória comum com muitos desafios <http://editorarevistas.mackenzie.br> RAM, REV. ADM. MACKENZIE, V. 12, N. 3, Edição Especial. SÃO PAULO, SP. MAIO/JUN. 2011. ISSN 1678-6971 - Acesso no dia: 23 set. 2013. p. 51-82.

⁴⁰HENN, Rosemeri. Desafios Ambientais na Educação Infantil. Disponibilizado em <<http://www.ecoa.unb.br/probioea/publicacoes/download/ROSEMERIHENN.pdf>>. Acessado em 05 de jan. 2014. p.33.

Velando em consideração que, a tecnologia torna-se um objeto de aprendizagem e/ou um instrumento que comporta ao professor chegar facilmente no mundo do aluno, ou seja, com esta ferramenta, possibilitará a construção e reconstrução da consciência dos pupilos em face do meio ambiente equilibrado. Sendo assim, Rosemeri Henn menciona que a tecnologia é uma ferramenta que: “É necessário, portanto, aproximar a tecnologia do dia-a-dia da escola. Esta deve ser discutida veementemente; propiciando, assim, uma inclusão digital e social dos cidadãos em prol de uma melhor qualidade na educação e na vida ⁴¹”.

Percebe-se a importância da inclusão digital no conteúdo educacional, servindo como subsidiário tanto para alunos como para professores. Logo, a tecnologia serve como mecanismo diversificado na construção do conhecimento, ou seja, esta possibilitará uma flexibilidade capaz de criar/recriar, construir e reconstruir formas interpretativas dos educadores. Para os alunos, esta deverá ser utilizada como uma ferramenta que apoia a construção do conhecimento, melhorando assim, a aplicabilidade da metodologia, e assim, estimulando o desenvolvimento da criança em especial na educação infantil.

A informática tem cunho determinante para instigar o desenvolvimento das atividades pedagógicas, visando melhorias na qualidade do ensino – aprendizagem. A escola disponibilizará de todo o suporte tecnológico, servindo como filtro para a construção de conhecimento, e assim, compreender e transformar cidadãos preparados para enfrentar o mundo. Neste sentido, pedagogia e a tecnologia, são instrumentos que irão proporcionar maior agilidade nas atividades que os alunos irão desenvolver, e mais, este processo será capaz de estimular a curiosidade, contribuindo assim, com o processo de troca e descoberta, ensinar e aprender, assim, eles descobrirão a importância deste envolvimento. Logo, as crianças atuarão como interpretes do desenvolvimento, visando um ambiente sustentável.

O ambiente escolar e o professores atuam como mediadores desta relação, as crianças devem ser instigadas a participar deste contexto, e assim, poderão interagir nesse processo na construção de conhecimentos, enriquecendo e ampliando seu aprendizado. Na educação infantil, nas escolas não podem ser apenas um espaço isolado, para que haja conexão, faz-se necessário a socialização, ou seja, estabelecer uma relação com o mundo e as pessoas.

Carla Canepa considera que:

⁴¹HENN, Rosemeri. Desafios Ambientais na Educação Infantil. Disponibilizado em <<http://www.ecoa.unb.br/probioea/publicacoes/download/ROSEMERIHENN.pdf>>. Acessado em 05 de jan. 2014. p.39.

O atual arcabouço, deve-se ressaltar (...) a importância da educação ambiental é enfatizada, entre outros motivos, pela sua relação com o exercício da cidadania. Tal preocupação demonstra o seu compromisso com a formação de uma cultura democrática, na qual o cidadão tem consciência de pertencer a uma coletividade, ultrapassando seus próprios interesses individuais. Alias, entendemos que o processo de educação ambiental não deve proporcionar uma visão reducionista, enfocando somente a dimensão natural e técnica. Deve ser trilhado numa perspectiva integral e holística, com a construção de valores e a aquisição de conhecimentos, atitudes e hábitos voltados para a participação responsável na gestão ambiental e preparando, assim, o terreno para a tão decantada fórmula do exercício da cidadania, instrumentando, também, a sociedade civil à participação da vida política⁴².

Ações de cunho participativo da sociedade brasileira voltadas para fomentar o diálogo permanente promoverão e/ou contribuirá para uma cultura sustentável. Indubitavelmente, acreditamos em uma educação ambiental que visa ampliar e aprofundar a consciência e o conhecimento das alterações do meio ambiente. E assim, moldar atitudes e ações, buscando discutir formas adequadas para amenizar os impactos ambientais que as intervenções humanas causam.

Neste sentido, Rosemeri Henn faz suas considerações acerca da “relação pessoa-ambiente influencia a própria qualidade de vida onde a criança precisa compreender ecologicamente o seu próprio comportamento em relação ao ambiente (...)”⁴³, o ambiente escolar age como um grande mediador neste processo, e fortalecerá o aprendizado possibilitando uma nova identidade, participação, criatividade, consciência e responsabilidade com o meio ambiente, objetivando a sustentabilidade.

Na medida em que a criança conseguir assimilar a problemática ambiental, ela passará a ser mais um integrante responsável pelas práticas ambientais. Dessa forma, para obter êxito na proposta da educação ambiental nas escolas, faz-se necessário que os espaços sejam abertos, ou seja, é imprescindível a interação com a natureza e a comunidade. As atividades com a natureza poderão ser atribuídas de diversas formas, como por exemplo: brincar na areia, reciclar água da chuva, cuidado com o solo, reciclar o lixo da própria escola, criar brinquedos a partir dos objetos recicláveis, cuidar da horta, dentre outras atividades. Assim, por meio dessas ações, as crianças disponibilizará de mecanismos suficientes para entender a importância de que, através de pequenas ações se constrói um planeta sustentável.

⁴² CANEPA Carla. Educação Ambiental: Ferramenta para a criação de uma nova consciência planetária. Revista de Direito Constitucional e Internacional. RDA. 48/158. Jun.-set. 2004. p.749-750.

⁴³HENN, Rosemeri. Desafios Ambientais na Educação Infantil. Disponibilizado em <<http://www.ecoa.unb.br/probioea/publicacoes/download/ROSEMERIHENN.pdf>>. Acessado em 05 de jan. 2014. p.48.

O Ministério da Educação e Cultura (MEC) em 1997 instituiu os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), designou que a educação ambiental não poderia atuar como uma disciplina específica, e sim abarcar toda a temática educacional, ou seja, atuar como um tema transversal. Assim, proporcionará ao aluno uma visão abrangente da realidade atual. Levando em consideração que, a educação em especial a infantil, possibilitará um enraizamento da complexidade ambiental e servirá para que as crianças aprendam valores e atitudes para assumir posições em prol da vida no futuro. Pois se as mesmas começarem a atuar mais significativamente objetivando amenizar os impactos ambientais, articularem recursos que possibilite a conservação da natureza e qualidade de vida da população. Diante disso, tem-se que a educação ambiental é o comprometimento, responsabilidade individual e coletiva em todos os níveis, ou seja, local, nacional e global, todos, objetivando a construção de um mundo ecologicamente equilibrado, socialmente justo e ambientalmente correto.

Paulo Afonso Leme Machado entende que:

“(...) o desenvolvimento sustentado, (...), visa a realizar o direito de todos os seres humanos a um nível de vida suficientemente correspondente à sua participação ativa, livre e útil no desenvolvimento e na participação das vantagens daí decorrentes, levando em conta devidamente as necessidades e os interesses das gerações futuras⁴⁴”.

Percebe-se que a papel da educação ambiental é promover a formação de cidadãos conscientes, tendo em vista que as crianças são influenciadas pelos comportamentos que compõe o reduto familiar e pelos meios de comunicação, por isso, faz-se necessário que o professor trabalhe seu consciente mais afincado. Possibilitando assim, que o aluno reexamine seus valores e não altere seus comportamentos, criando uma áurea naquilo que foi repassado pelo professor, enfrentando com mais responsabilidade a problemática ambiental, tendo em vista que é um direito de todos viverem num ambiente sustentável e equilibrado.

Pois o avanço é imprescindível, mas há que se ter em mente que, os resultados devem ser positivos em face do ambiente sustentável, pautando-se sempre pela boa qualidade de vida das presentes e futuras gerações. Em respeito a esses princípios, onde se extrai que, o crescimento econômico tem um caráter supremo, diante disso, as políticas há de ser desenvolvidas reciprocamente, de modo que possam garantir o uso racional dos recursos existentes para as gerações presentes e vindouras.

⁴⁴ MACHADO, Paulo Afonso Leme. Direito Ambiental Brasileiro. 21º ed. rev. ampl. atual. São Paulo/SP ed. Malheiros. 2013. p.75.

Ana Cândida de Paula Ribeiro e Arruda Campos entendem que a vida sustentável de vê escorar-se em uma estratégica que poderá ser fomentada segundo os princípios⁴⁵:

- Respeitar e cuidar da comunidade dos seres vivos;
- Melhorar a qualidade de vida humana;
- Conservar a vitalidade e a diversidade do planeta terra;
- Minimizar o esgotamento de recursos não renováveis;
- Permanecer nos limites da capacidade de suporte do planeta terra;
- Modificar atitudes e práticas pessoais;
- Permitir que as comunidades cuidem de seu próprio meio ambiente;
- Gerar uma estrutura nacional para a integração do desenvolvimento e da conservação;
- Constituir uma aliança global.

Para tanto, é de extrema importância ser desenvolvido e/ou incluído a educação ambiental no processo de aprendizagem, pautando-se pelas ações, valores e atitudes, construindo assim, para a consciência dos alunos em compreender os fenômenos e acontecimentos do mundo, e que tenham condições de assumir compromissos em favor da problemática ambiental. As transformações dos alunos são de cunhos relevantes, faz-se necessário que eles percebam e inicie soluções para evitar o desperdício, conservar e prevenir o ambiente natural. Agindo assim, estará indo de encontro para a sustentabilidade ambiental.

Uma vez que, a educação ambiental, articulará a busca da interdisciplinaridade para trabalhar os projetos pedagógicos, facilitando assim, o desenvolvimento da temática, objetivando a construção da identidade e autonomia de cada indivíduo. Rosemeri Henn afirma que: “(...) a educação é um processo de vida e não uma preparação para a vida futura e a escola deve representar a vida presente, tão real para o aluno como o que ele vive em casa, no bairro (...)”⁴⁶.

⁴⁵ RIBEIRO, Ana Cândida de Paula; CAMPOS, Arruda. O Desenvolvimento Sustentável como Diretriz da Atividade Econômica. Revista de Direito Ambiental. RDA 26/77. Abr-jun. 2002. p.648-649.

⁴⁶HENN, Rosemeri. Desafios Ambientais na Educação Infantil. Disponibilizado em <<http://www.ecoa.unb.br/probioea/publicacoes/download/ROSEMERIHENN.pdf>>. Acessado em 05 de jan. 2014. p.68.

Contudo, a transformação pedagógica deve ser desenvolvida e trabalhada de maneira sistêmica e contínua, para que se possa aprender na realidade e da realidade. Assim, os alunos aprenderão a importância da inserção desta temática, servindo como norteadores para articularem a construção de novos conceitos, para que os mesmos assumam responsabilidades, e assim, criem condições para compreenderem, conhecerem e descobrirem novos sentimentos, ética, valores, ideias e hábitos, mobilizando os diversos campos do conhecimento, conforme proposta da Política Nacional de Educação Ambiental.

CAPÍTULO II - IMPLEMENTAÇÃO DA LEI DE POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

2.1. Legislação anterior à Política Nacional de Educação Ambiental

A legislação brasileira anterior a Política Nacional de Educação ambiental, iniciou-se com um rápido olhar externo dos países desenvolvidos. Nos séculos XVII e XVIII, após Revolução Industrial, a educação seguia padrões europeus. Aos poucos a educação foi se desligando da religião e deixando de ser privilegio da classe alta e passando a ser uma ferramenta para conscientização da população planetária.

As preocupações com o meio ambiente foram tomando grandes proporções ao ponto que chamaram a atenção de alguns cientistas que se reuniram em Roma, em 1968, para debater sobre as questões ambientais, em especial ao consumo, as reservas de recursos naturais não renováveis e o crescimento desordenado da população. Findo os debates, iniciou-se a Primeira Conferência Mundial de Meio Ambiente Humano, realizada em 1972, em Estocolmo, na Suécia.

Para Jacques Demajorovic:

Grande parte da perplexidade vivenciada na modernidade está relacionada à chamada Terceira Revolução Industrial gerada pelo avanço da microeletrônica, que propiciou um aumento sem precedentes da produtividade. Ao mesmo tempo, o fantástico desenvolvimento das forças produtivas tem gerado consequências imprevistas nas economias industrializadas desenvolvidas ou em vias de desenvolvimento, ameaçando a própria integridade do sistema de produção que se consolidou no século XX.⁴⁷

Assim, a educação ambiental ganhou espaço em diversas conferências, a partir de tais conferências, ganhou proteção no ordenamento jurídico brasileiro, o primeiro deles foi o Código Florestal - Lei nº 4.771 de 1.965, estabelecendo em seu art. 43, que a semana florestal deverá ser comemorada obrigatoriamente nas escolas e outros estabelecimentos públicos. Percebe-se que o artigo ora mencionado não tratava diretamente de educação ambiental, mas tinha-se uma peculiar atenção à semana florestal, ou seja, a natureza.

Mas, aos poucos a educação ambiental ganha espaço na legislação brasileira ainda tímida, através da Lei nº 6.938 de 1.981 que instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente

⁴⁷ DEMAJOROVIC, Jacques. Sociedade de risco e responsabilidade socioambiental: perspectivas para a educação corporativa. São Paulo. Ed. Senac, 2003. Disponibilizado em: http://books.google.com.br/books?hl=ptR&lr=&id=uB32kACq5NUC&oi=fnd&pg=PA5&dq=socioambiental&ots=PyIsyuo6Rq&sig=7dSHGQSe_ZWsUoxw_X7Fr60CnDY#v=onepage&q=socioambiental&f=false. Acessado em 08 de fev. de 2014. p.20.

em seu art. 2º, inciso X. Com a formação de um novo direito fundamental, a lei acima mencionada, foi posteriormente recepcionada pela Constituição Federal de 1.988 definindo um conceito de desenvolvimento sustentável no Capítulo VI, Título VIII dedicado à ordem social, dedicando um capítulo exclusivamente ao meio ambiente. Em seu art. 225, §1º inciso VI, estabelece a obrigatoriedade estatal em promover e assegurar a efetividade da educação ambiental em todos os níveis de ensino, ou seja, incumbe ao Estado a responsabilidade em garantir a sua efetividade.

Após ter reconhecimento constitucional, a educação ambiental nos remonta ao um ambiente caótico oriundo das inquietações promovidas pelo consumo excessivo dos produtos, desmatamento, não reaproveitamento do lixo, insustentabilidade do planeta, má qualidade de vida e meio ambiente, poluição das águas, do ar, deterioração do solo, dentre outras. Percebe-se que as mazelas ainda permanecem. Sendo assim, o Ministério do Meio Ambiente estabelece que: “A mudança exige esforço, coragem, vontade, garra, determinação, comprometimento, perseverança, empreendedorismo, aventura, risco. (...) Então, é preciso aprender a cooperar com a mudança”⁴⁸.

Diante desta constatação de que muito pouco foi feito, a Declaração de Brasília para Educação Ambiental, foi ratificada a Lei nº 9.795/99, na I Conferência Nacional de Educação Ambiental, objetivando reforçar o texto constitucional. Em seu art. 1º, trás um conceito do seja educação ambiental: se entende por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Essa lei direcionará a sociedade moderna no agir, no pensar, na atitude, na conscientização, na responsabilidade, no conhecimento, na valoração do ambiente em que vive e tanto outros. Ou seja, ela disponibilizará mecanismos para que haja mudança no comportamento do cidadão brasileiro. Pois é através de pequenas ações que podem fazer a diferença, articulando para um futuro promissor. Para Paulo Bessa Antunes: “A educação é

⁴⁸ Identidades da educação ambiental brasileira / Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental; Philippe Pomier Layrargues (coord.). – Brasília: Ministério do Meio Ambiente. Disponibilizado em <http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_publicacao/20_publicacao13012009093816.pdf#page=27>. Acessado em 23 de agost. de 2013. 2004. p.152.

uma atividade constante e permanente que se faz todos os dias e em todos os locais⁴⁹”. O que se percebe, porém, é que educação ambiental converteu-se num objetivo imprescindível de conscientização e responsabilidade da população brasileira.

Embora a Lei nº 9.795/99, tenha acolhido os objetivos, diretrizes, instrumentos ou outros mecanismos, de diversas conferências internacionais. A Declaração de Estocolmo rompeu os paradigmas, abrindo caminho para a educação ambiental, conferindo assim, ao cidadão o verdadeiro exercício da cidadania participativa, incumbindo-lhe comedir suas ações em prol do ambiente sustentável. Dessa forma, João Roberto Winther afirma que: “O exercício da cidadania se torna mais efetivo quando o governo torna disponível a legislação e permite ao cidadão seu respectivo conhecimento⁵⁰”. As ações de cunho participativo definirão as bases para o pleno exercício da cidadania. E, para que a educação ambiental não seja considerada como uma utopia inalcançável faz-se necessário que a Administração Pública se atente para uma metodologia interdisciplinar.

A Política Nacional de Educação Ambiental, em seu art. 3º, inciso I, estabelece que: Como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental, incumbindo, ao Poder Público, nos termos dos arts. 205 e 225 da Constituição Federal, definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a participação da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente. Para Luís Paulo Sirvinskaskas: “o direito ambiental está todo calcado na Constituição Federal de 1988, mas seu estudo precede a esse instrumento máximo de nosso país⁵¹”.

Por tal motivo, a Política Nacional de Educação Ambiental, conta com dois órgãos gestores: o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e o Ministério do Meio Ambiente (MMA), por meio da Coordenação Geral de Educação Ambiental (CGEA) e do Departamento de Educação Ambiental (DEA). Esta cúpula proporcionará a transformação e conscientização dos indivíduos, visando à proteção a vida, bem como os recursos que a natureza dispõe em bases sustentáveis. Ou seja, estes órgãos tem um objetivo em comum, educar o cidadão para

⁴⁹ ANTUNES, Paulo Bessa. Direito Ambiental. 12ª ed. revista e atual. 3º tiragem. Editora Lumen Juris. Rio de Janeiro. 2010. p.256.

⁵⁰ CABRAL, Bernardo apud WINTHER, João Roberto. Evolução Histórica da Legislação Ambiental Brasileira. Disponibilizado em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/ealegal.pdf>.>. Acessado em 28 de jan de 2014. p.13

⁵¹ SIRVINSKAS, Luís Paulo. Manual de Direito Ambiental. 9º ed. ver., atual e ampl. São Paulo. Saraiva. 2011. p.113.

solucionar as questões ambientais. O art. 4º inciso II, da Lei nº 9.795/99, tem um viés conservacionista altamente influenciado em torno da problemática ambiental, e trás a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade.

2.2. A Política Nacional de Educação Ambiental

A Educação Ambiental hoje, conta com dois documentos de extrema relevância: a Política Nacional de Educação Ambiental, a PNEA, a Lei nº. 9.795/99, como norteador político-jurídico atuando como condutor das ações; e o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, elaborado pela sociedade civil planetária em 1992 durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92), extraindo os princípios da Conferência Intergovernamental sobre educação ambiental que ocorreu em Tbilisi, na Geórgia (ex-União Soviética), em 1977.

A Conferência de Tbilisi na verdade deu continuidade na Conferência de Estocolmo, ocorrida em 1972. Estes documentos supracitados deram ênfase em atos políticos, participativos e emancipatório da educação ambiental, configurando-a como um instrumento de conscientização e transformação social, pactuando com a mudança de hábitos da sociedade. Tem-se que outro componente que merece ênfase em função da transformação desenvolvimentista foi à noção de sociedades sustentáveis, construídas a partir de princípios democráticos e modelos participativos de toda a população.

A educação ambiental tende a fomentar processos continuados que possibilite o aumento do poder de participação do cidadão criando novos hábitos, dar viabilidade, mostrar a face da real necessidade, dialogar e trocar aprendizados, desestabilizando assim um modelo arcaico e devastador das relações dos seres humanos entre si e com o meio ambiente. Assim, o exercício da cidadania em todas as esferas, é um elemento ímpar nas ações educativas - ambientais.

A busca incessante por mudanças individuais e coletivas coloca o Estado e comunidade a enfrentar os desafios ultrapassados, quebrando os paradigmas e, visando fortalecer a sociedade.

Afirma Paulo Freire que:

O homem existe – existere – no tempo. Está dentro. Está fora. Herda. Incorpora. Modifica. Porque não está preso a um tempo reduzido a um hoje permanente que o esmaga, emerge dele. Banha-se nele. Temporaliza-se. (...) Na medida, porém, em que faz esta emersão do tempo, libertando-se de sua unidimensionalidade,

discernindo-a, suas relações com o mundo se impregnam de um sentido consequente⁵².

A educação ambiental procura, portanto, enraizar e/ou fortalecer prática pedagógica possibilitando assim, uma cultura a partir do diálogo. Nesse sentido, a construção da educação ambiental como política pública, implementada pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) e pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), são processos de intervenção direta que corrobora com diferentes sujeitos sociais em todos os âmbitos - formal e não formal. Percebe-se que o cidadão tem capacidade de exercer seu papel, visando um ambiente sustentável, tanto na formação de educadores como na formação de educandos. Faz-se necessário a articulação de demandas que façam cumprir de fato, a inclusão da educação ambiental com mais ênfase em todas as modalidades de ensino.

Pois, a Política Nacional de Educação Ambiental vem construir para uma nova conscientização, transformação social e cultural no cidadão. Ela nasceu com um objetivo ímpar, construir novos valores e expandir novos conhecimentos. Assim, a educação ambiental fomenta um novo processo pedagógico, dando mais ênfase nos espaços educacionais.

Marcos Sorrentino entende que:

(...) O Estado, neste sentido, vive o paradoxo de ser representação de uma tese senescente ao tempo em que congrega atores e setores (na mão esquerda do Estado, em Bourdieu, 1998) que tendem a aliar-se à sociedade civil na transformação cultural e social e na função de estimular a transformação do próprio Estado nessas novas direções. Santos (1999) fala dessa perspectiva de ação do Estado como se ele próprio compusesse um “novíssimo movimento social”⁵³.

Nesta perspectiva, cumpre ressaltar que a educação ambiental versa sobre mudança de paradigma possibilitando tanto em uma revolução científica quanto política. A educação ambiental almeja educar o cidadão, podendo assim, construir uma sociedade responsável e solidária. A educação ambiental nos convida a atuarmos com mais responsabilidades, conscientização, autonomia na participação nos debates de políticas públicas como, por exemplo, questionar a qualidade da educação, o meio ambiente em que vivemos a relação das comunidades locais, o lixo produzido e onde são depositados, entre outros.

⁵² FREIRE, Paulo. Educação como política libertadora. 14 ed. rev. atual. – Rio de Janeiro Paz e Terra. 2011. p.57.

⁵³ SORRENTINO, Marcos. Educação ambiental como política pública. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, maio/ago. 2005. Disponibilizado em < <http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a10v31n2.pdf>>. Acessado em 29 jul. de 2013. p.287.

Martha Tristão e Flávia Nascimento entendem que isso comporta a necessidade de se auto examinar: “O conhecimento pertinente reconhece que, em meio à complexidade do real, não é possível nunca a compreensão total. É por isso, também, que a busca do conhecimento torna-se um esforço infinito, mas que pode se tornar um círculo virtuoso⁵⁴”. A educação ambiental busca abrir novos espaços que possam contribuir para a melhor da qualidade de vida dos seres humanos e de todas as espécies e sistemas naturais com os quais compartilhamos. Diante desta tarefa árdua, o simples fato de participar objetivando a manutenção do equilíbrio dos ecossistemas, consistiu o exato sentido pela busca. Marcos Sorrentino: “(...) Nesse sentido, podemos resgatar o pensamento de Edgar Morin, que vislumbra para o terceiro milênio a esperança da criação da cidadania terrestre⁵⁵”.

A educação ambiental são elementos predominantes que visa à construção e/ou transformação de novos saberes. Ela veio fazer com que, o cidadão exerça a verdadeira cidadania. O inciso VII do art. 5º da Lei nº 9.795/99 estabelece que: o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade, isso denota o princípio da solidariedade intergeracional.

Édis Milaré aduz que:

(...) O homem é animal político e animal histórico. É indispensável, pois, que as lições dos tempos históricos ensinem-no a respeitar as heranças ameaçadas dos tempos biológicos e geológicos que o precederam. Para tanto é inadiável que ele mude sua política em relação ao ambiente, mediante um novo ordenamento ambiental da sociedade⁵⁶.

Isso nos leva a crer que, a educação ambiental pode-se iniciar-se nas escolas, casa, trabalho, comunidades, nos bares, dentre outros, ou seja, os meios de comunicação por mais simples que seja, podem servir como centros, para estimular, conscientizar, fortalecer, apoiar e reorientar as gerações presentes e vindouras. Como um adágio popular, o eixo central da sustentabilidade é a partir da educação, e para que se construa ela, faz-se necessário mobilizar e conscientizar a sociedade de que há necessidade de preservar o meio ambiente em prol do bem de todos, em especial para as futuras gerações.

⁵⁴ TRISTÃO, Martha; RIBEIRO, Flávia Nascimento. I Encontro da Rede Capixaba de Educação Ambiental. Disponibilizado em <http://recea.org.br/acervo/Anais_Educacao_Ambiental___Martha_Tristao.pdf#page=263>. Acessado em 27 de jul. de 2013. p.30.

⁵⁵ SORRENTINO, Marcos. Educação ambiental como política pública. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, maio/ago. 2005. Disponibilizado em < <http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a10v31n2.pdf>>. Acessado em 29 jul. de 2013. p.287.

⁵⁶ MILARÉ, Édis. Direito do Ambiente: a gestão ambiental em foco: 7º. Ed. re., atual. e reform. – São Paulo: editora dos tribunais. 2011. p.71.

Francisco Freire de Figueiredo Filho e Maria do Socorro da Silva Menezes dão ênfase no:

Princípio da Educação Ambiental: é um dos pilares básicos do direito ambiental, estando previsto no art. 225, §1º, IV da Constituição Federal, na Lei nº 9.795/99 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, a qual indica a necessidade de condicionar os comportamentos sociais e individuais para preservação ambiental e melhoramento da qualidade de vida. A educação ambiental é condição fundamental para o desenvolvimento sustentável e para o exercício da democracia, pois orienta o indivíduo na busca da satisfação de suas necessidades econômicas, sociais e culturais em um ambiente ecologicamente equilibrado (...)⁵⁷.

Para concluir esta condição fundamental, a educação ambiental deve atuar em todas as áreas da educação formal e não formal, visando estimular o diálogo com a escola e com a comunidade, articulando trabalhos ligados às questões socioambientais. Ela deve, portanto, ser direcionada para a cidadania ativa possibilitando assim, a participação, solidariedade e maior responsabilidade com as demandas ambientais. Podendo, assim, transformar a pedagogia que se encontra vulnerável, em ações coletivas tendo um único objetivo, manter a prática integrada, contínua e permanente no que tange aos problemas ambientais. Tendo em vista que, a educação ambiental nasce como um processo educativo e conduz a um saber ambiental materializado nos valores éticos, conscientização, responsabilidades e nas regras políticas de convívio social.

Segundo Antonio Souza Prudente:

(...) a cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social, estabelecendo-se uma gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos (...)⁵⁸.

Considerando como pressuposto da cidadania, faz-se necessário considerar que o exercício da cidadania e a presença humana participativa na esfera pública se tornam um elemento ímpar nas ações educativos-ambientais. Servindo assim, como um instrumento de transformação social, ideologicamente comprometida com a mudança social. O meio ambiente passou a ser reconhecido como política pública no Brasil, após a Conferência de Estocolmo, em 1972, iniciada pelas Nações Unidas em implantar o tema nas agendas dos governos, com isso foi criada a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA) ligada à

⁵⁷ FIGUEIREDO FILHO, Francisco Freire de; MENEZES, Maria do Socorro da Silva. Sinopse de Direito Ambiental. 1º ed. São Paulo. EDIJUR. 2012. p.51-52.

⁵⁸ SOUZA PRUDENTE, Antonio. Educação ambiental como garantia fundamental da cidade sustentável. Fórum de Direito Urbano e Ambiental – FDU, Belo Horizonte, ano 10, n. 56, mar./abr. 2011. Disponibilizado em: <http://bid.editoraforum.com.br/bid/>>. Acessado em 01 de fev. de 2014. p. 3233.

Presidência da República. Mas apenas após a I Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental de Tbilisi, em 1977, a educação ambiental foi incluída nos programas para direcionar um ambiente sustentável.

Marcos Sorrentino esclarece que:

Em 1983, sob a presidência da primeira-ministra norueguesa Gro Brundtland, foi criada a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e, em 1987, a comissão publicou *Nosso futuro comum*, que ficou conhecido também como Relatório Brundtland. A partir desse relatório, o conceito de desenvolvimento sustentável passou a ser utilizado em substituição à expressão *ecodesenvolvimento* e constituiu a base para a reorientação das políticas de desenvolvimento e sua relação direta com as questões ambientais⁵⁹.

Ultimamente, o desenvolvimento sustentável adverte para um tratamento dado à natureza e seus recursos naturais ou imateriais, destinado a sanar as disparidades no planeta. Tendo em vista que, uma boa parcela da sociedade é quem detém o controle social, mantendo assim, o descontrole na distribuição e acesso a esses recursos, desestimulando/desequilibrando os cidadãos. Nesse sentido, a educação ambiental tem como meta recuperar a identidade cultural e social do cidadão e com isso, recuperar um ambiente sustentável, visando à transformação do meio natural, por meio de métodos adequados para impedir desperdícios. Assim, a educação ambiental ingressa neste processo para nortear a sociedade transformando-a numa práxis educativa.

A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA–Lei nº 9.795/99) no art. 1º da lei define a educação ambiental como processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos e habilidades, atitudes e competências voltadas para conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. Por outro lado, o artigo 2º da mesma lei, ressalta a questão da interdisciplinaridade metodológica da educação ambiental como “componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal”.

Após a regulamentação da lei supracitada, o Decreto 4.281/02, indicou órgãos gestores da Política Nacional de Educação Ambiental, como por exemplo, Ministério da Educação e do Meio Ambiente. Estes órgãos representa a organização do Estado para solucionar as demandas. A parceria entre MEC e o MMA em seus respectivos setores da educação

⁵⁹ SORRENTINO, Marcos. Educação ambiental como política pública. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, maio/ago. 2005. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a10v31n2.pdf>>. Acessado em: 29 jul. de 2013. p.289.

ambiental, norteado pelo Programa Nacional de Educação Ambiental — ProNEA estão fomentando programas e projetos junto às redes públicas de ensino, unidades de conservação, prefeituras municipais, empresas, sindicatos, movimentos sociais, comunidades, jovens, dentre outros parceiros.

Assim, Fernando Bañuls Soto:

Además, para los que nunca nos sentimos ni mínimamente identificado (sino enfrentados) con el régimen franquista y teníamos serios reparos para ser tan siquiera compañeros de viaje del partido comunista (¡ni, por supuesto, de los partidos situados a su izquierda!), Estado de Derecho sociedad democrática nos permitía sentirnos vinculados con otra vía política la del Estado democrático de Derecho allí proyectada, tan respetuosa de la libertades como exigente en la lucha contra las desigualdades sociales económicas⁶⁰.

Assim, a Administração Pública pauta-se por uma cultura ecológica. Ao passo que, há necessidade de aprofundar na construção de novas ações, valores, respeitos, consciência e responsabilidades, ou seja, ser um cidadão diferente, adquirindo assim, a capacidade cultural de transformar o planeta em sustentável. Proporcionando-os troca de experiências e conhecimentos, permitindo assim, um crescimento intelectual. E, com este crescimento intelectual, a sociedade terá subsídios para fomentarem suas ações, objetivando estratégias ainda mais perceptíveis para que a humanidade compreenda a dimensão da problemática ambiental. E, assim, como sujeitos de direitos e deveres, possam atuar na tomada de decisões.

2.3. Educação Ambiental nas Escolas

Tem-se que como eixo metodológico da educação ambiental, fomenta o preparo e acompanhamento dos docentes responsáveis, proporcionando subsídios para que haja a junção entre professores e alunos, e assim, sejam trabalhadas de forma atuante e centradas numa visão interdisciplinar. O foco principal é desenvolver projetos galgando pela compreensão de que educação ambiental nas escolas deve provocar mudanças de postura, valores e atitudes em relação ao meio ambiente, visando também à formação dos alunos para uma cidadania crítica e participativa, por meio de capacitação e aperfeiçoamento dos educadores. Um projeto bem estruturado pauta-se pela realidade local/global focado num processo contínuo e

⁶⁰BAÑULS SOTO, Fernando. Elías Díaz, entre la Ética y la política. Universidad de Alicante Disponibilizado em <http://scholar.google.com.br/scholar?q=fernando+Banuls+Soto+Elias+D%C3%ADaz%2C+entre+la+%C3%A9tica+y+la+politica&btnG=&hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5>. Acessado em 23 de jan. de 2014. p.218.

sistêmico, devendo ser trabalhado de forma interdisciplinar, ou seja, não atar-se somente a uma disciplina, e sim a diversas disciplinas, abarcando diverso saberes.

O trabalho realizado de forma multidisciplinar engloba o desenvolvimento dos projetos escolares, materiais didáticos adequados à realidade escolar, cursos, oficinas, visitas monitoradas e ciclo de palestras para professores e alunos, dentre outros. Estes instrumentos servem para nortear a vida acadêmica, sensibilizando e estimulando a realização da educação ambiental de forma transversal e transdisciplinar.

É de suma importância estimular o desenvolvimento de ações/intervenções de educação ambiental no contexto escolar, propondo à ampliação da consciência e a compreensão da realidade atual, ou seja, sobre a importância da preservação e conservação dos recursos naturais e sua relação com a qualidade de vida. Percebe-se que a educação ambiental não é somente ensinar e sim educar o cidadão para estar apto a posicionar-se criticamente não somente em relação aos recursos naturais, mas também no que tange às questões políticas, sociais e culturais.

Percebe-se que, cabe à escola e aos educadores proporcionarem no âmbito escolar pessoas habilitadas para adquirir e repassar informações e conhecimentos necessários para renovar as ações e proteger o meio ambiente. Acredita-se que, a educação irá fomentar a compreensão e conscientização do cidadão. Nesse sentido, é fundamental o papel que o professor desempenha para conscientização e sensibilização, dos alunos para um futuro próximo. O que não pode acontecer é a precariedade do material didático, ausência de programas que objetivem construir um futuro propulsor.

Assim, educação centra um olhar na dimensão do cotidiano escolar tendo como norte um fator de cunho metodológico com a educação ambiental, Pirola Josenilde Chaves entende que:

A instituição escolar é um espaço de suma importância para o desenvolvimento da Educação Ambiental, desde que haja um engajamento dos seus atores quanto a esse objetivo. Considera-se essencial a busca contínua da compreensão dos valores no seu cotidiano, utilizando estratégias fundamentais para a efetivação da Educação Ambiental como: trabalhar a sensibilização, a conscientização e a mobilização dos envolvidos⁶¹.

⁶¹ CHAVES, Pirola, Josenilde. Educação ambiental: análise da prática docente nas escolas de aimorés, via instituto terra, com vistas às práticas sociais. In I Encontro da Rede Capixaba de Educação Ambiental. Disponibilizado em <http://recea.org.br/acervo/Anais_Educacao_Ambiental___Martha_Tristao.pdf#page=263>. Acessado em 27 de jul. de 2013. p.269.

Percebe-se que, um grande empecilho em relação às questões ambientais e o despreparo dos docentes, ou seja, há necessidade de inserir a educação ambiental no âmbito escolar, para sensibilizar e melhorar a qualidade de vida tanto das presentes gerações como as gerações vindouras. Diante da problemática ambiental é de suma importância que as novas gerações possam ter em seus currículos, a metodologia adequada para tratar da educação ambiental, pois a escola é o lugar apropriado para que esse processo aconteça. Marcos Antônio Cuba entende que: “A educação Ambiental, (...) proporciona uma visão ampla e atual das principais questões ambientais, colaborando para que se possa implementar no ambiente escolar alternativas para sensibilizar alunos, professores e funcionários (...)”⁶².

A educação ambiental rompeu as barreiras após a promulgação da Lei 9.795, de 27 de abril de 1999, que estabeleceu a Política Nacional de Educação Ambiental e, por intermédio dela, foi estabelecida a obrigatoriedade da Educação Ambiental em todos os níveis do ensino formal da educação brasileira. Ou seja, esta lei é de extremamente importante para a história da educação ambiental no Brasil, tendo em vista que a Lei nº 9.795/99 é fruto da interlocução entre ambientalistas, educadores e governos.

Ressalta-se que a educação formal e não formal continua sendo um espaço importante para o desenvolvimento de ações, valores e atitudes comprometidas com a sustentabilidade. Mas há que se destacar que, é a escola tem como prerrogativa de extrema importância como, por exemplo, as informações que envolvem os educadores a criarem alternativas que estimulem os alunos a terem percepção de suas responsabilidades e, principalmente, compreender que são integrantes do meio ambiente. A educação ambiental é capaz de chamar a atenção da população de um modo geral, para o comprometimento e fiscalização dos órgãos públicos na tomada de decisões, fortalecendo a cidadania e, favorecendo a compreensão, consciência, valores, ações e conhecimentos que permitam desenvolver o nosso subconsciente, estimulando a participação ativa.

Segundo Marcos Antônio Cuba:

A Educação Ambiental é um tema muito discutido atualmente devido ao fato de se perceber a necessidade de uma melhoria do mundo em que vivemos, pois é

⁶² CUBA, Marcos Antônio. Educação ambiental nas escolas. ECCOM, v. 1, n. 2, p. 23-31, jul./dez., 2010. Disponibilizado no site: <<http://www.fatea.br/seer/index.php/eccom/article/viewFile/403/259>>. Acessado em 26 de jul. de 2013. p.23.

facilmente notado que estamos regredindo cada vez mais em nossa qualidade de vida de um modo geral, nos deixando levar por nossas obrigações diárias⁶³.

Portanto, resta-nos perquirir, agora, para a formação dos sujeitos envolvidos, como por exemplo, os professores, devem ter constantemente novas metodologias que vem de encontro com a realidade atual planetária, podendo assim, atuar e influenciar os alunos para a construção de um novo planeta, visando à quebra de paradigma. A participação ativa do Poder Público, através do MEC, de Secretarias de Educação por meio da capacitação dos profissionais referindo-se à educação formal, enquanto que, a participação do indivíduo, representa o verdadeiro exercício de cidadania.

Ressalta-se que, faz-se necessário inserir a transversalidade pedagógica quebrando as barreiras entre os profissionais da educação ambiental. Agindo assim, tem-se que é possível mudar as condutas individuais e coletivas para fomentar a consciência e/ou valores, para relacionar-se com o mundo e seus recursos naturais, ou seja, as pessoas trabalharão suas convicções para enfrentar as rupturas em face do meio ambiente, haja vista ser o povo quem exerce essa titularidade.

Destarte, em 1965 articulou pela primeira vez em educação ambiental (EA), na Conferência de Educação da Universidade de Keele na Inglaterra, tendo como viés de que esta, deveria se tornar uma revolução do mundo para nortear o cidadão de que, a educação é o único condutor para se chegar há um planeta sustentável. Assim, a educação é um artefato emergencial e essencial para criar hábitos bem como construir um país sustentável, diante dos desequilíbrios ecológicos frutos de uma sociedade capitalista, onde o desperdício, o uso descontrolado dos bens que a natureza proporciona, como, por exemplo, o ar, o solo, a água, fauna, flora, as queimadas descontroladas, dentre outros. Essas condutas impróprias dos homens são estimuladas pelo falta de educação, e que hoje essa irresponsabilidade é fruto e resultado da problemática ambiental.

Ressalta-se que em praticamente todos os eventos/conferências, os participantes sustentam a tese de que, a educação ambiental deveria ser aplicada na disciplina de Biologia. Com implantação da Lei nº 9.795/99, isto não é possível, a educação ambiental é um tema transversal, ou seja, deverá ser desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal. A perspicácia desta difusão

⁶³ CUBA, Marcos Antônio. Educação ambiental nas escolas. ECCOM, v. 1, n. 2, p. 23-31, jul./dez., 2010. Disponibilizado no site: <<http://www.fatea.br/seer/index.php/eccom/article/viewFile/403/259>>. Acessado em 26 de jul. de 2013. p.24.

é o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade. Michele Sato e Isabel Carvalho sintetizam que a “interdisciplinaridade, quer dizer, a uma busca de novos sentidos do conhecimento que as disciplinas individuais por si mesmas não estavam em condições de proporcionar⁶⁴”.

A interdisciplinaridade pode ser considerada como uma difusão de saberes. Prova disso ocorreu em 1968 onde criou-se o Conselho para Educação Ambiental na Inglaterra, do qual mais de cinquenta organizações participaram com olhos atentos para temas relacionados à educação e ao meio ambiente. Neste momento, iniciou-se o interesse pelo tema supracitado, onde mais seis países europeus, como, Dinamarca, Finlândia, França, Islândia, Noruega e Suécia debateram a respeito da iniciação da educação ambiental no currículo escolar de forma transversal.

Desta maneira, o desafio foi disseminado em Estocolmo, onde há várias indagações, como por exemplo, seria necessário um esforço internacional para se definir em bases conceituais o que seria a Educação Ambiental? A resposta seria positiva, levando em consideração que a consciência ambiental vai além dos limites dos formadores de opinião; na visão ecológica, tendo em vista que é compromisso de todo cidadão consciente, ampliar tal consciência, visando um planeta sustentável.

Desta maneira, houve vários acontecimentos sub-regionais, regionais, nacionais e internacionais consecutivos, a priori geraram documentos que fundariam seus objetivos, princípios e finalidades de inserir a educação ambiental no currículo escolar. Visando a relação do homem com o meio ambiente e da busca eminente de sustentabilidade ambiental, uma vez que, a área econômica e tecnológica, atreladas ao teor capitalista globalizado, tem apressado a largos passos, os desequilíbrios, as injustiças, as contendas, e ameaçado gravemente, o seguimento da vida no planeta.

Outro marco histórico que deu sustentação a educação ambiental, foi a Rio-92, nesta Conferencia, propagou-se uma educação inovadora da realidade, tendo como objetivo, e corroborando com a cidadania, fortalecendo a ideia de que cada pessoa é portadora de direitos e deveres e de se converter, portanto, em sujeito ativo e corresponsável na defesa da qualidade

⁶⁴ SATO, Michele; CARVALHO, Isabel. Educação Ambiental: pesquisas e desafios. Porto Alegre: Artmed, 2008. Disponibilizado em: <<http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=eqz3taOyaH4C&oi=fnd&pg=PR5&dq=educa%C3%A7%C3%A3o+ambiental+no+mato+grosso&ots=XjuVL8MhuF&sig=Nie7axf1Skjd0K4K0RBCJHJATG8#v=onepage&q=educa%C3%A7%C3%A3o%20ambiental%20no%20mato%20grosso&f=false>>. Acessado em 08 de fev. de 2014. p.119.

de vida, ou seja, constituir um sistema de ensino crítico e inovador, tanto formal - na escola como não formal - fora da escola.

Marcos Antônio Cuba menciona que:

Assim, a educação ambiental deve ser acima de tudo um ato político voltado para a transformação social, capaz de transformar valores e atitudes, construindo novos hábitos e conhecimentos, defendendo uma nova ética, que sensibiliza e conscientiza na formação da relação integrada do ser humano, da sociedade e da natureza, aspirando ao equilíbrio local e global, como forma de melhorar a qualidade de todos os níveis de vida⁶⁵.

Logo, em 2002, ocorreu um Encontro Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável para avaliar as metas abordadas após Rio-92, em Johannesburgo - África do Sul. Evento este que, ficou conhecido como Rio+10. O objetivo, de todos os Representantes dos países na Conferência, foi à educação, ela é uma peculiaridade no que tange a educação ambiental, devendo ser considerada como uma práxis educativa nas diferentes esferas da vida. Proporcionando o crescimento educacional das gerações presente e vindouras e requalificando a compreensão e os caminhos vistos como sustentáveis.

Segundo entendimento de José Carlos Barbieri e Dirceu da Silva:

É indispensável um trabalho de educação em questões ambientais, dirigido para jovens e adultos. A Conferência de Estocolmo firmou as bases para um novo entendimento acerca das relações entre o ambiente e o desenvolvimento socioeconômico. O primeiro princípio dessa Declaração é um exemplo dessa visão que integra questões sociais e ambientais, o que confere sentido para a expressão socioambiental⁶⁶.

O Brasil em 1972, no final da Conferência de Estocolmo assinou sem restrições, a Declaração da ONU sobre o Meio Ambiente Humano. Logo, no ano subsequente, a Presidência da República criou a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), dentro do Ministério do Interior, convidando o professor Nogueira Neto para conduzir os trabalhos, em apoio à educação ambiental. Ressalta-se que este foi o primeiro órgão nacional em defesa do meio ambiente. A junção dos órgãos, da Secretária Especial do Meio Ambiente (SEMA) e o Ministério da Educação e da Cultura (MEC), resultaram na definição de que a “Educação

⁶⁵ CUBA, Marcos Antônio. Educação ambiental nas escolas. ECCOM, v. 1, n. 2, p. 23-31, jul./dez., 2010. Disponibilizado no site: <<http://www.fatea.br/seer/index.php/eccom/article/viewFile/403/259>>. Acessado em 26 de jul. de 2013. p.26.

⁶⁶ BARBIERI, José Carlos; SILVA, Dirceu da. Desenvolvimento Sustentável e Educação Ambiental: uma trajetória comum com muitos desafios. Disponibilizado no: <http://editorarevistas.mackenzie.br/REV. ADM. MACKENZIE, V. 12, N. 3, Edição Especial. SÃO PAULO, SP. MAIO/JUN. 2011. ISSN 1678-6971 ->. Acessado em: 23 set. 2013. p. 51-82.

Ambiental” poderia constar no currículo, mas não como disciplina específica, ou seja, atuando de forma transversal, quebrando os paradigmas, para um futuro propulsor.

O sistema daí então começa a funcionar ainda a passos lentos, em abril de 1981, foi promulgada a Lei nº 6.902/81, que criou área de preservação ambiental, entre as quais as Estações Ecológicas destinadas à realização de pesquisas e à Educação Ambiental. Quatro meses após, em agosto de 1981, promulgou-se a primeira lei que coloca a Educação Ambiental como um instrumento para proteger os problemas ambientais. Percebe-se que é a primeira lei ambiental no Brasil, que dá ênfase na educação ambiental, foi a Política Nacional do Meio Ambiente – nº 6.938/81, em seu art. 2º inciso X, estabelece que a educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

Diante desta luta ambientalista, em 5 de outubro de 1988 foi promulgada a atual Constituição Federal, com seu Capítulo VI - Meio Ambiente que, entre outros avanços na área ambiental, tornou a educação ambiental obrigatória em todos os níveis de ensino, porém sem tratá-la como uma disciplina específica (art. 225, §1º, inciso VI), promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente. Com a publicação da Lei 9.795, de 27/4/99, que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental, a priori, esta questão tomou força para a formação de uma sociedade sustentável, e após a implantação nos currículos escolares, a educação ambiental como matéria passou a ser obrigatória.

A Lei nº 9.795/99 define educação ambiental como o processo por meio do qual o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (art.1º), ou seja, esta lei é considerada como instrumento imprescindível para se alcançar tal desiderato.

Assim, a educação tende transformar a mentalidade e, sobretudo, a conscientização da humanidade, ou seja, a educação pauta-se pela construção do mundo socialmente justo, ecologicamente equilibrado e economicamente viável. Esta parceria com a sociedade, a educação ambiental terá um novo aliado no processo educacional, visando à mutação de conhecimentos, ação/valores diante de uma nova postura a ser construída.

Segundo Carla Canepa:

A educação ambiental é a ferramenta mestra para que seja criada, em todos os níveis, uma consciência ambiental e, com isso, um desenvolvimento sustentável, no qual, ao mesmo tempo em que se promove o crescimento econômico, preservam-se os recursos ambientais para que as gerações futuras também possam deles usufruir⁶⁷.

Ressalta-se que, a educação é o condutor entre a educação ambiental e a sustentabilidade, ou seja, o pensamento revolucionou a pedagogia da atualidade, logo, tem-se que os processos de mobilização e participação estão voltados para recuperação, conservação do meio ambiente e da qualidade de vida da população brasileira. Para que a nova práxis seja transmitida, mostra-se essencial que o indivíduo adote uma nova consciência e compreensão das questões ambientais, e esteja apto para desafios políticos, sociais, econômicos, culturais e ecológicos no qual encontramos submersos.

Hoje, tem-se que a educação representa uma das ferramentas mais poderosa de todas para construção de um novo mundo. Sendo, considerada também, um instrumento de extrema valia na construção de novos conceitos, conhecimentos, conscientização, compreensão e conseqüentemente na mudança de hábitos, ou seja, o desenvolvimento intelectual é conquistado e passado de geração em geração, servindo como um instrumento para revolução educacional. Permitindo, assim, um novo modelo de consciência ambientalista.

A educação instiga o senso crítico, estimula novos mecanismos e/ou instrumentos e provoca discussões, despertando nos alunos interesses pelo conteúdo, e através desta instigação, eles sintam-se motivados no âmbito escolar. Com isso, os alunos vão além dos conteúdos pedagógicos, interagindo, refletindo e atuando conscientemente de forma que a troca seja uma retroalimentação positiva para ambos.

A educação ambiental constitui-se um tema transversal e aponta uma transformação na prática pedagógica, rompendo as barreiras dos educadores para ampliar e desenvolver o aprendizado dos alunos, com novas estratégias para que se alcancem as mudanças almejadas na educação atual. Para garantir a construção de uma sociedade sustentável, tem-se enfrentado grandes desafios nos últimos anos, mas tem-se que a atual educação promova a reforma do pensamento, enquadrando-se no patamar, de novos valores éticos. Assim, o conhecimento só tem valor quando é impulsionado pela coletividade, haja vista que, quando compartilhamos o

⁶⁷ CANEPA Carla. Educação Ambiental: Ferramenta para a criação de uma nova consciência planetária. Revista dos Tribunais. Direito Ambiental. Vol. I. Revista de Direito Constitucional e Internacional. RDA. 48/158. Jun.-set. 2004. p.741.

que sabemos aprendemos com o que os outros compartilham conosco. Diante disso, percebe-se que educar é conscientizar e não só ensinar.

Neste sentido, Antônio Marcos Cuba aduz que:

(...) a pedagogia da Terra é aquela que ensina a transformarmos a cultura da guerra e da violência em uma cultura de paz e não-violência, é aquela que transmite aos jovens e às gerações futuras valores que inspirem a construir um mundo de dignidade e harmonia, justiça, solidariedade, liberdade e prosperidade. (...) é aquela que procura construir uma sociedade sustentável que busca para si o desenvolvimento viável para as necessidades de todos, não apenas do ponto de vista social, mas do ponto de vista sócio-cósmico que procura atender aos demais seres da natureza⁶⁸.

Percebe-se que a educação ambiental almeja que a educação formal ou não formal seja um aprendizado para se adquirir ao longo da vida, pois as responsabilidades, conhecimentos, ações e valores são de extrema valia para um novo modo de vida sustentável, proporcionando a todos, em especial as crianças e jovens, oportunidades educativas que permitam construir ativamente o desenvolvimento sustentável. Neste caso, resta-nos recorrer à prática pedagógica, e indicar a importância de moldar a personalidade das crianças/jovens/adultos através da educação.

Marcos Antônio Cuba assim afirma:

Ao divulgar os resultados do último Censo Escolar, o INEP deu destaque ao fato de que 65% das escolas de ensino fundamental inseriram a questão ambiental em suas práticas pedagógicas. Cumprem sua obrigação, já que se trata de um dos temas transversais ao currículo obrigatório. [...] No entanto, sabemos que, devido à precariedade da infra-estrutura de nossos estabelecimentos, torna-se difícil para os professores abordar a questão de maneira adequada e com conhecimento de causa. Por isso temos que aplaudir aquelas escolas que se empenham em formar cidadãos e futuros profissionais segundo a ótica do desenvolvimento sustentável. É pouco e os poderes públicos precisam não só fornecer mais recursos humanos e financeiros a fim de que essas ações sejam multiplicadas, mas avaliar sua eficácia⁶⁹.

Portanto, educação ambiental é extremamente importante para mudanças de hábitos, permitindo assim, que o aluno construa melhores condições e/ou uma nova forma de perceber a realidade na qual vive, fortalecendo a consciência e a cidadania, através da educação tem-se a conscientização fulcrada na veemência do aluno pela preservação do meio ambiente. Criando assim, uma cultura ética, mais justa e solidária juntamente para fortalecer a

⁶⁸ CUBA, Marcos Antônio. Educação ambiental nas escolas. ECCOM, v. 1, n. 2, p. 23-31, jul./dez., 2010. Disponibilizado no site: <<http://www.fatea.br/seer/index.php/eccom/article/viewFile/403/259>>. Acessado em 26 de jul. de 2013. p.28-29.

⁶⁹ CUBA, Marcos Antônio. Educação ambiental nas escolas. ECCOM, v. 1, n. 2, p. 23-31, jul./dez., 2010. Disponibilizado no site: <<http://www.fatea.br/seer/index.php/eccom/article/viewFile/403/259>>. Acessado em 26 de jul. de 2013. p.29.

sociedade. Logo, percebe-se que o foco da educação ambiental é fomentar a ideia para que as pessoas escolha novos modos com relação ao seu próprio lugar. Todavia, a educação ambiental não pode ser considerada como um fator secundário no cenário educacional, a educação tem o viés, de proporcionar melhores condições de vida para as gerações presentes e vindouras, assim, ela ocupará o papel primário nesse processo pedagógico. Sendo assim, o próximo capítulo busca, fazer uma breve análise da obrigatoriedade da inclusão da temática ambiental no ensino superior.

2.4. Educação Ambiental no Ensino Superior

Os registros revelam que a nomenclatura educação ambiental iniciou-se paulatinamente em 1965, na Conferência de Educação na Universidade de Keele, na Grã-Bretanha. Esta conferência, pautada especialmente em educação e, objetivando moldar a visão da sociedade, de que a educação é a única chave mestra para se alcançar a conscientização de todos. Sendo assim, a educação ambiental, após ter dado os primeiros passos formado por grupos de ambientalistas e empresários em 1960, conhecido como o Clube de Roma.

Após tal evento, iniciaram-se as conferências, como por exemplo, a Conferência de Estocolmo, em 1972, na Suécia, servindo assim, como um mecanismo e impulsionando o despertar da consciência ecológica na sociedade global. Cinco anos após, a Conferência de Tbilisi na Geórgia (ex-União Soviética), em 1977, deu continuidade nos projetos da conferência de 1972. Onde, iniciaram-se as primeiras ideias de que a educação ambiental deve ter o enfoque de desenvolvimento sustentável, objetivando satisfazer as gerações atuais e vindouras.

Diante das preocupações com o meio ambiente e a qualidade de vida, que iniciaram outrora, sendo assim, a Conferência de Meio Ambiente no Rio de Janeiro – Rio-92, por meio da Agenda 21, cuja diretriz pauta-se pela educação ambiental, ser introduzida no currículo escolar definitivamente como uma metodologia indispensável ao desenvolvimento sustentável, de forma inter, multi e transdisciplinar. Assim, para Maria de Fátima de Souza. “A inclusão da dimensão ambiental, de modo transversal em todo ensino básico, nos Parâmetros Curriculares Nacionais, em 1996”⁷⁰.

⁷⁰SOUZA, Maria de Fátima de. Educação Ambiental: Como surgiu e a que se destina. Disponibilizado em: <<https://www.google.com.br/#q=educa%C3%A7%C3%A3o+ambiental+como+surgiu+a+que+se+destina>>. Acessado em 25 de abril de 2014. p. 2.

Após as considerações da autora acima citada, a educação ambiental deixou de ser uma preocupação apenas do ensino básico, passando a abarcar as Instituições de Ensino Superior – IES, onde a mesma assumiu um papel ímpar em conscientizar os formadores de opinião do futuro próximo. Deixando de lado a utopia de que as Universidades seriam um processo burocrático para trabalhar esta temática ora discutida.

Diante disso, Joel Tauchen, Luciana Londero Brandi entendem que:

O papel de destaque assumido pelas IES no processo de desenvolvimento tecnológico, na preparação de estudantes e fornecimento de informações e conhecimento, pode e deve ser utilizado também para construir o desenvolvimento de uma sociedade sustentável e justa. Para que isso aconteça, entretanto, torna-se indispensável que essas organizações comecem a incorporar os princípios e práticas da sustentabilidade, seja para iniciar um processo de conscientização em todos os seus níveis, atingindo professores, funcionários e alunos, seja para tomar decisões fundamentais sobre planejamento, treinamento, operações ou atividades comuns em suas áreas físicas⁷¹.

Neste sentido, as universidades deixaram de ocupar um lugar solitário no processo de aprendizagem e, passe a assumir a posição de destaque na formação e qualificação de seus profissionais. Objetivando fortalecer os futuros formadores de opinião na tomada de decisão. E, assim, fortalecendo e direcionando suas práticas e preocupação com impactos negativos com o meio ambiente. Para Jussara Cristina Moreira Capanema: “(...) Trabalhar a Educação Ambiental na universidade é definir resultados, reorientar e articular disciplinas, e experiências educativas, facilitando a compreensão do mesmo”⁷². Em meio às preocupações com a problemática ambiental, as instituições superiores - universidades/faculdades visando dirimir tais conflitos busca um intercâmbio e/ou moldar novos pensamentos para a transformação e conscientização da sociedade global para que a mesma possa saber utilizar os recursos que a natureza lhes proporciona.

Sendo assim, a metamorfose é capaz de providenciar mudanças de paradigma, conforme ensina Fátima Elizabeti Marcomin, Alberto Dias Vieira da Silva:

A inserção das questões ambientais na universidade surge como um centro de gravidade importante dentro da temática ambiental e, particularmente, no âmbito da Educação Ambiental (EA). Da consciência ambiental dos futuros profissionais,

⁷¹TAUCHEN, Joel; BRANDI, Luciana Londero. A GESTÃO AMBIENTAL EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: Modelo para implantação em campus universitário. GESTÃO & PRODUÇÃO, v.13, n.3, p.503-515, set.-dez. 2006. Disponibilizado em: <<http://www.scielo.br/pdf/gp/v13n3/11.pdf>>. Acessado em: 26 de abril de 2014. p.503.

⁷² CAPANEMA, Jussara Cristina Moreira. Educação Ambiental na Universidade. In. In. Revista FACTU CIÊNCIA – Ano 13, nº 22 (Janeiro/julho 2012). Unai: FACTU, 2012. Disponibilizado em: http://www.clickunai.com.br/clientes/cms/documentos/factu_-_revista_factu_ciencia_22_-_2012_-_setembro_2012.pdf#page=116. Acessado em: 24/04/2014. p. 115.

formados nas universidades, dependerá em parte a capacidade humana para inverter o índice ainda crescente de degradação do meio ambiente, prevenir catástrofes maiores e resgatar, a prazo, a sustentabilidade planetária⁷³.

O que se percebe, porém, é que as ações educacionais iniciam-se com mudanças, na escola ou até mesmo no reduto familiar, visando estimular as ações, valores, conscientização, responsabilidade, ética e comprometimento com as questões ambientais. Contudo, essa metamorfose, visa, porém, mostrar a realidade da qual fazemos parte, para estimular e conscientizar as pessoas de um modo geral, em como viver sem destruir o meio ambiente, diante disso, a educação no ensino superior não pode deixar de participar desse processo de transformação da sociedade global. Desse modo, Alba Regina Azevedo Arana entende que: “Sabemos contudo que, estas ações constituem um leque de respostas às mudanças estruturais quanto a consciência ambiental dos alunos e isto é um processo de consecução lenta e gradual (...)”⁷⁴.

Em análise as considerações da autora supracitada, a metamorfose ancora-se na concepção de que o homem é um ser dotado de inteligência, por tal motivo terá subsídios suficientes para alcançar os objetivos outrora defendidos pelas conferências. Logo, faz-se necessário a inclusão da educação ambiental no ensino superior, para dar suporte aos formadores de opinião. Sendo assim, com o auxílio da Política Nacional de Educação Ambiental, o ensino superior, tende a romper esse paradigma e, assim, alcançar a transformação social, provocando mudanças no papel social do professor, dos alunos, dos profissionais educacionais e da comunidade global, ou seja, despertando em cada um de nós o interesse de atuarmos como sujeitos ativos na tomada de decisão.

Para Joel Tauchen, Luciana Londero Brandi:

A missão das IES são o ensino e a formação dos tomadores de decisão do futuro – ou dos cidadãos mais capacitados para a tomada de decisão. Essas instituições possuem experiência na investigação interdisciplinar e, por serem promotores do

⁷³ MARCOMIN, Fátima Elizabeti, SILVA, Alberto Dias Vieira da. A Sustentabilidade no ensino superior brasileiro: alguns elementos a partir da prática de educação ambiental na Universidade. Disponibilizado em: <http://www6.univali.br/seer/index.php/rc/article/view/999/1104>. CONTRAPONTO - Volume 9 nº 2 - pp. 104 - 117 - Itajaí, mai/ago 2009. Acessado em: 26 de abril de 2014. p.104.

⁷⁴ ARANA, Alba Regina Azevedo. et al. A ECUAÇÃO AMBIENTAL NA UNIVERSIDADE: um diagnóstico dos alunos da Unoeste. <https://www.unoeste.br/site/CursoGraduacao/cursos/32/documentos/ArtigoCientificoMeioAmbiente1.pdf>. Acessado em: 26 de abril de 2014. p.10.

conhecimento, acabam assumindo um papel essencial na construção de um projeto de sustentabilidade⁷⁵.

Em resposta as argumentações dos autores acima, o que se percebe, porém, é que a missão da Instituição de Ensino Superior é desvincular a ideia de que a educação ambiental seja interesse apenas do ensino fundamental e médio e, passe por uma transformação da realidade socioambiental, abarcando todos. Neste sentido, Ageu Cleon de Andrade afirma que: “(...) cada universidade deveria elaborar uma política ambiental, que abrangesse não só questões relativas à gestão ambiental dos campi, mas questões relativas a currículos, ementas, programas e projetos de pesquisa em Educação Ambiental”⁷⁶. Faz-se necessário difundir a interdisciplinaridade em práticas pedagógicas nas instituições universitárias, levando em conta que a mesma tem como centro de pesquisa, e apresenta-se como um instrumento ímpar na transformação da consciência e comprometermos da sociedade global. Pois a educação ambiental, prisma pelo diálogo, estimulando a retroalimentação, ou seja, a troca de saberes com o intuito de aproximar a sociedade da real necessidade de amenizar os impactos negativos ao meio ambiente. Proporcionando assim, uma visão mais ampla da realidade atual.

Para Angélica Góis Muller Morales:

A partir de 2000, (...) Revista Eletrônica do Mestrado de Educação Ambiental (REMEA), da FURG-RS; ComScientia Ambiental, uma revista virtual de educação ambiental publicada pelo Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente e Desenvolvimento (NIMAD) da UFPR, entre muitas outras que estão vinculadas aos programas de pós-graduação. Assim, percebe-se que o espaço da pós-graduação contribui para as problematizações frente à questão sócio-ambiental e para as reflexões acerca do campo da educação ambiental que perpassam os fundamentos para a compreensão das relações complexas entre o social e o ambiental. Como ressalta Carvalho (2001, p.172), a partir deste percurso acadêmico, o “campo ambiental pretende legitimar-se como fonte de um saber válido no mundo intelectual”⁷⁷.

Esta metamorfose que o meio ambiente enfrenta: fruto do desenvolvimento econômico, hoje, repassa uma responsabilidade ímpar para as instituições de ensino

⁷⁵ TAUCHEN, Joel; BRANDI, Luciana Londero. A GESTÃO AMBIENTAL EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: Modelo para implantação em campus universitário. GESTÃO & PRODUÇÃO, v.13, n.3, p.503-515, set.-dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/gp/v13n3/11.pdf>>. Acessado em: 26 de abril de 2014. p.504.

⁷⁶ ANDRADE, Ageu Cleon de. EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO SUPERIOR: Disciplinaridade em Discussão. Disponível em: <<http://portal.estacio.br/media/3485716/ageu-cleon-de-andrade-completa.pdf>>. Rio de Janeiro 2008. Acessado em: 26 de abril de 2014. p.73.

⁷⁷ MORALES, Angélica Góis Muller. O PROCESSO DE FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO SUPERIOR: Trajetória dos cursos de especialização. Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient. ISSN 1517 - 1256, v.18, Janeiro a Junho de 2007. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/remea/article/view/3554/2118>>. Acessado em: 29 de abril de 2014. p.287-288.

superiores. E, com isso elas se deparam com novos desafios a serem enfrentados. Neste sentido, as instituições devem posicionar diante da realidade atual, objetivando novos saberes que possam dirimir os impactos negativos ao meio ambiente. Hodiernamente, as universidades são consideradas como sujeitos principais nesta senda. Contribuindo para as transformações vivenciadas pela sociedade. O que se percebe, porém, é que as instituições de ensino superior é um espaço apropriado a tais mudanças, porque, ao apresentar novas questões, os profissionais estarão aptos para enfrentarem e adaptarem nas situações atuais.

Sendo assim, Maurício Compiani aduz que:

É uma busca da superação dos limites dos tradicionais métodos de pesquisa, que utilizam em sua maioria técnicas estáticas de definições, de reagrupamento, de solicitações de informações sobre simples elementos ou campos conceituais, e por isso perdem de vista a característica dinâmica e social das interações que ocorrem, por exemplo, em projetos de EA. A avaliação deve ser em processo, ou seja, é necessário traçar esquemas de avaliação que permaneçam sensíveis no decorrer cotidiano do programa, pois só assim é possível abordar e interpretar resultados válidos, dificuldades ou a validade das linhas propostas, isto é, perceber como a mudança ocorreu⁷⁸.

Neste cenário que emerge, a inclusão da educação ambiental nas universidades, brota como um centro de referência aos profissionais da educação, afim de que, os mesmos trabalhem neste processo como mediadores da consciência ambiental dos próximos futuros profissionais. Com isso as faculdades, estarão fazendo parte na capacitação não só dos profissionais da educação, como também da sociedade. Objetivando dirimir o índice dos impactos negativos ao meio ambiente.

Fátima Elizabeti Marcomin, Alberto Dias Vieira da Silva entendem que:

À medida que a universidade constitui um sistema relacional complexo, o processo de inserção das questões ambientais e de objetivos de sustentabilidade deverá ser nela realizado através de sub-processos que precisam ser convergentes, alinhados, bem focados nos resultados pretendidos. Por outro lado, os líderes do processo e dos respectivos subprocessos deverão ser pessoas portadoras de uma sensibilidade particular para as questões ambientais ou, na pior hipótese, que percebam claramente os diversos elementos em causa; ou, na ausência provisória desse conhecimento, que pelo menos não façam oposição⁷⁹.

⁷⁸ COMPIANI, Maurício. Contribuição para reflexões sobre o panorama da Educação Ambiental no ensino formal In. VIANNA, Lucila Pinsard. (coord). Panorama da Educação Ambiental no Ensino Fundamental. Secretaria de Educação Fundamental - Brasília: MEC; SEF, 2001. 149 p. Disponibilizado em:<<http://www.educacaoambiental.pro.br/victor/biblioteca/PanoramaEAEFundamental2000.pdf#page=7>>. Acessado em: 29 de abril de 2014. p.47.

⁷⁹ MARCOMIN, Fátima Elizabeti, SILVA, Alberto Dias Vieira da. A Sustentabilidade no ensino superior brasileiro: alguns elementos a partir da prática de educação ambiental na Universidade. Disponibilizado em: <http://www6.univali.br/seer/index.php/rc/article/view/999/1104>. Acessado em: 26 de abril de 2014. p.113.

Dessa forma, a educação superior instiga por uma educação ambiental voltada para ocupar lugar de destaque na formação de profissionais e, capacitando-os para trabalharem a problemática ora discutida. Sendo assim, o papel das Instituições de Ensino Superior é redirecionar os profissionais, motivando-os na formação intelectual, visando o desenvolvimento social, cultural, político e ético. Preparando-os para enfrentarem as mutações socioambientais. Pois, certamente, a formação universitária devem oferecer subsídios suficientes para que os profissionais possam: ter uma consciência mais aguçada e, conduzir uma real mudança, que possibilite uma reflexão mais ampla das possíveis soluções diante da crise socioambiental.

Para Venice Teresinha Grings afirma que:

Para ampliar essa abordagem em relação à concepção de homem que temos e que queremos, penso que seria oportuno os cursos profissionalizantes incluírem em seus programas essa discussão, já que, em primeiro lugar, os profissionais formados precisam se afirmar enquanto gente, enquanto cidadãos, e não apenas enquanto profissionais. Essa proposta significa uma verdadeira mudança de mentalidade, especialmente porque supervalorizou a competência técnica, menosprezando outros aspectos considerados subjetivos⁸⁰.

Diante das ponderações da autora supracitada, cabe evidenciar que, o processo metodológico deva ser de aberto e integrador de forma que todos possam participar visando à transformação da humanidade. Pois o papel da universidade é formar profissionais com ampla visão da realidade no que tange a problemática ambiental. Levando em conta que a educação ambiental instiga uma nova visão e/ou conscientização para que as pessoas entendam o verdadeiro sentido de preservar e conservar os recursos naturais, garantindo assim, um intercâmbio, entre homem e a natureza. Isso denota a real importância da inserção da educação ambiental nas universidades, tendo em vista que a mesma visa articular este intercâmbio entre os formadores de opiniões, objetivando contribuir com soluções e/ou promoverem a participação de toda a comunidade acadêmica em busca de ações que visem o desenvolvimento sustentável.

Vania Silva de Souza Bilert aduz que:

Desta forma, a educação ambiental pode ser definida como um processo que visa a criar uma responsabilidade ambiental através da informação, conscientização, compreensão, interesse, conhecimento e habilidades, que resulte na construção e aplicação de práticas mais responsáveis e eficazes na prevenção e solução dos problemas ambientais (...). Logo, a educação ambiental não deve ser entendida como

⁸⁰ GRINGS, Venice Teresinha. Educação Ambiental no Ensino Superior. Disponibilizado em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/17246/000713414.pdf?sequence=1>>. Acessado em 26 de abril de 2014. p.249.

um segmento da educação, mas como parte integrante de um processo de construção de um mundo mais sustentável. Sob esta concepção, ressalta-se que a incorporação da temática ambiental na formação universitária incentivará docentes e discentes a conhecerem as necessidades emergenciais no que tange aos problemas ambientais⁸¹.

Após relatar o posicionamento da autora acima, o que se percebe, porém, é a latente necessidade da interdisciplinaridade ao tratar das questões ambientais: tendo em vista que a educação ambiental nas universidades objetiva a consciência, responsabilidades, ética, respeito com os recursos naturais, garantindo assim, um intercâmbio entre homem/natureza. Neste sentido, a interdisciplinaridade destaca-se pelo desenvolvimento de novas ideias, opiniões, posicionamentos, ações, valores, corresponsabilidades, reflexões e críticas que de certa forma direcionará novas alternativas para tratar das questões ambientais, visando dirimir os impactos negativos no meio ambiente. Proporcionando assim, um maior entendimento do processo de ambientalização curricular nas Instituições de Ensino Superior, objetivando fixar uma praxe nos padrões atuais, rompendo os paradigmas do passado.

Clélio Estevão Thomaz, Dulce Maria Pompêo de Camargo mencionam que:

(...) o desenvolvimento da EA permanece acontecendo de forma interdisciplinar e que é necessário o envolvimento do coletivo - ou seja, das Instituições, dos docentes e discentes, da comunidade do entorno, entre outros - julgamos que a reflexão sobre a ambientalização curricular se coloca como um caminho possível para a criação de novos costumes, hábitos e atitudes ambientais. (...) aproxima-se desse caminho, ao apontar, como proposta alternativa para a EA nos cursos de graduação, a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, áreas de conhecimento, teoria e prática, na qual os sujeitos são considerados em todas as dimensões : acadêmica, social e histórica⁸².

Diante das explanações dos autores supracitados, a metodologia curricular adotada nas Instituições de Ensino Superior: tende a abarcar e/ou redirecionar para um modelo sociocultural de ensino e aprendizagem. Levando em conta que, faz-se necessário criar mais espaços e sujeitos interessados em deixar o conhecimento fragmentado e destituído, passando a articular uma metodologia que possibilite a reconstrução de novos saberes. Aumentando assim, o comprometimento e a motivação da comunidade acadêmica. Neste sentido, Marília Freitas de Campos Tozzoni-Reis: “Estamos vivendo, na ciência e na sociedade, um momento

⁸¹ BILERT, Vania Silva de Souza. A EDUCAÇÃO AMBIENTAL: um estudo no cursos da área das ciências sociais aplicadas nas instituições de ensino superior públicas (IES) no Paraná. Disponibilizado em: http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/694/1/PB_PPGDR_M_Bilert%2c%20Vania%20Silva%20de%20Souza_2013.pdf. Acessado em: 26 de abril de 2014. 2013. p.14-15.

⁸² THOMAZ, Clélio Estevão. CAMARGO, Dulce Maria Pompêo de. Educação Ambiental no Ensino Superior: Múltiplos Olhares. Disponibilizado em: <<http://www.seer.furg.br/remea/article/view/3555/2119>>. Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient. ISSN 1517-1256, V. 18, janeiro a junho de 2007. Acessado em 26 de abril de 2014. p.315.

de transição de paradigmas e, justamente no ensino superior, espaço social privilegiado de discussão científica (...)”⁸³.

Insta mencionar o posicionamento da autora acima, onde nos remete há uma reflexão diante da problemática ambiental existente, sendo assim, a educação ambiental no Brasil merece ênfase no sentido de que os trabalhos pedagógicos centra-se na conscientização e responsabilidade, ou seja, mudança de hábitos, e assim, moldar novas atitudes, novas posturas éticas, visando construir em cada um de nos, a inclusão de diferentes concepções da real necessidade de preservar e conservar o meio ambiente.

Para Edilson Fortuna de Moradillo, Maria da Conceição Marinho Oki:

Muitos educadores e pesquisadores ambientais entendem que a Educação Ambiental é um importante referencial de mudança no campo da Educação. (...) A Educação Ambiental na escola ou fora dela continuará a ser uma concepção radical de educação, não porque prefere ser a tendência rebelde do pensamento educacional contemporâneo, mas sim porque nossa época e nossa herança histórica e ecológica exigem alternativas radicais, justas e pacíficas. (...) A Educação Ambiental deve proporcionar experiências que possibilitem colocar as pessoas em contato direto com o mundo e sensibilizá-las para os ecossistemas que as envolvem; discutir a importância do ambiente para a saúde e o bem estar do homem e para o exercício da cidadania; avaliar o desenvolvimento econômico aliado à degradação ambiental e à qualidade de vida e desenvolver no educando o sentido ético-social diante dos problemas ambientais⁸⁴.

Neste cenário que emerge, a educação ambiental tende a trabalhar com várias concepções e conseqüentemente com currículo pedagógico mais amplo, tentando desburocratizar as ações escolares da comunidade acadêmica, viabilizando assim, ações mais condizentes com a realidade atual. O que se percebe, porém, é que a inclusão da educação ambiental conforme Marilena Loureiro da Silva ensina que: “O Ensino Superior que em tese poderia se configurar como lócus privilegiado para a implantação de políticas de conhecimento para a construção de uma nova racionalidade ambiental (...)”⁸⁵. O posicionamento desta autora nos remete há uma reflexão peculiar, no sentido de que as propostas curriculares nas Instituições de Ensino Superior, almejam mudanças que possam

⁸³ TOZZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. Educação Ambiental: referências teóricas no ensino superior. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v5n9/03.pdf>>. agosto, 2001. Acessado em: 26 de abril de 2014. p.45.

⁸⁴ MORADILLO, Edilson Fortuna de, OKI, Maria da Conceição Marinho. EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA UNIVERSIDADE: Construindo Possibilidades. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/qn/v27n2/19284.pdf>. Vol. 27, No. 2, 332-336, 2004. Acessado em 24 de abril de 2014. p.334.

⁸⁵ SILVA, Marilena Loureiro da. A educação ambiental no ensino superior brasileiro: do panorama nacional às concepções de alunos (as) de pedagogia na Amazônia. Disponível em: <http://www.seer.furg.br/remea/article/view/3438/2066>>. Revista do PPGEA/FURG-RS ISSN 1517-1256. Acessado em: 26 de abril de 2014. p.24.

direcionar o cidadão no atuar, na compreensão e no comprometimento, em face das questões ambientais. Garantindo assim, uma pedagogia hegemônica, incapaz de abdicar de sua responsabilidade com o meio ambiente.

Sendo assim, Luiz Marcelo de Carvalho entende que:

No processo de formação dos educadores para trabalhos educativos relacionados com a temática ambiental, o Ministério da Educação, as secretarias estaduais de educação e as universidades devem ser, sem dúvida alguma, as instituições que garantam a elaboração e a implementação de políticas e o cumprimento das responsabilidades por parte do Estado nessa área. No entanto, é um grande risco concentrar todos os nossos esforços apenas nesses espaços institucionais. Na verdade, é extremamente recomendável que nessa tarefa sejam envolvidas as diferentes instituições governamentais e não-governamentais. É por meio da articulação entre os diferentes níveis do Estado e das instituições da sociedade civil que a complexidade e a riqueza quanto às diferentes dimensões que esse processo demanda poderão ser consideradas⁸⁶.

Em análise ao posicionamento do autor supramencionado: a educação ambiental além de ser uma preocupação dos acadêmicos da educação básica até as Instituições de Ensino Superior há que ultrapassar estes espaços acadêmicos, abarcando toda a coletividade global, demonstrando assim que, as questões ambientais, devem romper as quatro paredes e fazer parte do dia-a-dia. Viabilizando assim a superação do modelo tradicional, para compreender melhor a relação do homem e a natureza. Criando na sociedade uma cultura diversificada. Neste sentido, Edgar Morin entende que: “(...) a Universidade tem um objetivo vital: uma reforma do pensamento que viabilize e permita o emprego total da inteligência. (...) um pensamento que capte relações, inter-relações que são simultaneamente solidários⁸⁷”.

Sendo assim, tais fatores abordados no presente estudo, viabiliza a transformação social. Entendemos que a Política Nacional de Educação Ambiental – Lei nº 9.795/99, onde ensina que: nos cursos de pós-graduação, extensão e nas áreas voltadas ao aspecto metodológico da educação ambiental, quando se fizer necessário, é facultada a criação de disciplina específica, (§2º do art. 10).

Para reforçar o diálogo, objetivando a produção e reformulações, de novos saberes, o estudo atentou-se em fazer o estudo de casos das escolas municipais e estaduais deste

⁸⁶ CARVALHO, Luiz Marcelo de. A Educação Ambiental e a formação de professores. In. VIANNA, Lucila Pinsard. (coord). Panorama da Educação Ambiental no Ensino Fundamental. Secretaria de Educação Fundamental - Brasília: MEC; SEF, 2001. 149 p. Disponível em: <<http://www.educacaoambiental.pro.br/victor/biblioteca/PanoramaEAEFundamental2000.pdf#page=7>>. Acessado em: 29 de abril de 2014. p.60.

⁸⁷ EDGAR, Morin; ALMEIDA, Maria da Conceição de; CARVALHO, Edgard de Assis (orgs). Educação e Complexidade: Os Sete Saberes e Outros Ensaios. São Paulo. Cortez. 2002. p.19.

município, onde também buscou apresentar que a Instituição de Ensino Superior AJES – Faculdade de Ciências Contábeis e Administração do Vale do Juruena no município de Juína Estado de Mato Grosso: onde a mesma trabalha a educação ambiental em todos os cursos de graduação. Proporcionando a ruptura dos saberes, garantindo uma visão crítica e ampla que de forma que possa produzir mudanças de hábitos educativas, rompendo os métodos tradicionais. Dessa forma, a formação acadêmica, tende proporcionar uma visão peculiar das questões ambientais, sob o enfoque interdisciplinar facilitando assim, a interpretação da realidade a que estamos submetidos.

CAPÍTULO III – A EFETIVIDADE DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA REDE ESTADUAL E MUNICIPAL DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE JUÍNA

3.1. Tendências para implementação da Educação Ambiental no Brasil

A educação ambiental nasceu no Brasil fruto de movimento conservacionista no início dos anos 70, quando ocorre a interferência de ambientalistas, professores e estudantes que se reuniram pela luta e/ou por ações de cunho educacional como: recuperação, conservação e melhoria do meio ambiente. Por meio dessas ações, surgiram os primeiros cursos de especialização em educação ambiental. No Governo Federal de 1973 criou a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), vinculada à Presidência da República.

Neste período houve outro avanço de extrema relevância, foi a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) – 1981 que, instituiu a inclusão da educação ambiental em todos os níveis de ensino, como escopo de capacitar os cidadãos, a iniciar sua participação na defesa do meio ambiente. Dando reforço a esta Lei supracitada, a Carta Magna, estabeleceu no inciso VI, parágrafo primeiro do art. 225, estabelecendo que é imprescindível promover da educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

Diante de toda esta temática, foram instituídas duas instâncias no Poder Executivo, destinadas a lidar exclusivamente com esta peculiaridade: o Grupo de Trabalho de Educação Ambiental do MEC, que em 1993 transformou-se na Coordenação-Geral de Educação Ambiental (CGEA/MEC), e a Divisão de Educação Ambiental do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), todos esses órgãos foram deliberados no sentido de representar um marco para a institucionalização da Política de Educação Ambiental na esfera do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA).

O IBAMA designou os Núcleos de Educação Ambiental em todas as suas superintendências, propondo ações educativas no processo de gestão ambiental em sua esfera. A Rio 92, contou com a participação do MEC, onde foi elaborada a Carta Brasileira para Educação Ambiental, que, identificou que a educação é um instrumento ímpar, para propiciar melhorias da qualidade de vida da população brasileira. O conteúdo desta Carta, já previa a lentidão e a falta de empenho do Poder Público na concretização da educação ambiental em todos os níveis de ensino, e que seu conteúdo não conseguiria alcançar o real objetivo no país.

Sendo assim, em dezembro de 1994 a Constituição Federal em parceria com as Conferências internacionais firmados na Rio 92, foi instituído pela Presidência da República o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA) dividindo as atribuições ao Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal e pelo Ministério da Educação e do Desporto, também contou com o apoio do Ministério da Cultura e do Ministério da Ciência e Tecnologia. O PRONEA foi realizado pela Coordenação de Educação Ambiental do MEC nas esferas do MMA/IBAMA, responsáveis pelas ações, referente ao sistema de ensino e à gestão ambiental, conquanto, também tenha abarcado outras entidades públicas e privadas do país ampliando assim, sua atuação.

Enquanto que, em 1995, foi criada a Câmara Técnica Temporária de Educação Ambiental no Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). Tendo como princípios norteadores, a participação da sociedade, a importância da pluralidade e diversidade cultural e a interdisciplinaridade. Ressalta-se que a importância da cooperação conjunta da sociedade como um todo, descentralizando os poderes, e delegando a toda coletividade a responsabilidade de cuidar do meio ambiente. Em 1996, foi instituído o Grupo de Trabalho de Educação Ambiental na esfera do MMA, aprovados pelo MEC visando ampliar suas ações.

Já em 1997 foi aprovado os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) firmados pelo Conselho Nacional de Educação. Percebe-se que os PCN foram instituídos para dar auxílio as escolas na confecção das propostas educativas, mantendo um elo entre a escola e aluno, visando diversos temas transversais, como por exemplo, meio ambiente, conscientização dos jovens e da comunidade, ética, pluralidade cultural, orientação sexual, trabalho e consumo, tecendo em minúcias, dando subsídios para que a sociedade perceba a importância da realidade em que vivem.

Em finalmente em 1999, foi aprovada a Lei nº 9.795, Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), fundada pela Coordenação-Geral de Educação Ambiental (CGEA) no MEC e da Diretoria de Educação Ambiental (DEA) no MMA. Em 2000, a Educação Ambiental foi unificada pela segunda vez, no Plano Plurianual (2000-2003), agora na proporção de um Programa, reconhecido como 0052 – Educação Ambiental, subordinado ao Ministério do Meio Ambiente.

Mas em 2002, a Lei nº 9.795/99 foi regularizada pelo Decreto nº 4.281, deliberando a competência do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental. Estas ações permitiram um maior enraizamento da educação ambiental, de fato, esta parceria foi

considerada ímpar no Governo Federal firmada com o Termo de Cooperação Técnica, para concretização da Conferência Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente.

Ministério da Educação:

A Educação Ambiental no MEC atua em todos os níveis de ensino formal, mantendo ações de formação continuada por meio do programa Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas, como parte de uma visão sistêmica de Educação Ambiental. A Educação Ambiental passa a fazer parte das Orientações Curriculares do Ensino Médio e dos módulos de Educação a Distância na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Em 2004, tem início um novo Plano Plurianual, o PPA 2004-2007. Em função das novas diretrizes e sintonizado com o ProNEA, o Programa 0052 é reformulado e passa a ser intitulado Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis⁸⁸.

Diante de tal situação, o Brasil firmou compromisso com outros países da América Latina, visando romper os moldes tradicionais da educação e objetivando a inclusão de uma educação ambiental que atendesse com precisão as demandas que o momento exige. De fato, a educação ambiental precisa ser vista de várias formas para se chegar há um denominador comum. Assim, ela poderá ser vista como objeto de aprendizado, isso quer dizer que, os acontecimentos local e global, fará com que ela seja na prática um objeto com grande repercussão na atualidade. E, assim, de modo coerente o docente proporcionará uma visão para que, o educando aprenda a resolver e prevenir os impactos ambientais.

A canadense Lucy Suavé traz algumas observações de extrema relevância para as práticas pedagógicas conferindo assim, maior credibilidade à educação ambiental, como por exemplo⁸⁹:

Perspectiva ambiental: são práticas pedagógicas que tendem uma visão ampla de manter a qualidade do meio ambiente e conseqüentemente a sustentabilidade;

Perspectiva educativa: é construir no indivíduo a consciência, responsabilidade, respeito mútuo, ética, dentre outros. Com escopo de garantir um planeta sustentável em especial às gerações vindouras;

⁸⁸ CADERNOS SECAD 1. “Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade”. Ministério da Educação. HENRIQUES, Ricardo; TRAJBER, Rachel; MELLO, Soraia; LIPAI, Eneida M; CHAMUSCA, Adelaide. Educação Ambiental: aprendizes de sustentabilidade. Disponibilizado no site: < <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental.pdf>>. Acessado em 27 de jun. de 2013. p.15.

⁸⁹ Suavé (1997) apud CADERNOS SECAD 1. “Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade”. Ministério da Educação. HENRIQUES, Ricardo; TRAJBER, Rachel; MELLO, Soraia; LIPAI, Eneida M; CHAMUSCA, Adelaide. Educação Ambiental: aprendizes de sustentabilidade. Disponibilizado no site: < <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental.pdf>>. Acessado em 27 de jun. de 2013. p.17.

Perspectiva pedagógica: tem-se que incluir todos os métodos pedagógicos para alcançar a uma pedagogia multidimensional, que dê maior credibilidade a educação ambiental, rompendo os laços tradicionais e, investindo numa pedagogia realística.

Tem-se que a educação ambiental abrirá um leque de oportunidades para ser efetivada, rompendo a educação tradicional e alcançando o topo da pirâmide. É, portanto, articulando novos valores éticos para a transformação social, que garanta o progresso da sociedade em face do meio ambiente, ou seja, educação ambiental não é imparcial, mas ideológica, que busca romper e alterar todos os métodos arcaicos de ensino.

A inclusão da educação ambiental no cenário político nacional e internacional ainda é nova. Mas nos anos 60, o crescimento e a crise ambiental foram ficando descomedido pelo uso descontrolado dos recursos naturais e as exclusões sociais majoraram a preocupação com o meio ambiente e com a sustentabilidade das gerações presentes e vindouras. Por meio deste descontrolo na educação ambiental originou-se como um instrumento da política ambiental.

Neste sentido, a Política Nacional de Meio Ambiente - Lei nº 6.938, de 31/08/81, em seu artigo 2º, inciso X, afirma a necessidade de promover a “Educação Ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.” Neste diapasão o art. 225, §1º, inciso VI, Constituição Federal, de 1988 reconhece que é direito de todos os cidadãos brasileiros à educação ambiental e concede esta prerrogativa ao Estado o dever de “promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”.

A Lei nº 9.394, de 20/12/96 – Diretrizes e Bases da Educação Nacional, faz menção à educação ambiental em seu artigo 32, inciso II, segundo o qual determina que: a compreensão ambiental natural e social do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; e no artigo 36, § 1º, segundo o qual os currículos do ensino fundamental e médio devem abranger, obrigatoriamente, (...) o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil.

Neste sentido, a Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA - Lei nº 9.795, de 27/04/99, veio reforçar a ideia de que, a educação ambiental é um direito de todos, e que, somos todos responsáveis para sua efetivação, em todas as modalidades de ensino formal e não-formal.

Enquanto que, o Decreto nº 4.281, de 25/06/02 que regulamentou a Lei nº 9.795/99, além de estabelecer as atribuições e competências, para a PNEA, este Decreto supracitado cria os Órgãos Gestores, responsáveis pela coordenação da PNEA, composto pela Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (DEA/MMA), e pela Coordenação-Geral de Educação Ambiental do Ministério da Educação e Cultura (CGEA/MEC).

Em 2004, o MEC iniciou várias pesquisas no sentido de abarcar a educação ambiental nas escolas em todas as modalidades de ensino e nas instituições de ensino superior. Enquanto que, o Brasil desde a segunda metade dos anos 90, com escopo de medir os avanços da educação ambiental, a priori com projetos e pesquisas, o que fazem as Escolas que dizem que fazem Educação Ambiental.

No primeiro momento da pesquisa, o objetivo foi mapear o tema educação ambiental nas escolas, - Censo Escolar entre 2001 e 2004 – realizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e MEC. Já no segundo momento da pesquisa, houve uma abordagem mais minuciosa de como a educação ambiental é realizada nas escolas brasileiras. Observa-se que estas etapas, têm como prioridades, diagnosticar quais são os sujeitos envolvidos, modalidades de ensino e resultados da implementação da educação ambiental.

Este levantamento da inserção da educação ambiental nas escolas constatou que, mesmo que ainda existam diferenças regionais, é plausível traçar um panorama nacional por meio de análise e observações dos Censos Escolares entre 2001 e 2004. Logo, observa-se que houve uma expansão desta temática - educação ambiental, nas escolas no ensino fundamental avançou entre 2001 e 2004 o número de matrículas nas escolas que oferecem educação ambiental passou de 25,3 milhões para 32,3 milhões, o que corresponde a uma taxa de crescimento de 28%.

Há uma diferença significativa, em 2001, as escolas que ofereciam educação ambiental era de aproximadamente 115 mil, 61,2% do universo escolar, enquanto que, em 2004, este número alcançou de 152 mil escolas, ou seja, um percentual de 94%. Os números impressionam o aumento da educação ambiental entre 2001 e 2004. Na região Norte, em 2001, tinha 54,84% das escolas declarando realizar Educação Ambiental; em 2004, a percentagem sobe para 92,94%. No Nordeste, em 2001, o percentual era de 64,10%, chegando a 92,49% em 2004. No Centro-Oeste subiu de 71,60% para 95,80%; no Sudeste, de 80,17%

para 96,93%; e no Sul, de 81,58% para 96,93%. Percebe-se que a expansão deste tema ganhou força significativamente após a Rio 92.

A educação ambiental são projetos de suma importância para gerar novos atores internos comprometidos com as questões ambientais, como por exemplo, professores, alunos, pais ou todos os profissionais da escola e comunidade envolvidas, portanto, com objetivos comuns, difundir este tema transversal e interdisciplinar. Logo, percebe-se que a educação ambiental são focos para a difusão de uma cultura ambiental dentro e fora das escolas. Na verdade, faz-se necessário a participação de toda a sociedade como um todo, tornando a educação ambiental um objeto privilegiado de atenção nas políticas institucionais e públicas de ambientalização em todas as modalidades de ensino, ou seja, reformulando novos conhecimentos e enraizando uma cultura diversificada.

O Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), a priori, contribui para fortalecer o pensamento democrático das sociedades sustentáveis, corroborando para um Brasil propício a mudanças, este programa contém ações para articular a formação da SECAD/MEC e da DEA/MMA – Órgão Gestor da PNEA.

Após a Rio 92, houve vários programas e conferências, partindo dessa premissa, há que se destacar que os brasileiros têm objetivos em comum, incluindo uma visão transformadora, inovando as responsabilidades, em busca de soluções individuais e coletivas para se chegar a sustentabilidade ambiental.

Brasil, Ministério do Meio Ambiente:

(...) a utopia de propiciar a 180 milhões de brasileiras e brasileiros o acesso permanente e continuado à educação ambiental de qualidade. (...) este “sonho possível tem a ver exatamente com a educação libertadora, não com a educação domesticadora, enquanto prática utópica [...]. Utópica no sentido de que é esta uma prática que vive a unicidade dialética, dinâmica, entre a denúncia de uma sociedade injusta e exploradora e o anúncio do sonho possível de uma sociedade⁹⁰”.

O Órgão Gestor, o MMA – por meio da Diretoria de Educação Ambiental – (DEA) se concentra na educação não-formal, trabalhando com os sistemas de meio ambiente e a sociedade em geral; e o MEC – através da SECAD – tem como foco a educação formal, em todos os seus níveis e modalidades. Com essa parceria, tem-se que a educação ambiental não

⁹⁰BRASIL. Vamos cuidar do. Conceitos e Práticas em Educação Ambiental na Escola. Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007. Disponibilizado no site: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental.pdf>>. Acessado em 27 de jun. de 2013. p.15.

encontrarão barreiras para abrir novos horizontes, reformulando conceitos éticos e implantando espaços para interlocuções. Transformando-a numa práxis libertadora.

Ministério do Meio Ambiente - Educação Vamos cuidar do Brasil:

(...) E para propiciar essa educação ambiental nas escolas, o MEC criou o programa Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas com uma visão sistêmica de crescimento constante. O programa foi pensado como um círculo virtuoso contendo ações e práticas integradas, contínuas e transversais a todas as disciplinas. As ações se distribuem em quatro modalidades: difusa, presencial, educação a distância e ações estruturantes⁹¹.

A primeira modalidade destaca-se pela divulgação do tema, possibilitando assim, ampliar o espaço para a participação e mobilização da sociedade como um todo. Enquanto que na segunda é voltada a formação de professores, tanto na formação inicial como também na formação continuada valorizando a troca de vivências. Já na educação à distância, a tecnologia é uma ferramenta ímpar que ultrapassa as fronteiras, rompendo a tradicional sala de aula e invadindo novos horizontes. Porém, as ações estruturantes, conta com grande influência, como por exemplo, a Educação de Chico Mendes, com escopo de enraizar a práxis “(...) educere, tornando aparente o pequeno Chico Mendes que temos dentro de cada um e cada uma, em nossa capacidade de estabelecermos relações entre escola, comunidade e seu território para a melhoria da qualidade de vida⁹²”.

Assim, quando envolvidos pela paixão e pela delícia do conhecimento estaremos preparados e com novas responsabilidades, novas compreensões/conscientização para ocuparmos o tópo da pirâmide, ou seja, estaremos aptos para exercer o papel de sujeitos ativos das questões ambientais, por mais complexas que seja.

Ressalta-se que o ponto primordial para atuação direta, além das escolas, é a juventude, por seu interesse na construção de uma nova sociedade sustentável. Nesse sentido, a ruptura propicia a participação de jovens na área socioambiental do país, proporcionando um elo implantado pelo MEC, MMA e Secretaria Nacional de Juventude. Isso reforça um

⁹¹ BRASIL. Vamos cuidar do. Conceitos e Práticas em Educação Ambiental na Escola. Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente,

Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007. Disponibilizado no site: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental.pdf>>. Acessado em 27 de jun. de 2013. p.18.

⁹² BRASIL. Vamos cuidar do. Conceitos e Práticas em Educação Ambiental na Escola. Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente,

Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007. Disponibilizado no site: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental.pdf>>. Acessado em 27 de jun. de 2013. p.20.

pensamento crítico da sociedade, em face da atual realidade. De acordo com Luís Paulo Sirvinkas “(...) a educação ambiental, além disso, está relacionada principalmente ao consumo paciente (consumo sustentável). Por causa disso, todos nos devemos precisamos praticar condutas diárias de racionalização desses recursos (...)”⁹³.

Desde que, conte com o ordenamento jurídico protetivo, a colaboração dos jovens nesta senda é de suma relevância, e proporcionará a transformação do país. O despertar ecológico dos jovens, deu-se pelo resultado de grandes desastres ecológicos, onde chamou a atenção não só das autoridades competentes como também dos futuros do planeta. As pressões advindas dos ambientalistas ganhou força, a ponto que, foi necessário uma legislação ambiental em todo país para despertar a conscientização de novos hábitos, ações, valores e responsabilidade, construindo fortes barreiras em prol da proteção do meio ambiente, objetivando um futuro sustentável.

Dessa forma, Celso Antonio Pacheco Fiorillo, visa demonstrar que o intermédio na construção de valores sociais, como, conscientização, conhecimentos, comprometimentos com as questões ambientais, voltados à preservação desses bens e pela implementação da educação ambiental:

De fato, não há como pensar no meio ambiente dissociado dos demais aspectos da sociedade, de modo que ele exige uma atuação globalizada e solidária, até mesmo por que fenômenos como a poluição e a degradação ambiental não encontram fronteiras e não esbarram em limites territoriais. Dessa forma, observa-se que o direito ambiental reclama não apenas que se “pense” em sentido global, mas também que se haja em âmbito local, pois somente assim é que será possível uma atuação sobre a causa de degradação ambiental e não simplesmente sobre seu efeito (...)”⁹⁴.

Após tal constatação, faz-se necessário o envolvimento e o consenso dos jovens nesta luta. Este envolvimento resultou no comprometimento entre os Coletivos Jovens - CJs e o MEC, que assim, ficaram disponíveis a realização da Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, bem como a criação de espaços que comporta a educação ambiental nas escolas, criando assim, a Comissão do Meio Ambiente e Qualidade de Vida nas Escolas - COM-VIDA e a Agenda 21. Essas ações estão em execução jovem elege jovem, jovem educa jovem e nessa troca de experiência, uma geração aprende e ensina com a outra, contribuindo

⁹³ SIRVINKAS, Luís Paulo. Manual de Direito Ambiental. 8º ed. ver., atual. e ampl. – São Paulo: Saraiva. 2010. p.68.

⁹⁴ FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. Curso de direito ambiental brasileiro. 11. ed. ver., atual. e ampl. – São Paulo: Saraiva, 2010. p.122.

para a formulação de novas posturas voltadas à conservação do meio ambiente, tanto local, regional e global.

Advirta-se, porém, que a Agenda 21 comportou a edificação de uma nova identidade, posturas e comprometimento de educadores ambientais. Antônio Herman V. Benjamin entende que: “(...) o ambiente passa a ser protegido de maneira integral, vale dizer, como sistema ecológico integrado (resguardam-se as partes a partir do todo) e com autonomia valorativa (é, em si mesmo, bem jurídico)⁹⁵”. Percebe-se que esta valoração despertada na coletividade, poderá desempenhar papéis importantíssimos na proteção do meio ambiente. Tendo em vista que esta proteção encontra respaldo no ordenamento jurídico brasileiro. Assim, a Lei nº 9.795/99 bem como o art. 225, caput, da Constituição Federal, consubstancia que, todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Assim, busca-se, no entanto, a responsabilidade/solidariedade intergeracional na proteção do meio ambiente.

3.2. A política de educação ambiental na rede estadual de ensino de Mato Grosso.

Insta salientar que, a educação ambiental iniciou-se ainda meio tímida, desde 1981, na Lei de Política Nacional do Meio Ambiente – nº 6.938, em seu inciso X, artigo 2º: Educação ambiental a todos os níveis do ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente. Nesse passo, o intercâmbio pedagógico ainda esta voltado na inclusão predominantemente ao ensino formal. Logo, após a Constituição Federal, em seu artigo 225, §1º, inciso VI, que a sociedade como um todo, seríamos corresponsáveis pela implementação e prática da educação ambiental. Vejamos a redação: Cabe ao Poder Público promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

Em razão dessa discrepância, Ligia Sica, Juliana Palma e Luciana Ramos apontam que: “(...) tem-se a impressão de que talvez essa insatisfação resulte do modelo de ensino predominante em sala de aula: aquele pautado somente no acúmulo de conteúdos, conceitos e regras jurídicas que são cobrados na prova final, deixando de lado o aprendizado (...)”⁹⁶. De

⁹⁵ BENJAMIN, Antonio Herman V. Introdução ao Direito Ambiental Brasileiro. Revista de Direito Ambiental. RDA 14/48. Abr. jun. 1999. p. 46.

⁹⁶ SICA, Ligia Paula Pires Pinto; PALMA, Juliana Bonacorsi de e RAMOS Luciana de Oliveira. Academia. Revista sobre enseñanza del Derecho año 10, número 20, 2012, pp. 51-72. Buenos Aires, Argentina (ISSN 1667-4154)51. Disponibilizado em <http://www.derecho.uba.ar/publicaciones/rev_academia/revistas/academia-20.pdf#page=73>. Acessado em 24 de jan. de 2014. p.55.

maneira bastante elucidativa, a Constituição veio sanar esta divergência, incluindo a noção de desenvolvimento sustentável e, abarcando a educação formal e não formal, com ênfase na educação permanente sobre o meio ambiente.

Portanto, resta-nos perquirir, agora, por uma educação ambiental para permanecer enraizada e solidificada como valores inegociáveis para a construção e manutenção do Estado Democrático de Direito. É bem verdade que, a educação ambiental nasceu como, em resposta da educação, e uma preocupação da sociedade com as questões ambientais. Não obstante, diante da constatação de que a educação ambiental não pode ser compreendida só dos movimentos ecológicos. Ela veio para ampliar e/ou promover a responsabilidade e conscientização dos cidadãos brasileiros em face aos desafios atuais, em repensar na relação entre homem e natureza, objetivando a um possível desenvolvimento sustentável.

Infelizmente, Mato Grosso também registra sérios conflitos entre homem e natureza, levando em conta que Mato Grosso ocupa um índice superior aos outros Estados em áreas desmatadas. Diante disso, houve a necessidade e se criou várias secretarias visando dirimir tais conflitos. Neste sentido, é importante ressaltar que a educação ambiental em Mato Grosso, conta com órgão gestor formado por três secretarias, a primeira delas é: Secretaria de Educação Continuada (SEDUC), a segunda Secretaria de Meio Ambiente (SEMA) e por fim a Secretaria de Planejamento (SEPLAN). Mato Grosso também conta com a Lei nº 7.888/12 - Política Estadual de Educação Ambiental. Para reforçar, também conta com apoio do Programa Mato-Grossense de Educação Ambiental (ProMEA), a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental, composta por várias entidades do governo e da sociedade civil.

As Redes de Educação Ambiental (REBEA) sustenta o tratado de Educação Ambiental para Sociedade Sustentáveis e de Responsabilidade Global, comportando diversas redes regionais. A Rede Mato-Grossense de Educação Ambiental (REMTEA) além de realizar encontros a cada três anos, ela disponibiliza da tecnologia para levantar alguns questionamentos e discussão sobre a temática nas redes sociais. Mas as decisões finais são presenciais, vale ressaltar que a instância máxima ocorre no fórum da Rede Mato-Grossense de Educação Ambiental - REMTEA. A atuação desta Rede é extremamente política, e com isso, tem a faculdade de serem representados em instâncias colegiadas.

Neste sentido, Michelle Jaber, Regina Silva e Michèle Sato nos ensinam a entender que: “(...) a Educação Ambiental, (...) não é politicamente neutro, o que se mapeia sobre a realidade é fruto de uma escolha. (...) os processos de mapeamentos participativos devem ser

elaborados COM e, principalmente, PELAS comunidades e grupos envolvidos⁹⁷. O que se percebe, porém, é que através de todo esse arcabouço jurídico, o que se almeja em comum é a implementação da educação ambiental em Mato Grosso como também no Brasil.

A peculiaridade da educação ambiental é por trabalhar temas de suma relevância, tais como a sustentabilidade ambiental, conscientização dos cidadãos almejando encontrar alternativas que visa amenizar os impactos ambientais e aumentar a responsabilidade, ou seja, o indivíduo não pode se limitar só em pequenas ações. A sociedade deve fazer parte desse denso processo, atuando ativamente na construção de alternativas para garantir o tripé da sustentabilidade: economicamente equilibrado, ambientalmente protegido e socialmente justo.

Giselly Gomes, Michelle Jaber e Regina Silva entendem que:

O futuro é incerto. As mudanças ambientais globais estão sendo sentidas de formas diferenciadas em diversas partes do globo e formas de vida, há uma interconectividade no Planeta e as alterações estão sendo sentidas em diversas dimensões. Mudar o rumo dessa história é um desafio científico, mas essencialmente político. E, para isso, é preciso enormes mudanças de valores, de atitudes, de praticas e de visões de mundo. (...) Paulo Freire, afirmava que a educação, sozinha, não pode mudar o mundo. Mas não podendo tudo, ela pode fazer alguma coisa. Afinal, quem muda um pedaço do mundo, pode também, mudar o mundo. O local, pedaço do mundo, pode contribuir muito para a mudança do mundo⁹⁸.

A crise ambiental vivenciada na atualidade, nos leva a comedir nossas ações e repensar que a educação ambiental ainda continua sendo um dos mecanismos para romper o paradigma do individualismo, objetivando reorientar e reeducar o relacionamento entre homem e a natureza. Insta mencionar que, a escola hoje ocupa um papel de destaque nas transformações e conscientização da humanidade, visando mudanças de hábitos em prol do desenvolvimento sustentável. As aulas não devem se ater só a reprodução de conhecimentos, devem interligar e discutir os conteúdos, matérias, problemas, tanto da realidade local como a global, fazendo com que os alunos se interajam sobre as questões ambientais promovendo assim a cidadania ambiental.

Ligia Paula Pires Pinto Sica, Juliana Bonacorsi de Palma e Luciana de Oliveira Ramos enfatizam que:

⁹⁷ JABER, Michelle, SILVA Regina e SATO, Michèle. Identidades, Territoriais e Conflitos Socioambientais do Estado de Mato Grosso. In. EDUCAÇÃO, Secretaria de Estado de. Escola, Comunidade e Educação Ambiental: Reinventando sonhos, construindo esperanças. Gráfica Print. Cuiabá/MT. 2013. p.282.

⁹⁸ GOMES, Giselly, JABER, Michelle e SILVA, Regina. O diálogo do ensino de ciências da natureza e da educação ambiental, um olhar sobre as mudanças ambientais globais. EDUCAÇÃO, Secretaria de Estado de. Comunidade e Educação Ambiental: Reinventando sonhos, construindo esperanças. Gráfica Print. Cuiabá/MT. 2013. p.294.

Cabe advertir que não propomos um formato fechado para a avaliação em cada nicho de método participativo. Evidentemente que o professor ajusta a avaliação também de acordo com a sua linha pedagógica e pretensões de ensino, envolvendo transmissão de conteúdos e desenvolvimento de habilidades pelos alunos. No entanto, consideramos que as peculiaridades inerentes a cada método predica, pelo menos, interessantes diretrizes e pontos de reflexão sobre a modelagem da avaliação⁹⁹.

A escola assume uma grande parcela de responsabilidade em trabalhar a educação ambiental num caráter inter, multi e transdisciplinar, abarcando o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, conforme entendimento do inciso III do art. 4º da Lei nº 9.795/99. Em 2004 em pesquisa realizada pela Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (SEDUC) em parceria com o Grupo Pesquisador em Educação Ambiental (GPEA) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), indica que a educação ambiental esta sendo inserida de forma transversal. Isto denota a importância desse pluralismo de ideias, possibilitando ao cidadão maior entendimento da complexidade ambiental a sua volta.

A educação ambiental com o intento de despertar no cidadão brasileiro a reflexão sobre suas práticas, ações e valores, disponibilizará o melhor caminho para o desenvolvimento sustentável. Ultrapassando fronteiras e interconectando diferentes campos do conhecimento, considerando que o melhor caminho não é só ensinar, e sim, ensinar e aprender agregando valores sociais, culturais, econômicos e ambientais. Estas ramificações contribuirão para se chegar à conscientização. Giselly Gomes, Michelle Jaber e Regina Silva salientam que: “O objetivo é buscar respostas criativas às mudanças ambientais e globais e, ao mesmo tempo, contribuir com uma educação que resgate o papel social da escola enquanto agente de transformações e como espaço de aprendizagem prazerosa e criativa (...)”¹⁰⁰.

Fomentar a conscientização e responsabilidade no indivíduo trará grandes benefícios para despertá-lo da realidade ambiental planetária. Isso nos remeta a Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida nas Escolas (COM-VIDA), esta comissão proporcionará a junção de toda a sociedade global, como por exemplo: professores, funcionários, gestores, pupilos, familiares, comunidade, grupos de qualquer etnia, dentre outros, todos com um único

⁹⁹ SICA, Ligia Paula Pires Pinto; PALMA, Juliana Bonacorsi de e RAMOS Luciana de Oliveira. Reflexões sobre ensino do Direito e avaliação no contexto brasileiro. Academia. Revista sobre enseñanza del Derecho año 10, número 20, 2012, pp. 51-72. Buenos Aires, Argentina (ISSN 1667-4154)51. Disponibilizado em <http://www.derecho.uba.ar/publicaciones/rev_academia/revistas/academia-20.pdf#page=73>. Acessado em 24 de jan. de 2014. p.55.

¹⁰⁰ GOMES, Giselly, JABER, Michelle e SILVA, Regina. O diálogo do ensino de ciências da natureza e da educação ambiental, um olhar sobre as mudanças ambientais globais. EDUCAÇÃO, Secretaria de Estado de. Comunidade e Educação Ambiental: Reinventando sonhos, construindo esperanças. Gráfica Print. Cuiabá. 2013. p. 299.

objetivo em comum, tratar das questões ambientais nas escolas bem como as questões socioambientais.

Observa-se que a Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida nas Escolas - COM-VIDA é a responsável pela confecção da Agenda 21, colaborando com a implementação do Espaço Educador Sustentável ou Escola Sustentável, supervisionado pela Coordenação Geral de Educação Ambiental (CGEA) conjuntamente com o Ministério da Educação e Cultura (MEC). O que se extrai desta comissão, é estimular a real importância do exercício da cidadania. Fruto desta comissão é a Conferência Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente (CNIJMA) tem como propósito abarcar toda comunidade escolar sobre as questões ambientais, objetivando propostas e/ou dialogar, refletir em como proceder nos assuntos em prol da qualidade de vida e do desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, Paola Gamboa: *“El proceso de diseñar planes de estudio de (...) supone el de dos acciones entre las cuales existe una relación lógica: la identificación y la elección del(los) modelo(s) pedagógico(s) de enseñanza y aprendizaje que van a fundamentar la estructura del plan de estudios”*¹⁰¹.

O processo educacional almeja projetos para reformular os métodos pedagógicos ultrapassados, transformando-o num processo dinâmico voltado não só para as escolas, contando também com a participação ativa da sociedade. A Conferência Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente (CNIJMA) promovido pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC), sob a Coordenação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC), juntamente com o Ministério do Meio Ambiente, através da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental - SAIC/MMA auxiliarão as Comissões Organizadoras Estaduais (COEs).

As Comissões Organizadoras Estaduais – COEs, serão estabelecidas em todo território nacional, com um objetivo em comum, mobilizar as escolas da rede municipal e estadual, sensibilizando o aluno das séries finais do ensino fundamental a participarem do IV Conferência Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente. As divulgações serão feita da seguinte forma: pelas secretarias estaduais e regionais, realização de oficinas para formação de facilitadores nas escolas, organizações e capacitação de pessoas interessada em apoiar a conferência e campanhas publicitárias. Portanto, as Comissões Organizadoras Estaduais –

¹⁰¹GAMBOA, Paola. A Una Profesión Liberal uma Educación Liberal. Disponibilizado em:<<http://aprendeonline.udea.edu.co/revistas/index.php/red/article/view/2409/1961>>. Acessado em 24 de jan. 2014. p.78.

COEs são formados por instituições governamentais e não governamentais, sob a coordenação das Secretarias Estaduais de Educação.

Giselly Gomes, Michelle Jaber e Regina Silva destacam que:

Em Mato Grosso, a COE é coordenada pela Gerência de Educação Ambiental/Superintendência de Diversidades Educacionais da Secretaria de Estado de Educação. Dentre os demais membros que a compõem, conta com o Coletivo Jovem de Meio Ambiente (CJ) de Mato Grosso e a União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME). Com o Tema Vamos Cuidar do Brasil com Escolas Sustentáveis, a IV CNIJMA constitui um processo pedagógico que traz a dimensão política da questão ambiental para os debates realizados nas escolas e comunidades, na construção coletiva de conhecimento e no empenho nas resoluções de problemas socioambientais, (...). A IV CNIJMA se insere no contexto Pós-Conferência da ONU sobre o desenvolvimento Sustentável (Rio+20) e a escola está sendo convocada a enfrentar um duplo desafio: educar para a sustentabilidade ao mesmo tempo em que se transforma em um espaço educador sustentável¹⁰².

Objetiva-se com a Conferência Nacional Infanto-Juvenil sobre Meio Ambiente é, a capacitação dos indivíduos para enfrentar e compreender as questões ambientais, ou seja, tornando-os aptos a exercerem a verdadeira cidadania, vestindo a camisa verde em defesa da qualidade de vida das gerações presentes e vindouras. As diretrizes da Conferência Nacional Infanto-Juvenil sobre Meio Ambiente, é estimular o comprometimento dos alunos num processo vivenciado no cotidiano escola/comunidade, contribuindo assim para a práxis educativa.

Ministério da Educação estabelece que:

Buscamos construir uma sociedade justa, feliz e sustentável. Assumimos responsabilidades e ações cheias de sonhos e necessidades [...]. Este é um meio de expressar nossas vontades e nosso carinho pela vida e sua diversidade. Compreendemos que sem essa diversidade o mundo não teria cor. Encontramos caminhos para trabalhar temas globais, complexos e urgentes: mudanças climáticas, biodiversidade, segurança alimentar e nutricional e diversidade étnico-racial. Queremos sensibilizar e mobilizar as pessoas para, juntos, encararmos os grandes desafios socioambientais que a nossa geração enfrenta¹⁰³.

Para que consigamos conscientizar e sensibilizar a sociedade sobre as questões ambientais, há que se interpretar conciliando o biônimo: desenvolvimento versus meio

¹⁰² GOMES, Giselly, JABER, Michelle e SILVA, Regina. O diálogo do ensino de ciências da natureza e da educação ambiental, um olhar sobre as mudanças ambientais globais. EDUCAÇÃO, Secretaria de Estado de Comunidade e Educação Ambiental: Reinventando sonhos, construindo esperanças. Gráfica Print. Cuiabá. 2013. p. 302.

¹⁰³ BRASIL. Vamos cuidar do. Conceitos e Práticas em Educação Ambiental na Escola. Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007. Disponibilizado no site: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental.pdf>>. Acessado em 27 de jun. de 2013. p.6.

ambiente. Assim, faz-se necessário articular os objetivos fundamentais da educação ambiental, visando o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos. É imprescindível que haja esta conexão com as questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais. Conforme entendimento do art. 5º, inciso I e inciso VII do art. 4º, ambos da Lei nº 9.795/99.

Os incisos IV e V do art. 5º da lei supracitada têm uma interpretação clara ao estabelecer que o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania. Assim, como o estímulo e cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade.

Para Fernando Bañuls Soto:

Pero lo que no se ocultan son las frustraciones, contradicciones reducciones en él de hecho introducidas por otros importantes poderes: de ahí derivan los indudables déficits de universalización, los muy conservadores dogmas tecnocráticos, la ideología del fin de las ideologías, hoy el <pensamiento único>, la supuesta y muy desigual globalización, las connotaciones elitistas y discriminatorias (respecto de minorías o sectores marginados y, de manera muy especial, respecto del antes llamábamos <tercer mundo>), el deterioro y degradación constante del medio ambiente, la absoluta imposición de los análisis y las recetas economicistas, la correlativa prevalencia de la especulación financiera sobre la empresa productiva, la sacralización en definitiva de la mera razón instrumental¹⁰⁴.

O desafio tem o sentido de mudança de paradigma ao conectar-nos à realidade socioambiental. Dessa maneira, a educação ambiental proporcionará alternativas para um pensamento lógico, em respeito à vida. A educação ambiental provocará no aluno a ruptura necessária para despertar a curiosidade, e com isso desencadeará um aprendizado gratificante, inovador, revolucionário e inspirador. Ao despertar esta prática pedagógica no indivíduo, a educação ambiental comungará com uma aliada sintonizada com as questões ambientais, tanto de âmbito da realidade local como global.

¹⁰⁴ BAÑULS SOTO, Fernando. Elías Díaz, entre la Ética y la política. Universidad de Alicante p.218. Disponibilizado em Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, DOXA. <<http://bib.cervantesvirtual.com/FichaObra.html?Ref=9813&portal=4>>. Acessado em 24 de jan. de 2014. <http://scholar.google.com.br/scholar?q=fernando+Bañuls+Soto+Elías+D%C3%ADaz%2C+entre+la+%C3%A9tica+y+la+política&btnG=&hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5>. Acessado em 23 de jan. de 2014. p.246.

Paulo Freire menciona que: “Esta busca nos leva a surpreender, nela, duas dimensões; ação e reflexão (...). Não há palavra verdadeira que não seja práxis. Daí, que dizer a palavra verdadeira seja transformar o mundo¹⁰⁵”. Esta busca da verdadeira práxis educativa possibilitará a interdisciplinaridade no processo pedagógico ensino-aprendizagem, ou seja, esta troca de saberes tem um caráter fundamental para promover transformações relevantes na vida das pessoas. Assim, esta interface com os demais conhecimentos propiciará novos comportamentos e compromentimentos da sociedade para a transformação do mundo sustentável.

Rex Martin entende que:

(...) Esta aproximación general representa, en mi opinión, dos problemas principales. El primer problema es el de qué cuenta como consentimiento. Y el segundo problema es el de si el consentimiento así concebido puede realmente obligar a la gente obedecer todas o casi todas las disposiciones jurídicas válidas simplemente porque han sido dictadas de manera correcta por un estado legítimo o efectivo¹⁰⁶.

Com implementação da Lei nº 9.795/99 e a proteção Constitucional, o Estado dita as regra a serem seguidas, porém, cabe não só ao Poder Público, o dever em preservar e defender, tendo em vista que um bem comum do povo, conforme o art. 225 da Carta Magna, onde reza que: Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Neste sentido a educação ambiental veio sanar as vulnerabilidades do patrimônio cultural, social e econômico.

3.3. A inclusão da Educação Ambiental nas escolas

Percebe-se que no dia-a-dia são imprescindíveis as transformações para superação das injustiças ambientais, da disparidade social, da apropriação da natureza e da própria humanidade. Para enfrentamento destes desafios, tais preocupações estimulam a educação ambiental a serem inseridas nas escolas atuando como tema interdisciplinar e não como disciplina específica. A educação ambiental visa o desenvolvimento para a cidadania, ou seja, a educação sai da utopia e vai de encontro com a realidade atual e propõe atender aos sujeitos

¹⁰⁵ FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 17ª, ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1987. p.44.

¹⁰⁶ MARTIN, Rex. Obligación política: Algunas y um intento de solución. Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, DOXA. 2005. Disponibilizado em <<http://bib.cervantesvirtual.com/FichaObra.html?Ref=9813&portal=4>>. Acessado em 02 de set. de 2013. p.249.

ativos que fazem parte deste reduto social, cultural e econômico que se preocupem com a sustentabilidade socioambiental.

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC):

Os atores do campo da educação ambiental – gestores, governos, sociedade civil, universidades, juventudes, empresas etc. – foram incentivados a assumir a responsabilidade pela elaboração da Política e do Programa de Educação Ambiental. Desta forma, os programas, projetos e ações foram implementados com a ampla participação da sociedade, envolvendo atores para além dos setores educacionais, estreitando a relação escola-comunidade e o enraizamento da educação ambiental nos sistemas de ensino¹⁰⁷.

Graças aos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, hoje, os trabalhos pedagógicos, referente à educação ambiente foi incluído como temas transversais, objetivando “(...) desenvolvimento de atitudes e posturas éticas e, no domínio de procedimentos, mais do que na aprendizagem de conceitos (PCNs, 1998, p.201)¹⁰⁸”. Percebe-se que educar ambientalmente se constrói a partir da realidade por mais complexa que seja.

Evolução dos princípios de proteção ambiental no século XX

Data	Valor Social	Meio Ambiente	Princípio
1900	Programa/Tecnologia	Parques/Santuários	Estético
1960	Qualidade de vida/Consumo	Tratamento da contaminação	Bem estar
2000	Preservação	Desenvolvimento Sustentável	Ética

Fonte: Calvo e Corraliza (1994), citados por Díaz (1995, p. 27)¹⁰⁹.

¹⁰⁷CADERNOS SECAD 1. “Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade”. Ministério da Educação. HENRIQUES, Ricardo; TRAJBER, Rachel; MELLO, Soraia; LIPAI, Eneida M; CHAMUSCA, Adelaide. Educação Ambiental: aprendizes de sustentabilidade. Disponibilizado no site: < <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental.pdf>>. Acessado em 27 de jun. de 2013. p.11.

¹⁰⁸TOMAZELLO, Maria Guiomar Carneiro; FERREIRA, Tereza Raquel das Chagas. EDUCAÇÃO AMBIENTAL: que critérios adotar para avaliar a adequação pedagógica de seus projetos? Ciência & Educação, v.7, n.2, p.199-207, 2001. Disponibilizado em < <http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v7n2/05.pdf>>. Acessado em 27 de set. de 2013. p.199.

¹⁰⁹ TOMAZELLO, Maria Guiomar Carneiro; FERREIRA, Tereza Raquel das Chagas. EDUCAÇÃO AMBIENTAL: que critérios adotar para avaliar a adequação pedagógica de seus projetos? Ciência & Educação, v.7, n.2, p.199-207, 2001. Disponibilizado em < <http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v7n2/05.pdf>>. Acessado em 27 de set. de 2013. p.200.

Nota-se que após vários acontecimentos dando enfoque da ruptura do desequilíbrio natural provocada pelo homem, iniciaram-se preocupações ultrapassando os limites das ações isoladas, e transformando-se em preocupações de toda humanidade. Na década de 60, o Clube de Roma, efetuou um relatório Limites do Crescimento, mas só foi publicado em 1972, nas Conferências de Estocolmo, nesta época começaram a articular propostas no controle da poluição ambiental, esta discussão, teve como propósito garantir a qualidade de vida em face do desenvolvimento ambiental.

A Agenda 21 elaborada na Rio 92, foram firmados compromissos objetivando a sobrevivência no século XXI. Neste sentido, após todos estes encontros, discussões, propostas, documentos e conferências, percebe-se que a educação ambiental no Brasil vem modificando profundamente a consciência do indivíduo, em busca de uma nova ética e formulando novos comportamentos, construindo assim, a noção de sociedade sustentável. Hoje, neste novo século, a educação ambiental deseja alcançar e/ou desenvolver projetos, embasados em valores e comportamentos sociais adequados para um mundo em extremo progresso.

Neste trabalho pretendemos focalizar as discussões sobre a implantação da educação ambiental nas escolas, fazer um comparativo das escolas públicas e estaduais no município de Juína Estado de Mato grosso.

A primeira escola entrevistada foi à Escola Estadual Sete de Setembro, observa-se que a primeira pergunta foi se a educação ambiental esta sendo implantada? Ela esta sendo inserida como uma disciplina específica? Nesta escola acontece a reciclagem de latinha, água do ar condicionado e a compostagem de alimentos? Tem horta na escola? Todas as turmas, digo, do 1º ao 9º ano estão aderindo ao tema? Como os alunos reagiram ao tema? Desde quando foi implantada a educação ambiental nesta escola?

Ressalta-se que, o primeiro questionamento foi esclarecedor, a educação ambiental esta sendo implanta, mas não como um tema transversal, observa-se que nesta escola a problemática ambiental é trabalhada como disciplina específica, abarcando somente as disciplinas de ciências, geografia e história, enquanto que, indiretamente a educação ambiental esta sendo inserida nas outras disciplinas, mas não dão ênfase no tema, ou seja, é trabalhada superficialmente, quando há algum evento referente ao meio ambiente.

A reciclagem em nenhum aspecto é trabalhada. Segundo informações, até deram andamento, mas não obtiveram êxito. A horta esta sob os cuidados das crianças, contando

com o apoio dos professores que trabalha esta temática ambiental, em especial na disciplina de ciência. Vale ressaltar que, a educação ambiental está sendo trabalhada do 1º ano ao 9º ano. As crianças abraçaram esta causa, e ao estarem em espaços abertos, elas aprendem muito mais na prática do que na teoria, ou seja, elas conseguem assimilar o conteúdo e fazem planos para o futuro.

Em evento realizado na escola supracitada, as crianças realizam o plantio de árvores, este projeto é de iniciativa da Secretaria do Meio Ambiente, houve eventos estimulando as crianças na plantação dos ipês, palestras, redação e orientação sobre a importância de cuidar do meio ambiente. Neste evento os alunos foram trabalhar ao ar livre, as crianças foram para a praça da cidade de Juína sob orientação dos professores competente, assim, eles puderam interagir com o meio ambiente, e com isso, os docentes foram mostrar as arvores e quanto tempo ela leva pra ficar adultas, tempo do fruto, cair às folhas, tamanha da raiz e que profundidade, dentre outros. Após este evento as crianças mostraram uma importância ímpar com a natureza. Porém, a maioria dos trabalhos é realizada em quatro paredes, ou seja, em sala de aula.

Ocorre que, conforme relatado, as crianças consegue absolver o conteúdo e aprendem mais quando é trabalhado ao ar livre, assim, elas conseguem dar exemplos de casa, do vizinho e da própria comunidade. Os professores quando articulam trabalhos em ambientes abertos, percebe que os infantes, fazem planos de viver em um ambiente sustentável, ou como podem melhorar o ambiente, e mais, fomentam propostas de como podem contribuir, objetivando sustentabilidade planetária.

Desde quando é implantada a educação ambiental nesta escola? Em resposta a este questionamento, a coordenadora mencionou que a educação ambiental é trabalhada desde 2010, mas só ganhou força em 2013, mas continua sendo trabalhada em disciplinas específica, não atuando como um tema transversal. Pois a mesma afirma que, este tema não é muito difundido. Por esta razão, alguns docentes não conseguem trabalhar a educação ambiental em algumas disciplinas.

As questões ambientais tende a acontecer em ambientes abertos e não necessariamente em sala de aula, levando em conta que os alunos se envolvem mais quando estão na prática, como por exemplo, estudo de campo, parques, trilhas ecológicas para observação de plantas e animais, visita a zoológicos, jardins ou praças da cidade, entre outros. Ou seja, quando o aluno substituir por novas os velhos procedimentos pedagógicos, ele será capaz de entender o

valor da natureza, pois protegendo a natureza ele estará protegendo a si mesmo. Nesta escola os recursos bibliográficos são disponibilizados pela Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso – SEDUC/MT.

Na Escola E. Dr. Guilherme F. A. Lima, também foram feitos os mesmos questionamentos: nesta escola é trabalhado o ensino fundamental (1º ao 9º ano), a educação ambiental é tratada como Projeto Geral do Meio Ambiente: os quatro elementos da natureza: água, terra, fogo e ar, na educação infantil. Este projeto pauta-se pela autonomia da criança em descobrir, explorar, conhecer, desenvolver e pesquisar os elementos da natureza, e assim, elas terão a possibilidade de partilhar, vivenciar a realidade, bem como, brincar com os elementos da natureza. Percebe-se que estes componentes são utilizados para construir condutas favoráveis para identificar comportamento e hábitos responsáveis dos alunos.

A educação ambiental esta sendo efetivada nesta escola? Desde quando? A reciclagem de latinha, garrafa pete e a compostagem dos alimentos, é trabalhada nesta escola? Os vegetais produzidos na horta são aproveitados pela escola? O trabalho em ambientes abertos estimula os alunos? Qual é a reação das crianças, em trabalhar esta temática? O que são feitos com a sobre do óleo (cozinha) que prepara os alimentos? As crianças gostam de trabalhar a temática, em ambientes abertos? A educação ambiental é inserida em todas as disciplinas e, em todas as turmas (1º ao 9º ano)? O professor esta conseguindo transmitir a temática ambiental aos alunos? Ao final do semestre, é realizado algum evento? Quando que a educação ambiental entrou em prática?

As respostas dos questionamentos são surpreendentes, a educação ambiental esta sendo implantada na Escola E. Dr. Guilherme F. A. Lima, mas só foi concretizada em 2013, ganhando espaços em todas as disciplinas, ou seja, abarcando o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade conforme entendimento do inciso III do art. 4º da Lei nº 9.795/99.

Nesta escola a reciclagem de latinha, garrafa pete e a compostagem de alimentos, esta sendo trabalhada, e com a produção do adubo, são plantados vegetais e verduras como, cenoura, alface, couve e cheiro verde. Ressalta-se que a produção desses alimentos, são consumidos, na própria escola, ou seja, todos os vegetais/verduras, fazem parte do cardápio escolar. O óleo que prepara os alimentos, também é reaproveitado, as cozinheiras confecciona sabão para efetuar a limpeza da cozinha e de todo o material utilizado na refeição.

Após a implantação da educação ambiental, iniciou-se o Projeto Geral do Meio Ambiente, dividindo os quatros elementos: água, terra, fogo e ar, os dois primeiros temas foram trabalhados no 1º semestre, enquanto que, os outros dois últimos elementos, são trabalhados no segundo semestre.

O que se percebe, porém, é a reação das crianças quando trabalha a educação ambiental fora da sala de aula, é satisfatório, enquanto que, quando discutido em sala, elas não conseguem assimilar e tem dificuldade em compreender os objetivos da problemática ambiental. Observa-se que a mudança de comportamento das crianças, quando sai para ambientes abertos, o interesse das crianças se multiplica. Eles conseguem acompanhar todas as atividades, e discutem a problemática, trocam ideias, formulam questionários, objetivando analisar as melhores propostas dos grupos.

Neste sentido, Maria Guiomar Carneiro Tomazello e Tereza Raquel das Chagas Ferreira aduzem que: “os resultados de um processo educativo não são consequência de uma só atividade, mas de uma ação prolongada por anos, além de que, o tempo dedicado ao ensino não coincide necessariamente com o tempo de aprendizagem¹¹⁰”. Por tal motivo, a educação ambiental dente a revolucionar os currículos pedagógicos. Alinne Veiga; Érica Amorim e Mauricio Blanco fomentam que: “(...) a participação nestas atividades comunitárias ainda muito se tem para avançar. (...) mas é possível incrementar essa participação¹¹¹”.

A educação ambiental hoje é inserida em todas as disciplinas e, em todas as turmas (1º ao 9º ano), atuando como um tema transversal, pois há unanimidade entre os sujeitos (alunos/professores) participantes deste processo educativo.

Por outro lado, Maria Guiomar Carneiro Tomazello e Tereza Raquel das Chagas Ferreira “apontam possibilidades de se desenvolver Educação Ambiental na escola, se¹¹²”:

¹¹⁰ TOMAZELLO, Maria Guiomar Carneiro; FERREIRA, Tereza Raquel das Chagas. EDUCAÇÃO AMBIENTAL: que critérios adotar para avaliar a adequação pedagógica de seus projetos? *Ciência & Educação*, v.7, n.2, p.199-207, 2001. Disponibilizado em < <http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v7n2/05.pdf>>. Acessado em 27 de set. de 2013. p.203.

¹¹¹ VEIGA, Alinne; AMORIM, Érica; BLANCO, Mauricio. Um Retrato da Presença da Educação Ambiental no Ensino Fundamental Brasileiro: o percurso de um processo acelerado de expansão. Disponibilizado em < <http://www.educacaoambiental.pro.br/victor/biblioteca/OqfazemescolasqdzemqfazemEA.pdf>>. Acessado em 28 de agosto de 2013. p.23.

¹¹² TOMAZELLO, Maria Guiomar Carneiro; FERREIRA, Tereza Raquel das Chagas. EDUCAÇÃO AMBIENTAL: que critérios adotar para avaliar a adequação pedagógica de seus projetos? *Ciência & Educação*, v.7, n.2, p.199-207, 2001. Disponibilizado em < <http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v7n2/05.pdf>>. Acessado em 27 de set. de 2013. p.204.

- Os problemas ambientais, suas origens e formas de intervenção em sua solução ou prevenção, se encontram articulados com os conteúdos e práticas escolares cotidianas;
- No reconhecimento desses problemas haja a participação dos alunos, a partir de seus pontos de vista e valorações;
- Na decisão sobre as medidas a adotar para participar, os alunos, assim como os pais, tenham a oportunidade de expressar suas próprias prioridades e elas sejam levadas em conta;
- Na avaliação dos avanços e os alcances das ações se outorgue valor aos esforços realizados, mais no sentido de entendê-los como parte de um processo de grande visão do que em função de conseguir metas de curto prazo.

Neste caso, a escola percebe que alguns professores ainda estão com deficiência em trabalhar as estratégias pedagógicas e transmitir a temática ambiental aos alunos, porém, as maiorias dos docentes estão alcançando os resultados desejados pela escola e pelo Projeto Geral do Meio Ambiente. E, mais, eles estão conseguindo ensinar e aprender, pois é com a troca de informações que os alunos terão facilidade em compreender e ampliar seus conhecimentos sobre o programa.

As transformações possibilitam aos alunos a mudarem seus comportamentos, ações, valores e costumes. Todavia, a avaliação deve pautar-se no desenvolvimento do espírito crítico do aluno e sua capacidade de assimilar tais responsabilidades. A priori, a mudança de posturas e a conscientização partem de iniciativas, objetivando o desenvolvimento de uma nova ética, valores, e responsabilidade em face das gerações vindouras.

Assim, Maria Guiomar Carneiro Tomazello e Tereza Raquel das Chagas Ferreira mencionam que:

(...) competências novas devem ser reconhecidas e avaliadas, tais como a capacidade de elaborar, concluir e participar de um projeto interdisciplinar e/ou transdisciplinar; capacidade de integrar os objetivos da Educação Ambiental nas diferentes disciplinas e determinar um marco conceitual comum; capacidade de apreciar e responder às necessidades da comunidade local com a perspectiva de um desenvolvimento sustentável, e a capacidade de introduzir uma dimensão mais global da Educação Ambiental. Quanto ao projeto, devem ser avaliados cada um dos elementos que o compõem: os objetivos, recursos previstos, formas de relação entre os próprios alunos e entre alunos e professores, metodologia e o próprio sistema de avaliação¹¹³.

¹¹³ TOMAZELLO, Maria Guiomar Carneiro; FERREIRA, Tereza Raquel das Chagas. EDUCAÇÃO AMBIENTAL: que critérios adotar para avaliar a adequação pedagógica de seus projetos? Ciência & Educação,

A Educação Ambiental almeja, dentre outros objetivos, auxiliar os indivíduos a adquirir consciência da problemática planetária, ou seja, compreender que as questões ambientais nos cerca em todos os aspectos políticos, culturais, sociais e econômicos. As mudanças de valores auxiliam alunos/cidadãos a compreender que esses aspectos são interdependentes e este intercâmbio, possibilita que os mesmos, dão-se conta de que, é, parte integrante desse bem protegido. Para Édis Milaré: “(...) a cada momento, por onde quer que observamos, deparamo-nos com inúmeros e variados problemas ambientais à nossa volta. De fato, a problemática ambiental está na ordem do dia (...)”¹¹⁴.

Assim, os projetos tem uma visão específica, em capacitar os alunos para enfrentar a problemática junto com a comunidade, pensando localmente e agindo globalmente. Vale ressaltar que os critérios para avaliação do projeto são elaborados ao término de cada semestre, é realizada uma culminância dos trabalhos e análise das peculiaridades do projeto, verifica se as exceptivas foram alcançadas, quais as deficiências que poderão ser sanadas. Feita toda análise, inicia-se as apresentações, onde são elaboradas com cartazes, músicas, teatros e seminários, ou seja, estes eventos contam com a participação dos alunos e professores. E, a partir dos resultados obtidos, a escola tem a possibilidade de prosseguir com novos projetos, galgando melhores condições de vida da espécie humana, objetivando adaptarem uma nova visão de mundo sustentável.

Na Escola E. Dr. Arthur foram feito os seguintes questionamentos a respeito da educação ambiental, tendo em vista que nesta instituição é trabalhado o Ensino Médio. A educação ambiental esta sendo trabalhada? Como? A educação ambiental está sendo inserida como disciplina específica? É feita a reciclagem? A escola trabalha com horta? Já que trabalha com adolescentes e jovens, qual é a reação deles, trabalhar esta temática? Quando que iniciou a implantação da educação ambiental?

Em resposta aos questionamentos, é importante ressaltar que, a educação ambiental esta sendo trabalhada nesta escola, mas não como disciplina, e sim como componente curricular das disciplinas de biologia, sociologia, geografia e muito pouco em filosofia, as primeiras disciplinas são as que mais trabalham a educação ambiental, enquanto que, na

v.7, n.2, p.199-207, 2001. Disponibilizado em < <http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v7n2/05.pdf>>. Acessado em 27 de set. de 2013. p.206.

¹¹⁴ MILARÉ, Édis. Direito do Ambiente: a gestão ambiental em foco: 7ª. Ed. re., atual. e reform. – São Paulo: editora dos tribunais. 2011. p.65.

ultima disciplina trabalha-se, mas indiretamente a problemática ambiental. As demais disciplinas não trabalham esta temática.

A reciclagem é feita com as latinhas há quatro anos, a água do ar condicionado é reaproveitada para regar as plantas e a grama da escola. A escola deu início a reciclagem de papel, mas a ausência de empresa de reciclagem de papel no município acabou interrompendo o processo deste tipo de reciclagem. A compostagem dos alimentos é trabalhada nesta escola, servindo como adubo para horta. Percebe-se que a horta fica sob os cuidados das turmas do 3º ano, eles se encarregam de todas as atividades inclusive a colheitas dos vegetais, e, que compõe o cardápio escolar. A implantação da horta já faz dois anos, e a escola pretende dar continuidade no projeto.

A Escola E. Dr. Arthur Antunes Maciel só trabalha com adolescentes e jovens, a priori a reação deles, quanto à questão ambiental, não foi muito bem recepcionada, mas aos poucos eles estão conseguindo compreender a problemática ambiental do qual fazem parte. Hoje quando os trabalhos são realizados em ambientes abertos, os alunos se interagem de certa forma que não querem ir embora, mas quando trabalhado em sala de aula, não sentem o ambiente apropriado. Os adolescentes percebe e a comunidade escolar contribui para uma visão mais ampla, tornando assim, jovens com direito para a participação na construção de um Brasil sustentável.

Todavia, os professores ainda estão sendo capacitados para trabalhar esta temática, mas segundo informações, esta inserção nas outras disciplinas ainda encontra barreiras. Acredita-se que as disciplinas de: biologia, sociologia, geografia e filosofia, estejam mais perto da realidade. Logo, ao fazer um comparativo do início da implantação da educação ambiental e hoje, percebe-se grandes avanços. A comunidade escolar tem como foco, contribuir e fortalecer o aprendizado, contribuindo assim, para a estruturação de ações, valores, compreensão, conscientização e responsabilidades dos jovens, ou seja, estas ações contribuem para o enraizamento da educação ambiental.

Ana Cândida de Paula Ribeiro e Arruda Campos aduzem que: “(...) o liame existente entre livre iniciativa e preservação ambiental. (...) conduz à gênese do desenvolvimento sustentável¹¹⁵”. Sendo assim, o educador ambiental é, sobretudo, um intermediário da

¹¹⁵ RIBEIRO, Ana Cândida de Paula e CAMPOS, Arruda. O Desenvolvimento Sustentável como Diretriz da Atividade Econômica. Revista de Direito Ambiental RDA. 26/77. Vol. I. abril.-jun./ 2002. p.651.

compreensão e transmissão das questões referentes ao meio ambiente, ou seja, eles atuam como interpretes dessa relação.

Conclui-se que, a educação ambiental vem sendo implantada há seis anos nesta instituição. Ultimamente fez-se necessário aprofundar na práxis pedagógica transcendendo os limites artificiais das disciplinas e transformando os conteúdos em práticas. A proposta da comunidade escolar é articular espaço para incentivar e estimular os alunos a aprofundarem nos debates oriundos da problemática ambiental. Assim, como a educação de Chico Mendes, representante da luta socioambiental no Brasil: A SECAD - Brasil Ministério da Educação: “(...) o desejo de incentivar alunos e professores a se tornarem educadores ambientais; sujeitos de intervenção e construção de uma nova sociedade baseada na ética da sustentabilidade, dando continuidade à construção permanente da educação ambiental no Brasil¹¹⁶”.

Esta interlocução escola, sociedade, alunos e professores, contribuirão para o enraizamento e fortalecimento da educação ambiental. De maneira acessível, e tomando as medidas necessárias para conscientizar a humanidade, faz-se necessário a compreensão da realidade do reduto entorno de si mesmo, assim, a educação ambiental pretende-se oferecer um aprofundamento das questões ambientais, pois a mesma é um tema transversal nos currículos, precisando portando, permear todo processo pedagógico.

A Escola Municipal Paulo Freire, desde 2.009, cerca de 5 (cinco) anos, esta sendo implantada a educação ambiental de forma interdisciplinar, garantindo assim, uma interlocução entre meio ambiente e a educação. Esta junção de conhecimentos e conscientização prepara os alunos para realidade atual, ou seja, a partir do momento em que o educando e educador, se interagem na troca de saberes, nasce à conscientização, responsabilidade, ética, constrói-se ações, valores, direitos e deveres.

Na escola acima mencionada, não estão trabalhando a compostagem, nem reaproveitando a água do ar condicionado. A reciclagem do lixo só foi trabalhando como projeto de orientação, dando importância da reutilização do lixo. Segundo informações, este ano a escola Paulo Freire irá trabalhar com o sistema integral, dando ênfase em todas as disciplinas em especial nas práticas agrícolas, horta, projetos culturais, seminários, palestras,

¹¹⁶ CADERNOS SECAD 1. “Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade”. Ministério da Educação. HENRIQUES, Ricardo; TRAJBER, Rachel; MELLO, Soraia; LIPAI, Eneida M; CHAMUSCA, Adelaide. Educação Ambiental: aprendizes de sustentabilidade. Disponibilizado no site: < <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental.pdf>>. Acessado em 27 de jun. de 2013. p.71.

folclore, dentre outras. Levando em conta que, na prática o aluno terá a oportunidade de fazer parte da realidade ambiental, participando ativamente na formação de um novo direito. Assumindo coletivamente o compromisso em manter o ambiente sustentável.

O que se percebe, porém, é que a educação ambiental converteu-se numa preocupação de todos: e, em todos os âmbitos. Neste sentido, José Afonso de Silva tem uma visão peculiar sobre: “(...) a preservação da natureza em todos os seus elementos essenciais à vida humana e à manutenção do equilíbrio ecológico, visa a tutelar a qualidade do meio ambiente em função da qualidade de vida, como forma de direito fundamental da pessoa humana¹¹⁷”. Esta concepção de meio ambiente requer um pensamento reflexivo, relacionando o homem e natureza, já que somos detentores de direitos e obrigações, garantidos como um direito fundamental. Hoje, a sociedade necessita de uma análise mais profunda e mudanças mais concretas no que tange a problemática ambiental, já que a sociedade almeja o desenvolvimento sustentável. A educação ambiental para Maria Beatriz Junqueira Bernardes: “hoje está ancorada na complexidade, sustentabilidade, na inter e transdisciplinaridade. (...) a ideia de conhecer e respeitar o mundo em que se vive, seja qual for, aprender a refletir sobre a história de vida, para respeitá-la, para não negá-lo ou destruí-lo¹¹⁸”. Esta junção, de um homem consciente e a natureza, promoverá uma educação ambiental com um caráter inovador à realidade contemporânea.

Na Escola Estadual Antônia Moura Muniz, iniciou-se a implementação da educação ambiental em junho de 2012, abrangendo todas as disciplinas. Foi desenvolvido um projeto em 2013, cujo tema é Os Guardiões Ambientais, neste projeto é trabalho a conscientização dos alunos, referentes à conservação, preservação e proteção do meio ambiente, tanto em sala de aula como fora.

Em relato da direção da escola, a disciplina de Geografia é a mais trabalhada dando ênfase nas questões ambientais. O professor leva os alunos para conhecer a realidade local das comunidades, como por exemplo: fazem visitas nos bairros, mutirões para limpeza o pátio da escola, das salas de aulas, jogar lixo no lixo, reutilização dos objetos usados, dentre outras. Práticas como estas proporcionará ao aluno uma visão ampla da realidade, objetivando- os a

¹¹⁷ SILVA, José Afonso da. Direito Ambiental Constitucional. 9º ed. atual. Editora Malheiros. São Paulo. 2011. p.60.

¹¹⁸BERNARDES, Maria Beatriz Junqueira. Educação Ambiental: Caminho para a Sustentabilidade. Disponibilizado no site <<https://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/rtc/article/view/1449/854>>.. Acessado em 21 de out de 2013. p.30481.

melhorar o meio ambiente. Esta inserção garantirá ao acadêmico uma visão local, mas estimulando um pensamento global.

A escola não adere à participação dos alunos na reciclagem de papel, competindo à direção a responsabilidade de encaminhar para empresa responsável. A compostagem e a água do ar condicionado também não são trabalhadas nesta escola. Quanto à horta, segundo informações, a horta ainda não está sendo implantada, mas tem-se um projeto de Horta Pedagógica para o ano de 2014. Objetivando a conscientização responsável dos alunos em face do meio ambiente.

Na Escola E. 21 (vinte um) de Abril aderiu a prática da educação ambiental em 2011, porém, só em algumas disciplinas, como: geografia e ciências de forma direta, enquanto que, indiretamente é trabalhada na disciplina de português.

Com base nos questionamentos, tem-se que a educação ambiental é um tema novo, e, mesmo sendo novo, ela está despertando no aluno um pensamento ecológico. A educação ambiental proporcionará asas em voos livres para futuro sustentável. Entretanto, nesta escola ainda não estão sendo trabalhados: a reciclagem, a compostagem e a horta. Quanto à água do ar condicionado, a escola ainda não disponibiliza deste privilégio.

A educação ambiental está sendo implantada na Escola E. Centro de Estudos de Jovens e Adultos - CEJA Alternativa, de forma interdisciplinar, ou seja, abarcando todas as disciplinas. O projeto iniciou-se desde 2008, mas ainda enfrenta algumas dificuldades em relação à conscientização, tendo em vista que esta escola trabalha especialmente com jovens e adultos.

Não estão sendo efetivados os trabalhos de: a horta, compostagem, reaproveitamento da água do ar condicionado e a reciclagem de latinha, papel, garrafa pete. A ênfase dada por esta escola é a conscientização dos alunos referente às questões ambientais, ou seja, o trabalho desta escola é informar aos alunos sobre a importância do tema, e que pequenas ações podem fazer a diferença. Como por exemplo: jogar lixo no lixo, manter o ambiente do qual fazem parte limpo. Esta iniciativa tem dado certo, hoje os alunos tem o compromisso de manter as salas e a lanchonete limpas.

Na Escola Estadual Marechal Rondon, a educação ambiental está sendo trabalhada como tema interdisciplinar. Iniciou-se há 2 (dois) anos. O projeto de reciclagem, a compostagem, a água do ar condicionado, teve início, mas não vigorou. Iniciou-se com um

projeto que “premiava” os alunos conforme o desempenho em relação à limpeza da escola como também para trazer os materiais recicláveis para a escola. A direção finalizou dizendo que, mesmo com a “premiação” os alunos não tiveram interesse para dar continuidade no projeto. Segundo a direção, o projeto surtiu efeito positivo nas residências dos alunos, segundo os pais. A horta nesta escola deu certo, porém, continua enfrentando alguns obstáculos, como por exemplo, a maioria das crianças, prefere não participar das atividades.

Sendo assim, após obtenção do resultado do estudo de casos das escolas estaduais e municipais no município de Juína, onde restou provado que a educação ambiental esta sendo implantada nas escolas desta urbe, mesmo que indiretamente. Dessa forma, espera-se que, a comunidade acadêmica entenda o verdadeiro propósito desse trabalho: e assim, romper os muros das escolas, e conscientizar toda a sociedade planetária, para assumir perante o meio ambiente, mais responsabilidades. Américo Sommerman dá ênfase quando menciona que: “(...) a busca do conhecimento de se retroalimentar, a e educação finalidade proporcionar ao corpo e à alma toda perfeição e beleza de que são suscetíveis (...) converter o olhar da alma do mundo sensível para o mundo inteligível e, leva-lo à contemplação do bem supremo¹¹⁹”. Isso prova que, a educação dendê a desenvolver em cada indivíduo: ética, respeito, responsabilidade, comprometimento, cooperação e ações positivas: voltada entorno do ambiente natural do qual fazemos parte.

Juína conta com 13 (treze) escolas estaduais e 2 (duas) municipais. Três das escolas estaduais estão situadas na zona rural, sendo que duas delas estão localizadas na aldeia (terras indígenas). Ao todo foram entrevistadas 7 (sete) escolas estaduais, e 1 (duas) escola municipal, três escolas estaduais e uma municipal não quiseram opinar. As escolas públicas e municipais mato-grossense vêm superando as expectativas da prática tradicional e reivindicando novos modelos pedagógicos, para construção da educação ambiental.

¹¹⁹ SOMMERMAN, Américo. Inter ou Transdisciplinaridade? Da Fragmentação Disciplinar ao Novo Diálogo entre os Saberes. São Paulo. Paulus. 2006. p.21.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, podemos concluir que, pretendeu-se destacar os momentos decisivos que influenciaram a implementação da educação ambiental no Brasil, em especial no município de Juína Estado de Mato Grosso. As Conferências serviram de marco histórico, viabilizando a conscientização e responsabilidade em busca de novas práticas, significados, essência, ética e um pensamento reflexivo, criado num mundo que, muitas vezes oprimido pela intolerância dos indivíduos, assim almeja despertar a prática educativa adormecido em cada um de nós.

Destacando também a importância da sociedade ter conhecimento das questões ambientais para chegar a um denominador comum. E, atuarem ativamente, desenvolvendo a verdadeira cidadania participativa. Insta frisar que, a educação ambiental hoje é uma das mais importantes reivindicações educacionais contemporâneas. Cumpre examinar, destarte, em dar peculiar atenção a Declaração de Estocolmo que serviu para abrir caminho e fortalecer a importância da educação ambiental no Brasil, bem como no mundo. Através das Conferências consubstanciado com a Constituição Federal de 1988, deram ênfase nas questões ambientais em especial a sadia qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável, levando em conta que é um direito fundamental.

Sendo assim, este posicionamento calcado no binômio desenvolvimento e sustentabilidade, são questões que o Texto Constitucional juntamente com a Lei nº 9.795/99, prevê assegurar para as gerações presentes e vindouras. Ou seja, tem-se que este binômio decorre do princípio da solidariedade intergeracional.

Hodiernamente, aguardamos que todas as Conferências outrora, sirvam de exemplo tanto para a Administração Pública em efetivar as políticas públicas, bem como a conscientização da população, em compreender que a educação ambiental é um mecanismo que pode ser utilizado para a proteção do meio ambiente. Assim, há que se ter em mente que, a tutela da qualidade do meio ambiente é instrumento no sentido de que, através dela, o que se protege é a qualidade de vida.

Podemos concluir então que, as ações já existentes passem a fortalecer cada vez mais as ações e que visam à conscientização e responsabilidade da sociedade como um todo. Assim, a educação ambiental quando implantada com boas ideias se transformam em grandes ações, ações essas que visam à qualidade de vida das gerações presentes quanto às próximas gerações.

Diante de todas as conferências aqui comentadas, o eixo de discussão foi à questão da implementação da educação ambiental nas escolas, bem como estaduais e municipais do Estado de Mato Grosso em especial no município de Juína. Também, atentou-se em tecer algumas considerações acerca da educação ambiental nas Instituições de Ensino Superior, no sentido de examinar seu principal papel na formação dos futuros formadores de opinião. Assim, espera-se que esta análise possibilite que novos olhares sejam lançados e novos posicionamentos sejam tomados, objetivando dirimir os impactos negativos e possibilitando assim, uma reflexão crítica no papel da comunidade acadêmica bem como nas universidades, e, sua importância na construção de novos hábitos, ética, responsabilidades e comprometimento com as questões ambientais.

Neste sentido, o trabalho acadêmico ancora-se num olhar que visa à construção e reconstrução de métodos mais amplos entre sociedade e a natureza. Assim, preocupamo-nos em evidenciar que a metodologia da educação ambiental são como mecanismo para se chegar há um novo tipo de desenvolvimento. De fato, os métodos pedagógicos influenciaram as pessoas a construir um modelo de desenvolvimento sustentável.

Portanto, são metas da educação ambiental estabelecer uma interpretação diferenciada, reunindo áreas distintas, dando voz a diferentes grupos da sociedade. Comportando mudança de atitudes, ações concretas, comprometimento com as questões ambientais, responsabilidade e conscientização. Esta transformação se insere numa relação com a construção e reconstrução de novos conhecimentos e aprendizagem. Levando-se em conta que, as escolas têm um papel principal, ao dar o primeiro passo em alfabetizar e sensibilizar os alunos, assim, terão subsídios e sensatez para participar das mudanças que se fazem necessárias e urgentes.

Dessa forma, o estudo buscou conhecer de perto as escolas estaduais e municipais do município de Juína, e analisar se a educação ambiental esta sendo implantada nas escolas, e qual a reação da comunidade escolar. Antes tinha-se a ideia de que a educação ambiental era um processo lento, hoje com apoio da Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida nas Escolas – COM-VIDA a situação anda mudando. Esta comissão analisa as questões mais impactantes ao meio ambiente local em primeiro momento, enquanto que, no segundo momento em parceria com a comunidade escolar, inicia-se um processo de mobilização, conscientização e sensibilização da sociedade local e global, sobre as questões ambientais.

A COM-VIDA juntamente com os Coletivos Jovens são projetos que envolvem estudantes atuantes como delegados (a) e suplentes, a analisarem as principais questões

impactantes ao meio ambiente do município e, assim, atuarem como protagonistas na construção de um mundo melhor.

Este pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade, propõe um novo modelo de educação ambiental. Tem-se que a sociedade vista a camisa verde em prol do meio ambiente e fazendo parte desta vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais. Considerando sua interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade. Em síntese, o que se espera da comunidade acadêmica é a reforma do pensamento: centrada no desenvolvimento intelectual da sociedade planetária, viabilizando novos projetos para amenizar os impactos negativos ao meio ambiente. Criando assim, uma educação baseada em valores peculiares, como: aprender a conhecer e reaprender para fazer.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Ageu Cleon de. **EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO SUPERIOR: Disciplinaridade em Discussão**. Disponibilizado em: <<http://portal.estacio.br/media/3485716/ageu-cleon-de-andrade-completa.pdf>>. Rio de Janeiro 2008. Acessado em: 26 de abril de 2014.

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. 12ª. Ed. revista e atual. 3º tiragem. Editora Lumen Juris. Rio de Janeiro. 2010.

ARANA, Alba Regina Azevedo. et al. **A ECUAÇÃO AMBIENTAL NA UNIVERSIDADE: um diagnóstico dos alunos da Unoeste**. <https://www.unoeste.br/site/CursoGraduacao/cursos/32/documentos/ArtigoCientificoMeioAmbiente1.pdf>. Acessado em: 26 de abril de 2014.

BAÑULS SOTO, Fernando. **Elías Díaz, entre la Ética y la política**. Universidad de Alicante p.218. Disponibilizado em Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, DOXA. <<http://bib.cervantesvirtual.com/FichaObra.html?Ref=9813&portal=4>>. <http://scholar.google.com.br/scholar?q=fernando+Banuls+Soto+Elias+D%C3%ADaz%2C+entre+la+%C3%A9tica+y+la+politica&btnG=&hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5>. Acessado em 23 de jan. de 2014. 2002.

BRASILEIRA, Identidades da educação ambiental. **Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental**; Philippe Pomier Layrargues (coord.). – Brasília: Ministério do Meio Ambiente. Disponibilizado em <http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_publicacao/20_publicacao13012009093816.pdf#page=27>. Acessado em 23 de agost. de 2013. 2004.

BENJAMIN, Antonio Herman V. **Introdução ao Direito Ambiental Brasileiro**. Revista de Direito Ambiental. RDA 14/48. Abr. jun./1999.

BARBIERI, José Carlos; SILVA, Dirceu da. **Desenvolvimento Sustentável e Educação Ambiental: uma trajetória comum com muitos desafios**. <http://editorarevistas.mackenzie.br> Artigo. Data de acesso: 23 de set. 2013.

BRASIL. Vamos cuidar do. **Conceitos e Práticas em Educação Ambiental na Escola**. Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007. Disponibilizado no site: < <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental.pdf>>. Acessado em 27 de jun. de 2013.

BERNARDES, Maria Beatriz Junqueira. **Educação Ambiental: Caminho para a Sustentabilidade**. Disponibilizado no site <<https://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/rtc/article/view/1449/854>>. Acessado em 21 de out de 2013.

BILERT, Vania Silva de Souza. **A EDUCAÇÃO AMBIENTAL: um estudo nos cursos da área das ciências sociais aplicadas nas instituições de ensino superior públicas (IES) no Paraná**. Disponibilizado em: http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/694/1/PB_PPGDR_M_Bilert%2c%20Vania%20Silva%20de%20Souza_2013.pdf. Acessado em: 26 de abril de 2014. 2013.

CANEPA, Carla. Educação Ambiental: **Ferramenta para a criação de uma nova consciência planetária**. Revista de Direito Constitucional e Internacional. RDA. 48/158. Jun.-set. 2004.

CADERNOS SECAD 1. “Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade”. Ministério da Educação. HENRIQUES, Ricardo; TRAJBER, Rachel; MELLO, Soraia; LIPAI, Eneida M; CHAMUSCA, Adelaide. **Educação Ambiental: aprendizes de sustentabilidade**. Disponibilizado no site: < <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental.pdf>>. Acessado em 27 de jun. de 2013.

CAPANEMA, Jussara Cristina Moreira. **Educação Ambiental na Universidade**. In. Revista FACTU CIÊNCIA – Ano 13, n° 22 (Janeiro/julho 2012). Unai: FACTU, 2012. Disponibilizado em: http://www.clickunai.com.br/clientes/cms/documentos/factu_-_revista_factu_ciencia_22_-_2012__setembro_2012.pdf#page=116. Acessado em: 24/04/2014. p. 115.

CHAVES, Pirola, Josenilde. **Educação ambiental: análise da prática docente nas escolas de aimorés, via instituto terra, com vistas às práticas sociais**. I Encontro da Rede Capixaba

de Educação Ambiental. Disponibilizado em <http://recea.org.br/acervo/Anais_Educacao_Ambiental___Martha_Tristao.pdf#page=263>. Acessado em 27 de jul. de 2013.

CARVALHO, Luiz Marcelo de. **A Educação Ambiental e a formação de professores**. In. VIANNA, Lucila Pinsard. (coord). Panorama da Educação Ambiental no Ensino Fundamental. Secretaria de Educação Fundamental - Brasília: MEC; SEF, 2001. 149 p. Disponibilizado em: <<http://www.educacaoambiental.pro.br/victor/biblioteca/PanoramaEAEFundamental2000.pdf#page=7>>. Acessado em: 29 de abril de 2014.

COMPIANI, Maurício. **Contribuição para reflexões sobre o panorama da Educação Ambiental no ensino formal**. In. VIANNA, Lucila Pinsard. (coord). Panorama da Educação Ambiental no Ensino Fundamental. Secretaria de Educação Fundamental - Brasília: MEC; SEF, 2001. 149 p. Disponibilizado em: <<http://www.educacaoambiental.pro.br/victor/biblioteca/PanoramaEAEFundamental2000.pdf#page=7>>. Acessado em: 29 de abril de 2014.

CUBA, Marcos Antônio. **Educação ambiental nas escolas**. ECCOM, v. 1, n. 2, p. 23-31, jul./dez., 2010. Disponibilizado no site: <<http://www.fatea.br/seer/index.php/eccom/article/viewFile/403/259>>. Acessado em 26 de jul. de 2013.

DANTAS, Moysés. **Os condutores e monitores de trilha e a responsabilidade socioambiental**. I Encontro da Rede Capixaba de Educação Ambiental. Disponibilizado em <http://recea.org.br/acervo/Anais_Educacao_Ambiental___Martha_Tristao.pdf#page=263>. Acessado em 27 de jul. de 2013.

DEMAJOROVIC, Jacques. **Sociedade de risco e responsabilidade socioambiental: perspectivas para a educação corporativa**. São Paulo. Ed. Senac, 2003. Disponibilizado em: http://books.google.com.br/books?hl=pt-R&lr=&id=uB32kACq5NUC&oi=fnd&pg=PA5&dq=socioambiental&ots=PyIsyuo6Rq&sig=7dSHGQSe_ZWsUoxw_X7Fr60CnDY#v=onepage&q=socioambiental&f=false. Acessado em 08 de fev. de 2014.

DIAS, Genebaldo Freire. **Os Quinze Anos da Educação Ambiental no Brasil: um depoimento.** Em Aberto, Brasília, v. 10, n. 49, jan./mar. 1991. Disponibilizado em <<http://www.emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/755/676>>. Acessado em 05 de jan. de 2014.

EDGAR, Morin; ALMEIDA, Maria da Conceição de; CARVALHO, Edgard de Assis (orgs). **Educação e Complexidade: Os Sete Saberes e Outros Ensaios.** São Paulo. Cortez. 2002.

FARIAS, Talden Queiroz. **Evolução histórica da legislação ambiental.** Disponibilizado no: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php>. Acessado em: 23 set. 2013.

FIGUEIREDO FILHO, Francisco Freire de; MENEZES, Maria do Socorro da Silva. **Sinopse de Direito Ambiental.** 1º ed. São Paulo. EDIJUR. 2012.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro.** 11. ed. ver., atual. e ampl. – São Paulo: Saraiva, 2010.

FREIRE, Paulo. **Educação como política libertadora.** 14 ed. rev. atual. – Rio de Janeiro Paz e Terra. 2011.

_____. **Pedagogia do Oprimido.** 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1987.

FUTURO, Salto para. TV escola. Ministério do Meio Ambiente. **Educação Ambiental no Brasil.** Ano XVIII boletim 01 – Março de 2008. Disponibilizado em <<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao8.pdf>>. Acessado em 28 de out. de 2013.

GOMES, Giselly, JABER, Michelle e SILVA, Regina. **O diálogo do ensino de ciências da natureza e da educação ambiental, um olhar sobre as mudanças ambientais globais.** EDUCAÇÃO, Secretaria de Estado de. Comunidade e Educação Ambiental: Reinventando sonhos, construindo esperanças. Gráfica Print. Cuiabá/MT. 2013.

GAMBOA, Paola. **A Una Profesión Liberal uma Educación Liberal**. Disponibilizado em: <<http://aprendeenlinea.udea.edu.co/revistas/index.php/red/article/view/2409/1961>>. Acessado em 24 de jan. 2014.

GUIMARÃES, Mauro. **A dimensão ambiental na educação**. 8º ed. Campinas SP. 2007.

GRINGS, Venice Teresinha. **Educação Ambiental no Ensino Superior: Estudo de Caso no Curso de Agronomia**. Disponibilizado em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/17246/000713414.pdf?sequence=1>>. Acessado em 26 de abril de 2014.

HENN, Rosemeri. **Desafios Ambientais na Educação Infantil**. Disponibilizado em <<http://www.ecoa.unb.br/probioea/publicacoes/download/ROSEMERIHENN.pdf>>. Acessado em 05 de jan. 2014.

JABER, Michelle, SILVA Regina e SATO, Michèle. **Identidades, Territoriais e Conflitos Socioambientais do Estado de Mato Grosso**. In. EDUCAÇÃO, Secretaria de Estado de. Escola, Comunidade e Educação Ambiental: Reinventando sonhos, construindo esperanças. Gráfica Print. Cuiabá/MT. 2013.

JACOBI, Pedro. **Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade**. Disponibilizado no site: <<http://www.luzimarteixeira.com.br/wp-content/uploads/2011/04/educacao-e-meio-ambiente.pdf>>. Cadernos de Pesquisa, n. 118, mp. a1rç8o9/-220050,3 março/ 2003. Acessado em 27 de jun. de 2013.

LOBINO, Maria das Graças. **Educação ambiental: ponto de partida para repensar a práxis educativa - plantas medicinais como eixo integrador entre saúde, meio ambiente e educação**. I Encontro da Rede Capixaba de Educação Ambiental. Disponibilizado em <http://recea.org.br/acervo/Anais_Educacao_Ambiental___Martha_Tristao.pdf#page=263>. Acessado em 27 de jul. de 2013.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. **EDUCAÇÃO E SUSTENTABILIDADE: Possibilidade e falácias de um discurso**. Disponibilizado no site:

<http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/gt/sociedade_do_conhecimento/Gustavo%20F.%20Costa%20Lima.pdf>. Acessado em 20 de jun. de 2013.

MACHADO, Paulo Afonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 21º ed. rev. ampl. atual. São Paulo/SP ed. Malheiros. 2013.

MARCOMIN, Fátima Elizabeti, SILVA, Alberto Dias Vieira da. **A Sustentabilidade no ensino superior brasileiro: alguns elementos a partir da prática de educação ambiental na Universidade**. Disponibilizado em:

<http://www6.univali.br/seer/index.php/rc/article/view/999/1104>. CONTRAPONTO - Volume 9 nº 2 - pp. 104 - 117 - Itajaí, mai/ago 2009. Acessado em: 26 de abril de 2014.

MARTIN, Rex. **Obligación Política: Alguns problemas y um intento de solución**.

Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes. DOXA.

<<http://bib.cervantesvirtual.com/FichaObra.html?Ref=9813&portal=4>>. 2005.

MILARÉ, Édis. **Direito Ambiental: a gestão ambiental em foco: doutrina, jurisprudência, glossário**. 7º ed. ver., atual. e reform. Editora Revista dos tribunais. São Paulo. 2011.

MORAES, Kamila Guimarães de. **A Problemática Ambiental como Fundamento para uma nova Concepção Pedagógica**. Educação Formal como Práxis Libertadora. Revista de Direito Ambiental. RDA 17 - 67. Julho – Setembro. 2012.

MORALES, Angélica Góis Muller. **O PROCESSO DE FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO SUPERIOR: Trajetória dos cursos de especialização**. Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient. ISSN 1517 - 1256, v.18, Janeiro a Junho de 2007. Disponibilizado em: <<http://www.seer.furg.br/remea/article/view/3554/2118>>. Acessado em: 29 de abril de 2014.

MORADILLO, Edilson Fortuna de., OKI, Maria da Conceição Marinho. **EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA UNIVERSIDADE: Construindo Possibilidades**. Disponibilizado em:

<http://www.scielo.br/pdf/qn/v27n2/19284.pdf>. Vol. 27, No. 2, 332-336, 2004. Acessado em 24 de abril de 2014.

OLIVEIRA, Maria da Penha Martins de e SILVA, Robson de Almeida Melo e. **Educação ambiental em empresas. I Encontro da Rede Capixaba de Educação Ambiental.**

Disponibilizado em

<http://recea.org.br/acervo/Anais_Educacao_Ambiental___Martha_Tristao.pdf#page=263>.

Acessado em 27 de jul. de 2013.

PADUA, Suzana Machado; SÁ, Laís Mourão. **O Papel da Educação Ambiental nas Mudanças Paradigmáticas da Atualidade.** R. paran. Desenv., Curitiba, n. 102, p.71-83, jan./jun. 2002. Disponibilizado em

<<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/212/174>>.

Acessado em 24 de agost. de 2013.

REVISTA, brasileira de educação ambiental / **Rede Brasileira de Educação Ambiental.** – n. 0 (nov.2004). – Brasília: Rede Brasileira de Educação Ambiental, 2004. 140 p. v.:il. ; 28 cm. Disponibilizado em http://assets.wfbr.panda.org/downloads/revbea_n_zero.pdf#page=13>. Acessado em 14 de nov. de 2013.

RIBEIRO, Ana Cândida de Paula; CAMPOS, Arruda. **O Desenvolvimento Sustentável como Diretriz da Atividade Econômica.** Revista de Direito Ambiental. RDA 26/77. Abr-jun. 2002.

SATO, Michele; CARVALHO, Isabel. **Educação Ambiental: pesquisas e desafios.** Porto Alegre: Artmed, 2008. Disponibilizado em: <<http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=eqz3taOyaH4C&oi=fnd&pg=PR5&dq=educa%C3%A7%C3%A3o+ambiental+no+mato+grosso&ots=XjuVL8MhuF&sig=Nie7axf1Skjd0K4K0RBCJHJATG8#v=onepage&q=educa%C3%A7%C3%A3o%20ambiental%20no%20mato%20grosso&f=false>>. Acessado em 08 de fev. de 2014.

SICA, Ligia Paula Pires Pinto; PALMA, Juliana Bonacorsi de e RAMOS Luciana de Oliveira. **Reflexões sobre ensino do Direito e avaliação no contexto brasileiro.** Academia. Revista sobre enseñanza del Derecho año 10, número 20, 2012, pp. 51-72. Buenos Aires, Argentina (ISSN 1667-4154)51. Disponibilizado em http://www.derecho.uba.ar/publicaciones/rev_academia/revistas/academia20.pdf#page=73. Acessado em 24 de jan. de 2014.

SIRVINKAS, Luís Paulo. **Manual de Direito Ambiental**. 8º ed. ver., atual. e ampl. – São Paulo: Saraiva, 2010.

SILVA, José Afonso da. **Direito Ambiental Constitucional**. 9º ed. atual. Editora Malheiros. São Paulo. 2011.

SILVA, Marilena Loureiro da. **A educação ambiental no ensino superior brasileiro: do panorama nacional às concepções de alunos (as) de pedagogia na Amazônia**. Disponível em: <http://www.seer.furg.br/remea/article/view/3438/2066>>. Revista do PPGA/FURG-RS ISSN 1517-1256. Acessado em: 26 de abril de 2014.

SILVA, Solange Teles de. **Direito Fundamental ao Meio Ambiente**. Revista de Direito Administrativo. RDA 48/225. Vol. I. out.-dez./2007.

SOMMERMAN, Américo. **Inter ou Transdisciplinaridade? Da Fragmentação Disciplinar ao Novo Diálogo entre os Saberes**. São Paulo. Paulus. 2006.

SORRENTINO, Marcos. **Educação ambiental como política pública**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, maio/ago. 2005. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a10v31n2.pdf>>. Acessado em 29 jul. de 2013.

SOUZA, Maria de Fátima de. **Educação Ambiental: Como surgiu e a que se destina**. Disponível em: <<https://www.google.com.br/#q=educa%C3%A7%C3%A3o+ambiental+como+surgiu+a+que+se+destina>>. Acessado em 25 de abril de 2014.

SOUZA PRUDENTE, Antonio. **Educação ambiental como garantia fundamental da cidade sustentável**. Fórum de Direito Urbano e Ambiental – FDU, Belo Horizonte, ano 10, n. 56, mar./abr. 2011. Disponível em: <http://bid.editoraforum.com.br/bid/>>. Acessado em 01 de fev. de 2014.

TAUCHEN, Joel; BRANDI, Luciana Londero. **A GESTÃO AMBIENTAL EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: Modelo para implantação em campus universitário.** GESTÃO & PRODUÇÃO, v.13, n.3, p.503-515, set.-dez. 2006. Disponibilizado em: <<http://www.scielo.br/pdf/gp/v13n3/11.pdf>>. Acessado em: 26 de abril de 2014. p.503.

TRISTÃO, Martha; RIBEIRO, Flávia Nascimento. **I Encontro da Rede Capixaba de Educação Ambiental.** Disponibilizado em <http://recea.org.br/acervo/Anais_Educacao_Ambiental___Martha_Tristao.pdf#page=263>. Acessado em 27 de jul. de 2013.

THOMAZ, Clélio Estevão., CAMARGO, Dulce Maria Pompêo de. **Educação Ambiental no Ensino Superior: Múltiplos Olhares.** Disponibilizado em:<<http://www.seer.furg.br/remea/article/view/3555/2119>>. Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient. ISSN 1517-1256, V. 18, janeiro a junho de 2007. Acessado em 26 de abril de 2014.

TOMAZELLO, Maria Guiomar Carneiro; FERREIRA, Tereza Raquel das Chagas. **EDUCAÇÃO AMBIENTAL: que critérios adotar para avaliar a adequação pedagógica de seus projetos?** Ciência & Educação, v.7, n.2, p.199-207, 2001. Disponibilizado em <<http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v7n2/05.pdf>>. Acessado em 27 de set. de 2013.

TORRES, Maria Valdilia Noguera; BALASSIANO, Laila Klotz de Almeida. **Educação ambiental e princípios de sustentabilidade no mundo moderno.** Revista Praxis ano II, nº 4 – agosto 2010. Disponibilizado no site: <<http://webserver.foa.org.br/praxis/numeros/04/29.pdf>>. Acessado em 26 de julho de 2013.

TORRES, Olinda Brito Leão. **Ações de Educação Ambiental na escola rural.** in BORDEST, Suíse Monteiro Leon. **Educação Ambiental e Cenários do universo Pantaneiro.** Cuiabá: EdUFMT: FAPEMAT. 2010.

TOZZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Educação Ambiental: referências teóricas no ensino superior.** Disponibilizado em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v5n9/03.pdf>>. agosto, 2001. Acessado em: 26 de abril de 2014.

VEIGA, Alinne; AMORIM, Érica; BLANCO, Mauricio. **Um Retrato da Presença da Educação Ambiental no Ensino Fundamental Brasileiro: o percurso de um processo acelerado de expansão.** Disponibilizado em <
<http://www.educacaoambiental.pro.br/victor/biblioteca/OqfazemescolasqdzemqfazemEA.pdf>
>. Acessado em 28 de agosto de 2013.

WINTHER, João Roberto. **Evolução Histórica da Legislação Ambiental Brasileira.** Disponibilizado em:
<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/ealegal.pdf>.>. Acessado em 28 de jan de 2014.

APÊNDICE

Este questionário foi utilizado no estudo de casos nas escolas no município de Juína Estado de Mato Grosso, para obtenção de informação referente à educação ambiental, se a mesma esta sendo implantada nas escolas municipais e estaduais desta urbe.

Questões:

1. A educação ambiental está sendo implantada nesta escola?
2. Como a educação ambiental está sendo trabalhada?
3. A educação ambiental está sendo implantada como uma disciplina específica?
4. A escola tem horta?
5. O que é feito com os produtos colhidos da horta?
6. A reciclagem é feita?
7. De que forma a reciclagem é feita?
8. Quais os objetos reciclados?
9. Há quantos anos a educação ambiental está sendo implantada?
10. Qual a reação dos alunos ao trabalhar esta temática?